

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciência e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (DCEA)

Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas

Volume I (Vol.I)

Por: Donzília Figueiredo Batista

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a
obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Orientador: Professora Doutora Maria do Rosário Sintra de Almeida Partidário

Co-orientador: Doutor João António Ribeiro Farinha

Lisboa

2010

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento da presente dissertação envolveu, para além da minha dedicação, o empenho de algumas pessoas, permitindo que o resultado final fosse mais enriquecido, a quem dirijo os meus agradecimentos.

À Prof. Maria Rosário Partidário, pelas imprescindíveis comentários no decorrer da orientação desta tese.

Ao Presidente da CM de Aljezur, integrado na área de estudo, pela colaboração prestada e apoio na concessão da informação disponível.

À Dr.^a Teresa Leonardo (ICNB), pela valiosa informação prestada acerca do PNSACV.

À Arqt.^a Fernanda Praça (Turismo de Portugal IP), pela informação prestada em relação Turismo.

Aos especialistas consultados para a elaboração dos estudos referentes à Fauna, Flora e Habitats.

À AXL, por ter cedido o levantamento cartográfico, que possibilitou a realização do caso de estudo

À PLURAL, pelas facilidades logísticas e apoios concedidos e pela compreensão manifestada.

À Arq. Paisagista Ana Quinta pela sua amizade e boa disposição na discussão sobre os conteúdos temáticos

Por último, aos meus pais pelo apoio e incentivo e ao Tiago, pela sua presença nas horas difíceis.

SUMÁRIO

De um modo geral, os recursos ambientais existentes em áreas protegidas determinam que a sua vocação principal é a conservação. Contudo esta deve ser assegurada, em parte, através do fomento de actividades humanas complementares (florestais, agrícolas, cinegéticas, turístico-recreativas, entre outras), que promovem a criação da identidade cultural constituindo um recurso de valor. Todas estas actividades, se promovidas segundo os princípios e pressupostos do desenvolvimento sustentável, podem tornar as áreas protegidas extraordinariamente bem sucedidas.

No que respeita em particular ao turismo, um dos princípios fundamentais sobre os quais deve assentar a discussão acerca desta actividade em áreas protegidas, é precisamente a sua sustentabilidade, daí o conceito de turismo sustentável.

O trabalho desenvolvido analisa o modelo de ordenamento e gestão preconizado para as áreas protegidas com o objectivo de perceber qual a importância que o turismo tem assumido na definição da sua estratégia de desenvolvimento.

O caso de estudo que se apresenta pretende ilustrar de que forma pode o turismo constituir uma actividade complementar da conservação da natureza, contribuindo activamente para o processo de desenvolvimento e conservação.

ABSTRACT

Traditionally, natural resources that exist in Protected Areas determine that these areas' main vocation should be conservation. However, this conservation should be guaranteed, partly, through fostering complementary human activities (such as forestry, agriculture, hunting, leisure, tourism, among others), able to promote the creation of a cultural identity that grows into a genuine asset. All these activities, if promoted according to the principles of sustainable development, can lead to extremely successful Protected Areas.

In what regards tourism in particular, one of the main principles on which the discussion of the purpose of this activity in Protected Areas should focus on, is precisely its sustainability, thus, the concept of *Sustainable Development*.

The present work analyses Protected Areas' planning and management models with the objective of understanding the relevance tourism has been assuming on the definition of its development strategy.

The case-study that is presented, aims at illustrating in what ways tourism can grow as a complementary activity regarding nature conservation, and, in this way, actively contributing to the development/conservation process.

ACRÓNIMOS

APC – Área de protecção complementar
AP's – Áreas Protegidas
APP - Área de protecção parcial
APT – Área de protecção total
CETS – Carta Europeia de Turismo Sustentável
ECOTRANS – European Network for Tourism Development
ENP – Espaços Naturais Protegidos
EUROPARC - Federation of Nature and National Parks of Europe
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEE – Fundação para a Educação Ambiental
FEP – Fundo Europeu para a Pesca
FSE – Fundo Social Europeu
HA - Herdade da Amoreira
ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
IES –International Ecotourism Society
ISO – International Standard Organization
IUCN - International Union for Conservation of Nature
LAC – The Limits of Acceptable Change
OMT – Organização Mundial de Turismo
PBH – Plano de Bacia Hidrográfica
PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável
PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
PIB – Produto Interno Bruto
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNSACV – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
PORN – Plan de Ordenación de los Recursos

Turismo e Ambiente

POPNSACV – Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP – Plano de Pormenor

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PRUG – Plan Rector de Uso y Gestión

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PU – Plano de Urbanização

SNPRCN – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza

TER - Turismo em Espaço Rural

TOMM - The Tourism Optimization Management Model

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VAMP – Visitor Activity Management Process

WCPA - World Commission on Protected Areas

VIM – Visitor Impact Management

WTTC World Travel & Tourism Council

WWF – World Wildlife Fund For Nature

ZEC – Zona Especial de Conservação

ZPE – Zona de Protecção Especial

AGRADECIMENTOS.....	III
SUMÁRIO	V
ABSTRACT	VII
ACRÓNIMOS.....	IX
1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 TEMA E OBJECTIVOS	5
1.2 ÂMBITO DO TRABALHO	6
1.3 METODOLOGIA	7
1.4 ORGANIZAÇÃO	8
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL	9
2.1 INTRODUÇÃO.....	9
2.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	9
2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL.....	14
2.3.1 A EVOLUÇÃO DO TURISMO	14
2.3.2 O APARECIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	16
2.3.3 PRINCÍPIOS E MODELO CONCEPTUAL DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	20
2.3.4 TURISMO SUSTENTÁVEL: CERTIFICAÇÃO, RÓTULOS ECOLÓGICOS, SELOS E PRÉMIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL	22
2.3.5 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	26
2.4 CONCLUSÃO	28
3. TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS.....	29
3.1 INTRODUÇÃO.....	29
3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	30
3.2.1 CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESTABELECIDAS PELA IUCN	30
3.2.2 REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS	35
3.3 TURISMO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS PROTEGIDAS	38
3.3.1 O TURISMO EM AP'S.....	38
3.3.2 INSTRUMENTOS EUROPEUS DE TURISMO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS PROTEGIDAS	42
3.3.2.1 CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL (CETS)	42
3.3.2.2 EXPERIÊNCIAS SIMILARES: PAN PARKS	45
3.3.3 NOVOS SEGMENTOS VOCACIONADOS PARA AS AP'S: ECOTURISMO E CONSUMIDOR "VERDE"	47
3.3.4 O TURISMO DE NATUREZA EM ÁREAS PROTEGIDAS	51
3.3.4.1 CONCEITO DE TURISMO DE NATUREZA E PERFIL BÁSICO DO CONSUMIDOR	51
3.3.4.2 ENQUADRAMENTO LEGAL DO TURISMO DE NATUREZA	57
3.4 TURISMO NOS MODELOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	61
3.4.1 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	61
3.4.2 CASO PORTUGUÊS.....	62
3.4.2.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE GESTÃO DE AP'S	62
3.4.2.2 MEDIDAS RECENTES DE PROMOÇÃO DO TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS	63
3.4.2.3 AS ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS: INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE	65
3.4.3 CASO ESPANHOL	67
3.4.3.1 GESTÃO E FINANCIAMENTO	73
3.4.3.2 MEDIDAS DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	74

3.4.4 O CONTEXTO INTERNACIONAL	75
3.4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
3.5 CONCLUSÃO	81
4. PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE EMPREENHIMENTO DE TURISMO DE NATUREZA NO PNSACV	83
4.1 INTRODUÇÃO	83
4.2 O PLANO DE ORDENAMENTO DO PNSACV	83
4.2.1 CONSTITUIÇÃO DO PLANO E OBJECTIVOS DEFINIDOS	84
4.2.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	85
4.2.3 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS: MEDIDAS E ACÇÕES PROPOSTAS	86
4.2.4 REGIME DE PROTECÇÃO	87
4.2.5 SÍNTESE CRÍTICA	89
4.3 MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA HERDADE DA AMOREIRA	89
4.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	91
4.3.1.1 CLIMA	91
4.3.1.2 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	92
4.3.1.3 RISCOS GEOLÓGICOS	92
4.3.1.4 HIDROLOGIA	93
4.3.1.5 RELEVO	93
4.3.1.6 OCUPAÇÃO ACTUAL DO SOLO	95
4.3.1.7 FAUNA	97
4.3.1.8 FLORA, VEGETAÇÃO E HABITATS	98
4.3.1.9 ÁREAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS	101
4.3.1.10 VALORES PATRIMONIAIS	102
4.3.1.11 ÁREAS SOCIAIS	102
4.3.1.12 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO	103
4.3.2 A HERDADE DA AMOREIRA: UM ESPAÇO TURÍSTICO E UM ESPAÇO DE CONSERVAÇÃO	104
4.3.2.1 OBJECTIVOS E MEDIDAS	104
4.3.2.2 ZONAMENTO	105
4.3.2.3 ZONAS DE CONSERVAÇÃO	106
4.3.2.4 ZONAS AGRÍCOLAS	109
4.3.2.5 ZONAS A REFLORESTAR, ZONAS FLORESTAIS E ZONAS DE MATOS, PRÉ-BOSQUES, PINHAL-BRAVO E ESTEVAL ..	109
4.3.2.6 ZONAS TURÍSTICAS	111
4.3.2.7 ZONA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	112
4.3.2.8 SITUAÇÃO TENDENCIAL NA AUSÊNCIA DE PROJECTO	112
4.3.3 MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	113
5. CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA	117
ANEXOS	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Estrutura Metodológica.....	7
Figura 2.1: Modelo Conceptual – Turismo Sustentável.....	21
Figura 3.1: Grau de Naturalização e categorias de áreas protegidas da UICN	33
Figura 3.2: Caracterização da Gradação do Ecoturismo, <i>Hard e Soft</i>	48
Figura 3.3: Ecoturismo um segmento de mercado.....	49
Figura 3.4: Perfil Básico dos consumidores de viagem de Natureza	54
Figura 3.5: Cooperação bilateral entre o sector público e o sector privado, e internamente em cada um.....	57
Figura 3.6: Modelo de Ordenamento e Gestão para a Rede de Espaços Naturais Protegidos (Andaluzia).....	70
Figura 3.7: Tendências Internacionais verificadas nas AP's	76
Figura 3.8: Modelo de Ordenamento e Gestão de áreas Protegidas	78
Figura 4.1: Planos com incidência territorial no PNSACV e principais condicionantes	85
Figura 4.2: Objectivos Estratégicos estabelecidos pelo POPNSACV	86
Figura 4.3: Enquadramento da área de Estudo.....	90
Figura 4.4: Vista área – Herdade da Amoreira	91
Figura 4.5: Pormenor da geomorfologia do terreno, panorama da praia da Amoreira e cordão dunar.....	92
Figura 4.6: Declives	94
Figura 4.7: Ocupação do Solo	95
Figura 4.8: Praia da Amoreira - Arribas	96
Figura 4.9: Vista sobre a Praia da Amoreira e sobre a Herdade da Amoreira	96
Figura 4.10: Habitats e Estado de Conservação	99
Figura 4.11: Zonamento: Relevância Fitocenótica	101
Figura 4.12: Áreas ambientalmente sensíveis: Condicionantes Biofísicas	102
Figura 4.13: Tanque e nora	103
Figura 4.14: Manjedouras.....	103
Figura 4.15: Habitação	103
Figura 4.16: Zonamento preconizado para a Herdade da Amoreira	106

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1: Áreas Prioritárias de Acção, Estabelecidas pela Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo.....	18
Tabela 2.2: Programa “A chave Verde”	23
Tabela 2.3: Exemplos de Eco-etiquetas e logótipos.....	25
Tabela 2.4: Fundos para o desenvolvimento da actividade turística em Rede Natura 2000	27
Tabela 3.1: Relação entre os objectivos de utilização e as diferentes categorias estabelecidas pela IUCN.....	31
Tabela 3.2: Rede nacional de AP's, 2009	37
Tabela 3.3: Benefícios do turismo em AP's	40

Tabela 3.4: Exemplos de riscos decorrentes das actividades turísticas em AP's.....	41
Tabela 3.5: Benefícios decorrentes da implementação de CETS	43
Tabela 3.6: Directrizes estratégicas de implementação das CETS.....	44
Tabela 3.7: Factores chave para o desenvolvimento do Turismo de Natureza	55
Tabela 3.8: Actividades mais frequentes dos consumidores/praticantes de Turismo de Natureza	56
Tabela 3.9: critérios para o reconhecimento, pelo ICNB, de empreendimentos de turismo de natureza.	58
Tabela 3.10: Boas Práticas Ambientais.....	59
Tabela 3.11: A Reserva da Faia Brava, área protegida de gestão municipal e particular.....	66
Tabela 3.12: Características elementares dos diferentes Planos que incidem sobre Espaços Naturais Protegidos.....	72
Tabela 3.13: Faseamento preconizado para implementação de Modelo de Ordenamento e Gestão de AP's	80
Tabela 4.1: Ficha tipo para a Gestão de Biodiversidade: geossistema praia e dunas litorais	107
Tabela 0.1: Habitats naturais.....	121

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E OBJECTIVOS

O tema deste trabalho é o turismo em Áreas Protegidas e contributo que dele advém para a conservação da natureza.

A Conservação da Natureza em Portugal assim como noutros países europeus, tem assumido predominantemente um carácter preservacionista privilegiando os condicionamentos da ocupação do espaço e do desenvolvimento de actividades consideradas incompatíveis com a conservação.

O turismo surge frequentemente como uma actividade compatível com os objectivos de conservação de AP's contribuindo para que estas áreas não constituam ilhas isoladas do restante território, uma vez que compreendem propriedades públicas e privadas, onde se desenvolvem diferentes actividades (agrícolas, pecuárias, industriais, etc.) e onde a ocupação humana assume uma expressão muito representativa.

O turismo foi durante muito tempo considerado uma actividade económica não poluente, geradora de oportunidades e de riqueza. No entanto, os impactes decorrentes de um crescimento sem estratégia, regulamentação específica e monitorização conduziram ao surgimento de situações de grande complexidade geradas por um turismo massificado cujos recursos locais nas suas diversas dimensões foram largamente ultrapassados na sua capacidade de carga, originando um desequilíbrio indesejado.

A consciencialização dos efeitos negativos provenientes de um turismo de massas bem como as transformações socioeconómicas operadas nas últimas décadas conduziram a alterações a vários níveis. Actualmente os turistas são exigentes na escolha dos seus destinos, consideram o acto de viajar um veículo de aprendizagem e descoberta de novos lugares, gentes e culturas. A dimensão do lugar não está mais associada à quantidade traduzida, mas à qualidade absorvida. Privilegia-se o bem estar físico e mental que só poderá ocorrer em consonância com o "Equilíbrio" do destino escolhido.

O reconhecimento da atractividade e apetência de determinados locais para o desenvolvimento da actividade turística, que recai cada vez mais em territórios que apresentam uma grande qualidade ambiental e paisagística, conduziram à necessidade de adaptação de políticas reguladoras. A abordagem deste trabalho é direccionada para um turismo associado à natureza e aos recursos naturais, actualmente considerado como um segmento em franca expansão, tendo-se excluído um turismo de carácter mais urbano.

O tema tratado pretende estabelecer a articulação entre as duas componentes estruturantes deste trabalho, Ordenamento do Território e o Turismo em Áreas Protegidas, sendo certo que a actividade turística se desenvolve num determinado território cujo equilíbrio intrínseco só poderá ser mantido a partir de um

planeamento ambiental consciencioso, e que a sustentabilidade de um qualquer empreendimento turístico não poderá existir sem a coexistência de três dimensões fundamentais: Social, Económica e Ecológica.

Portugal, enquanto país membro da União Europeia, segue uma estratégia norteada por políticas comuns. As alterações legislativas operadas nos últimos anos traduzem essas directrizes. O vazio normativo foi claramente preenchido com um vasto conjunto de legislação, ainda que em contínua evolução, que se traduz nas recentes alterações ao Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial e ao Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos. De âmbito ambiental refere-se também a recente obrigatoriedade de realização de Avaliação Ambiental Estratégica de planos e programas enquanto instrumento de avaliação de impactes a nível estratégico bem como a Avaliação de Impacto Ambiental enquanto instrumento preventivo da política de ambiente e do ordenamento do território.

Neste contexto, constitui **objectivo do presente estudo**: definir uma metodologia de planeamento da actividade turística em áreas protegidas.

1.2 ÂMBITO DO TRABALHO

O enquadramento científico deste trabalho reporta-se à articulação existente e necessária entre o ordenamento do território e o planeamento operativo, estabelecido para as AP's.

O planeamento constitui uma abordagem global à gestão do uso do solo, sendo implementado através de uma grande diversidade de instrumentos, nomeadamente políticas, planos, licenciamento, incentivos, compensações, e muitos outros, que, no caso das AP's poderão ser desenvolvidos na constituição de parcerias público-privadas tendo como objectivo a conservação da natureza.

Presentemente, definidas as políticas e com grande parte dos planos de ordenamento de AP's eficazes (planos reguladores que estabelecem a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir em cada área, dispondo designadamente sobre os usos do solo e condições de alteração dos mesmos, hierarquizados de acordo com os valores naturais em causa), é necessário pensar nas potencialidades que as áreas protegidas oferecem e na importância destes territórios para o desenvolvimento sustentável das regiões em que se inserem. Neste sentido, o presente documento pretende analisar como é que se passa da regulamentação actualmente consagrada para uma gestão eficiente das áreas de conservação, que ocupam cerca de 7,3% do território português.

A abordagem apresentada no caso de estudo pretende ilustrar em que medida as parcerias público-privadas contribuem para diversificar e fomentar as actividades económicas, com destaque para o turismo, e qual o contributo para a conservação da natureza e para o desenvolvimento sustentável da região, neste caso do Alentejo.

1.3 METODOLOGIA

A figura seguinte esquematiza a estrutura metodológica deste trabalho seguindo uma abordagem tradicional:

- i. Contextualização dos objectivos à luz da literatura genérica sobre turismo sustentável;
- ii. Caracterização do sistema de ordenamento e gestão de AP's
- iii. Focalização do âmbito e dos objectivos face às contribuições específicas no domínio do turismo em AP's;
- iv. Caso de Estudo: O turismo, enquanto actividade a incrementar em áreas protegidas por parcerias público-privadas e o seu papel para a conservação da natureza e biodiversidade;
- v. Conclusões

Figura 1.1: Estrutura Metodológica



O Caso de Estudo consiste na abordagem territorial ao POPNSACV, tendo como objectivo desenvolver uma proposta de ordenamento para a Herdade da Amoreira (HA), propriedade privada, que compreende cerca de 290 ha, com vista à implementação de um conjunto de actividades compatíveis com a conservação da natureza. nomeadamente o incremento da actividade turística.

A escolha do caso de estudo foi baseada na; **(1) localização**, em AP, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina **(2) no cadastro**, Herdade da Amoreira, propriedade privada de um único proprietário, **(3) dimensão**, herdade com aprox.290 ha, **(4) disponibilidade de elementos de trabalho** existência de levantamento cartográfico e levantamento dos habitat, Flora e Fauna devidamente actualizado.

Quanto ao caso de estudo, efectua-se uma análise ao ordenamento preconizado pelo POPNSACV, seguindo-se a caracterização da situação de referência da Herdade da Amoreira, que visa o conhecimento profundo e a

identificação dos valores naturais e patrimoniais a salvaguardar. Com base nessa análise procede-se à definição de um programa de usos do solo e actividades, desenvolvido a partir das potencialidade e fragilidades reconhecidas à HA.

A escolha deste caso de estudo pretende ilustrar de que forma podem os proprietários privados integrados em áreas protegidas desenvolver actividades económicas compatíveis com o estatuto de conservação. O programa de usos e actividades apresentado, pretende apenas ilustrar um conjunto de opções possíveis, não encerrando outras possibilidades.

1.4 ORGANIZAÇÃO

O trabalho está organizado em 5 capítulos. No presente capítulo, apresenta-se uma síntese do tema e dos objectivos, do âmbito e da metodologia utilizada.

No **capítulo 2**, após um breve percurso teórico pela principal literatura existente actualmente neste domínio, procede-se à análise do conceito, no sentido lato, de Desenvolvimento Sustentável, e mais detalhadamente sobre o conceito de Turismo Sustentável, tendo como objectivo último conhecer as orientações direccionadas para as AP's.

No **capítulo 3**, segue-se uma abordagem sobre o turismo sustentável em AP's, descrição dos instrumentos direccionados para o turismo sustentável a caracterização dos novos segmentos de mercado turísticos, o ecoturismo e o consumidor "verde". Analisa-se o Turismo de Natureza, enquanto modalidade que mais se adequa aos objectivos de conservação das AP's.

É ainda apresentado o modelo de ordenamento e gestão de áreas protegidas preconizado em Espanha. A escolha da apresentação do modelo espanhol em detrimento de outros também analisados no âmbito deste trabalho, nomeadamente o Italiano e o Francês, reflecte a importância atribuída à continuidade territorial, e à semelhança encontrada na biodiversidade, clima, e características biofísicas entre os países ibéricos.

A título conclusivo aponta-se ainda algumas orientações para a estruturação do modelo de ordenamento e gestão das AP's Portuguesas. As características de cada área protegida ou rede de áreas protegidas, deverá em função da estratégia delineada, definir quais os instrumentos de gestão e planeamento a desenvolver, com vista à sua prossecução.

No **capítulo 4**, apresenta-se os principais conteúdos do POPNCVSA, e efectua-se uma análise às potencialidades territoriais de que dispõe a Herdade da Amoreira, enquanto destino de Turismo de Natureza, inserido no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Procede-se à análise da situação de referencia, propondo-se um programa tendo subjacente os pressupostos e conceitos desenvolvidos nos capítulos 2 e 3, deste trabalho.

No **capítulo 5**, apresentam-se as conclusões gerais da Tese.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL

2.1 INTRODUÇÃO

“A Comunidade humana, da mesma maneira que as dos organismos inferiores, é fundamentalmente um produto de forças bióticas e do ambiente. O homem, no entanto, é um animal cultural e, por conseguinte, capaz de modificar o meio em que vive (controlo do meio) e criar o seu próprio *habitat*, dentro de certas limitações.” (McKenzie, Human Ecology, em *Encyclopedia of the Social Sciences*).

Neste capítulo analisa-se criticamente algumas definições do conceito de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, sendo que ambos tem na sua génese os mesmos princípios norteadores.

Poder-se-á referir que um desenvolvimento sustentável pressupõe também a sustentabilidade da actividade turística, no entanto, a diferenciação de conceitos e uma breve incursão pelos seus fundamentos teóricos, permitem uma melhor compreensão dos mesmos e da importância da sua operacionalização para ordenamento e gestão de AP's.

2.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A articulação entre protecção da qualidade do ambiente e promoção do desenvolvimento económico, parece ter encontrado na expressão «Desenvolvimento Sustentável» um paradigma de suporte. É interessante constatar como um conceito com limites conceptuais pouco nítidos, e cujo valor prático se mostra ainda questionável, tem contribuído para a geração de consensos entre domínios considerados conflituosos e mesmo contraditórios.

Os padrões de crescimento e desenvolvimento recentes têm sido responsáveis pelo agravamento dos problemas de qualidade ambiental decorrentes do rápido crescimento populacional, da urbanização, da crescente utilização de recursos e produção de resíduos e do aumento dos níveis de consumo e consequentes impactes ambientais, o que leva à procura de modelos que minimizem estas acções procurando esse desenvolvimento sustentável.

O conceito surge nas duas conferências das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. O reconhecimento da necessidade de adoptar novas estratégias para enfrentar os problemas ambientais e mais tarde a generalização da expressão de «Desenvolvimento Sustentável», enquanto meio para atingir esse objectivo, constituiu marcos históricos a nível mundial.

As diferentes abordagens teóricas não apresentam diferenças significativas, predominando o consenso no que se refere ao significado da expressão “Desenvolvimento Sustentável”. Entre as diversas definições encontradas, salientam-se as seguintes:

- “sustainable development is (...) development that meets the needs of the present without compromising the ability of further generations to meet their own needs” (WCED, 1987, 43);
- “Sustainable development is not a fixed state of harmony, but rather a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development, and institutional change are made consistent with future as well as present needs” (WCED, 1987, 46);
- “Sustainable development can be advanced as the set of development programmes that meets the targets of human needs satisfaction without violating long-term natural resource capacities and standards of environment quality and social equity” (Bartelmus, 1994, 73);
- Sustainable development is a socially motivating force where we are not at all sure where we will end up but we keep on trying, because we perceive our long term survival is at stake. (O’Riordan e Voisey, 1997, 4).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi precedido por diversas contribuições relevantes, nomeadamente por Bookchin (1980) com a “*sociedade ecológica*” e o “*eco-desenvolvimento*”, através da adaptação de normas de funcionamento dos ecossistemas à regulação social e ao desenvolvimento dominado por princípios prioritários de conservação dos valores naturais. Julia E. Gardner, em *Decision making for sustainable development: Selected approaches to environmental assessment and management*, refere-se à abordagem subjacente aos primeiros precursores do desenvolvimento ambientalmente equilibrado como: “*an approach to development aimed at harmonizing social and economic objectives with ecologically sound management, in a spirit of solidarity with future generation; based on the principle of self-reliance, satisfaction of basic needs, a new symbiosis of man and earth; another kind of qualitative growth, not zero growth, not negative growth*”

A popularização do conceito deve-se em parte ao relatório *Our Common Future: The world Commission on Environment and Development*, elaborado em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então ministra norueguesa, *Gro Harlem Brundtland*. Alguns autores defendem a existência de abordagens anteriores tendo sido publicado o estudo *The Ecologist* (1972) e a Declaração de Cocoyoc (1974). No entanto, a definição mais difundida e citada é precisamente a constante no Relatório de Brundtland cujo conceito assenta em três pilares: o ambiental (ecológico) o económico e o social (humano). O Desenvolvimento Sustentável assenta num desenvolvimento que permite o equilíbrio entre as três vertentes enunciadas, diferindo do tradicional, para o qual a dimensão económica eclipsa as restantes duas. Habitualmente representa-se o conceito de sustentabilidade através de um triângulo equilátero com três dimensões e três vértices, cuja a área central corresponde ao equilíbrio para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o referido relatório na **vertente económica** integra-se sempre a ambiental em todos os níveis de decisão, revendo objectivos e modelos de desenvolvimento, utilizando análises e distribuição justa de benefícios e custos económicos e ambientais desenvolvidos, recorrendo à evolução tecnológica e à alteração de processos produtivos, de consumo e redução da produção de resíduos através de aumentos de eficiências e mudança nos

estilos de vida. A **vertente social** está associado à estabilização do crescimento populacional, à generalização do bem estar social, da educação, do acesso à informação e da participação nos processos de decisão. A **vertente ambiental**, está associada à conservação e à promoção dos valores e recursos naturais e ambientais, incluindo ar, água, solo e diversidade biológica, reduzindo a escala de extinção de ecossistemas e habitats; à adequação dos tipos e da intensidade de uso dos recursos; à capacidade dos sistemas naturais e à respectiva capacidade de carga; bem como ao investimento em informação e formação ambiental (Lélé, 1991).

A inovação do conceito de desenvolvimento sustentável assenta sobretudo:

- i. No alargamento da escala territorial e temporal em que os problemas ambientais e respectivas formas de resolução são agora abordados;
- ii. Na horizontalidade sectorial que o seu tratamento requer;
- iii. Na reconfiguração dos objectivos de crescimento económico e desenvolvimento tendo como referência a qualidade ambiental (Fidélis, 2001, 29).

Quanto à operacionalização do conceito segue predominantemente duas perspectivas: (1) - Substantiva, subdividida em três correntes, Conservadora, Intermédia e Radical, e a (2) Ética, que se centra na interpretação do papel do homem perante o ecossistema Terra e está dividida em duas correntes, a antropocêntrica e a naturalista. Considera-se ainda uma outra perspectiva designada por (3) Disciplinar, e que reflecte as abordagens tradicionais e subjacentes a algumas áreas científicas sobre a articulação entre ambiente e desenvolvimento.

A abordagem intermédia surge ainda subdividida em duas vertentes – uma caracterizada pela ênfase na conservação dos recursos, mas orientada para formas de “crescimento sustentado”; outra com a ênfase na preservação dos recursos e orientada para um crescimento económico limitado ou nulo.

Relativamente às várias perspectivas e abordagem conceptuais importa sobretudo perceber os desafios e inovações que o conceito de desenvolvimento sustentável compreende nomeadamente sobre a articulação entre crescimento económico e protecção do ambiente. Destaca-se neste contexto:

- **Mudança da exploração de recursos para conservação**, redistribuição de riqueza e redução de actividades que prejudiquem as gerações futuras (Blower, 1993, 787);
- **Necessidade de manutenção da base de recursos naturais**, incluindo a capacidade de absorção do ambiente para a utilização pelas gerações futuras e para permitir preservar a capacidade de suporte para as actuais actividades sócio-económicas, bem como o desenvolvimento e a aplicação de indicadores de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão (Liverman et al., 1989);

- **Combate à pobreza e reformulação dos objectivos e processos de desenvolvimento**, deixando as considerações ambientais de ser um factor adicional no processo de decisão (Bartelmus, 1991) para se tornar numa variável condicionante dos objectivos e opções de desenvolvimento;
- **Desenvolvimento de redes de comunicação entre ciência e política**, bem como na aproximação entre os processos de formulação de políticas e a respectiva implementação;
- **Participação e democratização dos processos de decisão numa procura de equidade e justiça social**. *“Development interventions should concentrate on assisting local people to develop their productive resources and, in cases where these resources are limited or insufficient, assisting them to create new resources, in this way providing stewardship of the natural resources base”* (Gow, 1992, 53-54).

Relativamente à democratização dos processos e segundo Lelé (1991), as medidas tradicionais de descentralização não são suficientes é preciso que coexistam três formas de participação, na tomada de decisão ou implementação, na distribuição dos benefícios e na avaliação.

A aplicação da sustentabilidade ambiental nos processos de tomada de decisão depende, entre outros aspectos, da definição de indicadores de sustentabilidade que permitam estabelecer mais formas de avaliar a *performance* dos Governos (Jacob, 1991, 237). Contudo, indicadores como o PIB ou ainda o consumo de combustíveis fósseis *per capita* ,têm sido sujeitos a críticas. Efectivamente a utilização de indicadores como instrumentos de medição tem gerado grande discussão entre diversos autores. A argumentação normalmente utilizada baseia-se não na diversidade de tipos de indicadores que podem ser formulados mas também, e fundamentalmente, no seu grau de objectividade, relevância, significância e enviesamento em relação à informação que pretendem sintetizar e transmitir.

Ainda no que se refere ao tipo de indicadores, importa distinguir entre indicadores de longo e de curto prazo, consoante a capacidade de fornecer indicações sobre alterações ambientais de longo prazo ou incidências esporádicas (Tomlinson, 1984); entre indicadores de estado e indicadores de impacte, consoante representam variáveis de monitorização (ou de diagnóstico) ou situações de risco ambiental (Elliott, 1981; French, 1981); entre indicadores restritivos e objectivos num contexto de previsão e que se destinam a limitar as opções viáveis e os que são posteriores à previsão e pretendem fazer uma análise da face aos objectivos definidos

A objectividade ou subjectividade dos indicadores, é frequentemente discutida, prevalecendo a ideia de que a utilização de indicadores subjectivos é importante por permitir medir directamente a qualidade de vida através das emoções sentidas pelas populações, evitando aquilo a que Knox (1978) designa por “imperialismo cultural”, ou seja, a imposição de valores considerados mais importantes identificados por políticos e planeadores. Contudo, não deixa de ser complexo a sua materialização, dada a dificuldade na obtenção de dados, a subjectividade na interpretação dos resultados, redução da significância e relevância e o estabelecimento de escalas de valor. Estas são questões que se ultrapassam mais facilmente com indicadores objectivos, mais facilmente mensuráveis e interpretáveis (Duinker, 1985).

A título conclusivo, os indicadores podem constituir eficientes instrumentos de medição das alterações ambientais operadas, desde que na sua formulação sejam observados os critérios de significância, relevância e objectividade e precisão, tornando-se especialmente úteis em estudos de previsões e no diálogo com os decisores.

Para facilitar a operacionalização do desenvolvimento sustentável ao nível local, Gibbs (1991) sugere um conjunto de iniciativas (233-237):

- **Iniciativas tomadas por autoridades locais** - designadamente sobre as suas decisões e modo de funcionamento (envolvendo a avaliação de impacte ambiental e a monitorização de todas as decisões de desenvolvimento internas ou externas realizadas, bem como a definição de novas políticas locais de protecção e promoção ambiental, planeamento de meios nomeadamente infraestruturas e equipamentos que contribuam para a redução de impactes);
- **Iniciativas dirigidas à economia local** - desenvolvimento de tecnologia ambiental, desenvolvimento de políticas para atrair investimento e trabalhadores com base em parâmetros de elevada qualidade de vida, planeamento ambiental, auditorias ambientais e de qualidade, desenvolvimento de iniciativas de apoio e incentivo a empresas com consideradas “amigas” do ambiente;
- **Participação de iniciativas de carácter mais alargado envolvendo os diferentes níveis de acção** - com o objectivo de se desenvolver modelos económicos para as economias locais, maior transparência e responsabilização nas decisões locais, nomeadamente no que respeita a decisão de desenvolvimento.

A agenda 21, que surge da Cimeira da Terra em 92, é empreendida enquanto instrumento para o incremento do desenvolvimento sustentável tem fornecido importantes contribuições sobretudo aos níveis nacionais e locais moldando a preparação de planos de gestão ambiental e a reestruturação dos processos de tomada de decisão.

“Cada poder local deve entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e adoptar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.” (Agenda 21, Capítulo 28, 1992).

Em termos genéricos as acções e actividades humanas sobre o ambiente são contempladas neste documento, nomeadamente nas suas implicações (directas ou indirectas) sobre o ordenamento do território, destacando-se a referência à necessidade de estratégias e de planos para os diferentes níveis e sectores de intervenção, da necessidade de promover sistemas de planeamento e gestão do território que previnam as crescentes pressões de uso do solo e consequentemente degradação, que assegurem que o desenvolvimento compreenda as

variáveis ambientais e sociais aceitáveis e que garantam o acesso à terra dos grupos mais desfavorecidos (WCED, 1987).

O desenvolvimento dos conceitos integrados de qualidade do ambiente e de qualidade de vida tem dado origem à formulação de conjuntos de indicadores objectivos e subjectivos onde se misturam as componentes social, económica e física.

A classificação de um território como AP, independentemente da sua categoria ou classificação, decorre da necessidade de preservar a paisagem, a fauna, a flora os ecossistemas ou outras ocorrências naturais que pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, manifestam uma relevância especial que exige medidas específicas de conservação e gestão.

Perante um território onde os usos e acções são mais susceptíveis de impactes, importa delinear uma estratégia que vise minimizar os efeitos negativos decorrentes da acção humana, aplicando-se, assim, os fundamentos de do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento de Planos Estratégicos (como se verá adiante) e de Agendas 21, poderão ser essenciais, na delineação da estratégia e no envolvimento das populações para a prossecução da mesma.

2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL

Neste ponto pretende-se fazer uma breve abordagem do conceito: turismo sustentável, tendo como objectivo conhecer os seus pressupostos e requisitos. Far-se-á uma incursão sobre a evolução que o Turismo tem operado de forma a perceber em que medida poderão as transformações sociais, moldar o conceito de Turismo. Conhecidos os impactes decorrentes de um turismo de massas, importa clarificar que modelos comportam o desenvolvimento desta actividade sem um comprometimento do meio em que se desenvolve.

2.3.1 A evolução do turismo

“O tempo de lazer é uma das conquistas do mundo moderno. Os documentários dos anos 1930 fixaram o olhar maravilhoso das famílias operárias francesas que viam pela primeira vez o mar. A frente popular tomava uma decisão histórica, instituindo a obrigatoriedade das férias pagas. O congé payé ganhava o seu lugar ao lado do sufrágio universal, da separação da Igreja do Estado ou da presunção da inocência, ou seja, dos progressos civilizacionais que distinguem a idade das Luzes e das Trevas.

Da mesma forma que o marketing das multinacionais roubou à Havana revolucionária o retrato de Che Guevara, feito por Alberto Korda, as férias, tendo começado por ser uma conquista dos trabalhadores, arrancada a ferro e fogo, transformaram-se numa indústria planetária que movimenta biliões.

O tempo de lazer foi industrializado e ritualizado. As multidões passam a dirigir-se para as estâncias balneares tão ordeiras e mecanicamente como para a porta da fábrica. Esta nova rotina, complementar da anterior,

inspirou os gozos geniais de cineastas como Jacques Tati (As férias do Sr. Hulot, 1953) ou Jean-Luc Godard (Week-End, 1967). Outros, como Jonh Boorman (Fim-de-Semana Alucinante, 1972) inspiram-se numa submoda em ascensão: a das férias radicais e dos destinos exóticos, onde as coisas nem sempre correm bem. Agora, depois dos trekkings nos Himalaias, das viagens de elefantes ou dos hotéis feitos de gelo, surge a última palavra em férias originais: visitar cenários de catástrofe, desde a central de Chernobyl às praias do golfo do México, das Ilhas do Pacífico com canibais à cidade chinesa de Sichuan devastada por um terramoto. Para não falar das zona em guerra ou convulsão social.

Doentio? Diletante? Absurdo? Talvez. Mas não muito mais que ir para o Algarve ou para a Costa Brava em Agosto. Com a vantagem de que – dizem os defensores deste tipo de turismo - ainda se pode estar a contribuir para a recuperação das economias locais ou para ajudar quem precisa. (Cardoso, Rui, A grande Evasão, Rev. Courier Internacional, 173 2010-9.)”

O turismo mundial tem vindo a crescer de forma ininterrupta desde a década de 60, tendo atingido em 2008 um número aproximado de 922 milhões de chegadas internacionais, 18 milhões mais que em 2007 o que representa um crescimento de 2%. Para o ano 2020, a OMT prevê que o número de chegadas internacionais possa atingir o valor de 1.600 milhões. Apesar de parecer extremamente elevado, é importante reconhecer que o turismo internacional tem um potencial muito grande ainda por explorar. A parcela da população que actualmente realiza as cerca de 922 milhões de viagens, representa apenas 3,5% da população total mundial. É natural e expectável que o crescimento económico generalizado, como o que se verifica em regiões muito populosas, onde se têm registado as maiores taxas de crescimento (ex. China, Brasil, Rússia e Índia), suporte e confirme a provável continuação da evolução positiva do número de chegadas de turistas internacionais.

Segundo estimativas do World Travel & Tourism Council (WTTC), o sector das Viagens e Turismo representa já hoje mais de 10% do Produto Interno Bruto mundial (PIB), um valor que em Portugal se estima atingir actualmente cerca de 15,5%. Nos indicadores referentes ao emprego e investimento o sector é, em termos relativos, mais representativo em Portugal do que no resto do Mundo, facto que se explica pela dimensão do País e pelas suas condições naturais para o turismo.

A análise da WTTC prevê taxas de crescimento anual do PIB sectorial mundial na ordem dos 4% para a próxima década, um valor próximo do previsto para Portugal, e que necessariamente obrigará **(1)** à requalificação da oferta existente, **(2)** ao desenvolvimento de projectos qualificadores e **(3)** a uma necessidade de planeamento de novos destinos regionais de acordo com as novas exigências da procura e, principalmente, com a sua dimensão crescente.

2.3.2 O Aparecimento do turismo sustentável

O conceito de turismo de massas surge com o culminar da II Guerra Mundial, de onde se evidencia uma significativa evolução do sector da aviação. O aparecimento dos voos charter induziu a procura de novos destinos. Na Europa, o turismo passou a realizar-se para fora do continente com grande destaque para as Caraíbas e ilhas do Hawaii, destinos muito competitivos. O mercado das agências de viagens, conduz a uma descida dos preços, o que torna o turismo definitivamente acessível para a maioria dos países desenvolvidos, convertendo-se num fenómeno de massas.

As motivações iniciais, que se traduziam numa procura de destinos exóticos, foram substituídas por uma estandardização da oferta, conduzindo a um crescimento descontrolado, introduzindo desequilíbrios no meio ambiente e nos recursos naturais. Os benefícios económicos conduziram à degradação de alguns territórios e ecossistemas, principalmente associados ao turismo de sol e mar.

Paralelamente à expansão vertiginosa da actividade turística, verificou-se o crescimento urbano acompanhado na maioria dos casos de uma especulação imobiliária muito representativa, manifestada nos territórios do litoral (sol e praia) mas também na montanha, com o incremento da prática de desportos de inverno.

A crise do petróleo veio acalmar um pouco o crescimento até então verificado. A necessidade de uma maior contenção traduziu-se posteriormente na procura de um novo conceito de turismo, em contraponto ao turismo de massas presente, procurava-se novas formas de turismo, assente na singularidade, especificidade, autenticidade, qualidade do produto, associado a experiencias emocionais e à realidade local (Donaire Benito, 1996).

Por outro lado, a tomada de consciência dos grandes problemas ambientais por parte das sociedades, permite uma maior consciência das capacidades de decisão, e do reflexo das decisões no mercado, conduziu a consumidores mais exigentes, sofisticados e responsáveis perante a escolha de um destino (Werver & Oppermann, 2000).

Em 1970 foi fundada no México a **Organização Mundial de Turismo (OMT)**, constituindo um organismo especializado das **Nações Unidas**, correspondendo à principal instituição internacional vocacionada para o suporte da actividade turística. Actualmente com sede em Madrid, constitui o principal fórum para debater questões relacionadas com o turismo e de pesquisa especializada sobre o tema. A organização assume um papel decisivo na promoção e desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável, acessível para todos, direccionado também, para os países em desenvolvimento.

Em 1980 a OMT, convocou a primeira conferência mundial de turismo celebrada em Manila (Filipinas). A declaração de Manila, referia então, a necessidade de se criar *“uma oferta bem concebida e de qualidade e que simultaneamente proteja e respeite o património cultural, os valores do turismo e o ambiente natural, social e humano”* refere ainda *“a necessidade para que se redobrem os esforços para evitar que se ultrapasse a*

capacidade ecológica do ordenamento turístico, para conservar e valorizar o património artístico e natural, para promover o valor educativo do turismo, e para proteger as espécies de fauna e flora, em benefício das gerações futuras” (ponto 10. Uma melhor gestão da oferta), que dá o enquadramento necessária à prática de um turismo sustentável.

A temática do turismo sustentável que teve um grande impulso com a criação do Comité do Ambiente da OMT, integrando representantes das áreas do turismo e do ambiente, tendo como objectivo definir as linhas orientadoras de trabalho da OMT. Em 1981, realizou-se a primeira reunião em Madrid

Posteriormente, e também de grande relevância no contexto da actividade, na reunião promovida em 1982, pela OMT, realizada em Acapulco, no México, são reforçados os aspectos focados em Manila e evidencia-se a importância da relação a desenvolver entre visitantes e residentes. Destaca-se ainda a Assembleia geral da OMT de 1985 em Sófia, na Bulgária, da qual resultou a **Carta do Turismo e Código do Turista**, o primeiro código de conduta para agentes turísticos e turistas, e a conferência de turismo de Haya, na Holanda, realizada em 1989.

Em 1995, realizou-se em Lanzarote, a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, tendo o apoio de várias organizações: OMT, PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e UNESCO, da qual resultou a **Carta de Turismo Sustentável**. Este documento constituído por uma introdução, dezoito princípios e acordos finais, constituiu o principal documento de referencia internacional, inspirado nos princípios estabelecidos na Cimeira da Terra e na Agenda 21, Rio de Janeiro. Apela à comunidade internacional e em particular aos governos, às demais autoridades públicas e aos profissionais de turismo, às associações públicas e privadas relacionadas com o turismo e aos próprios turistas que adoptaram os princípios e objectivos da declaração. Refere também a necessidade de se elaborar planos de acção para um desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo, em consonância com os princípios enunciados para que a Carta de Turismo Sustentável seja adoptada pelas Nações Unidas. Para assegurar a sua aplicação foi criado um comité de seguimento da Carta e um Plano de Acção integrado pelas instituições e agências internacionais integrantes do Comité Organizador da Conferência.

No mesmo ano, a PNUMA publicou um **“guia para um turismo ambientalmente responsável”** que estabelece orientações gerais para um turismo responsável na utilização dos recursos naturais.

Em 1996, a OMT, o Concelho da Terra e o Concelho Mundial de Viagens e turismo adoptaram uma importante declaração conjunta, **A Agenda 21 para a industria de viagens e turismo**, inspirada no Programa de Acção 21. Este documento transcreve os princípios gerais da agenda 21 ao sector das viagens e integra o contributo deste sector económico como meio para um desenvolvimento sustentável e assenta no princípio de que o turismo não se pode desenvolver sem uma adequada protecção e preservação dos recursos naturais e culturais pelo que, para esse fim, tem de se mobilizar todos os seus actores, sejam eles públicos ou privados. Trata-se da

primeira de uma série de publicações internacionais que formulam recomendações às autoridades nacionais, com vista a alcançar um desenvolvimento turístico sustentável.

Tabela 2.1: Áreas Prioritárias de Acção, Estabelecidas pela Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo

Áreas prioritárias de acção para os governos, administração pública do turismo e associações empresariais
Avaliação da capacidade do quadro regulamentar, económico e voluntário existente para garantir o desenvolvimento turístico sustentável
Avaliação das implicações ambientais, culturais e económicas das operações das organizações
Formação, educação e sensibilização públicas
Planeamento para um desenvolvimento turístico sustentável
Facilitação do intercâmbio de informação, competências e tecnologia relativas ao turismo sustentável entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento
Promoção da participação de todos os sectores da sociedade
Concepção de produtos turísticos ambientalmente sustentáveis
Monitorização de resultados obtidos, a nível local e nacional, no desenvolvimento turístico sustentável
Estabelecimento de parcerias para promover o desenvolvimento turístico sustentável
Áreas prioritárias de acção para empresas
Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem
Conservação, eficiência e gestão de energia
Gestão de recursos hídricos superficiais
Substâncias perigosas
Gestão de águas residuais
Transportes
Gestão e planeamento do uso do solo
Envolvimento dos recursos humanos das empresas, clientes e comunidades locais nas questões ambientais
Concepção de projectos para a sustentabilidade
Estabelecimento de parcerias para promover o desenvolvimento turístico sustentável

Fonte: Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo

O actual quadro comunitário para o desenvolvimento das políticas económicas, sociais e ambientais, assente na parceria para o crescimento e o emprego e na estratégia para o desenvolvimento sustentável, oferece uma base adequada para a realização dos objectivos da presente Agenda: prosperidade económica, equidade e coesão sociais, e protecção do ambiente e da cultura.

Estes objectivos deverão servir igualmente de orientação para as políticas e acções das entidades ligadas ao turismo europeu que sejam susceptíveis de afectar o impacto do turismo emissor da Europa e de apoiar o turismo enquanto ferramenta para o desenvolvimento sustentável dos países de acolhimento.

Ao levar a cabo estes objectivos, será necessário enfrentar alguns desafios próprios do sector do turismo. Esses desafios incluem: **(1) a conservação sustentável e a gestão dos recursos naturais e culturais, (2) a redução do nível de utilização dos recursos e da poluição nos destinos turísticos, incluindo a produção de resíduos, a gestão das alterações verificadas em termos de necessidades e de bem-estar das**

comunidades, (3) a diminuição do carácter sazonal da procura, (4) a tomada em conta do impacto ambiental dos transportes ligados ao turismo, (5) o alargamento do turismo a todos sem discriminação e a melhoria da qualidade do emprego no sector do turismo.

A relação entre turismo e biodiversidade é abordada na Conferência Internacional de Ministros do Ambiente sobre diversidade biológica e turismo realizada em 1997, em Berlim, evidenciando os impactes negativos que a actividade turística pode gerar sobre a Biodiversidade.

Em 1999, a OMT, na assembleia geral realizada em Santiago do Chile, adoptou o **Código Mundial de Ética do Turismo**, notável, por se tratar do primeiro código ético para o sector. O terceiro artigo do texto que é constituído por um total de dez, é referente ao turismo enquanto factor de desenvolvimento sustentável, embora na generalidade todo o documento aborde a sustentabilidade económica, social e ambiental do sector.

2002, foi declarado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional do Ecoturismo, tendo a OMT e PNUMA, realizado esforços para promover e coordenar iniciativas e actividades um pouco por todo o mundo. De salientar a publicação de um guia sobre desenvolvimento sustentável e gestão turística dos parques naturais e áreas protegidas, a organização de conferências e seminários regionais, e a Cimeira Mundial sobre Ecoturismo que se realizou no Québec, Canadá, com a participação de 133 países e de diferentes sectores: governos, empresários, gestores turísticos, ONG's etc.

Ainda a referir as acções levadas a cabo pela União Europeia em matéria de Turismo, evidencia o 6º Programa de acção em matéria de ambiente – O Nosso Futuro, a nossa escolha - em que o turismo é amplamente discutido.

Em 2001, a Comissão Europeia apresenta uma comunicação, *“Trabalhando juntos para o futuro do turismo Europeu*, e publicou o documento, *Turismo sustentável e Rede Natura 2000*, que apresenta vários casos práticos e as directrizes de aplicação nos espaços incluídos na Rede Natura 2000.

Não será demais referir que a instituição que mais trabalho tem desenvolvido para a concretização de um turismo mais sustentável é a OMT. Actualmente conta com cerca de 154 estados membros, e cerca de 390 empresas, universidades, destinos e ONG's, que integram o colectivo, tendo como missão *“desenvolver um projecto de turismo sustentável, assente em conhecimentos e na experiência global, que permita inovar e expandir as actividades das empresas ou organizações para contribuir conjuntamente para o desenvolvimento dos Objectivos do Milénio da ONU”*.

2.3.3 Princípios e modelo conceptual do Turismo Sustentável

“O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade receptora, e proporcionar ao visitante uma experiência de elevada qualidade e simultaneamente manter a qualidade do meio ambiente de que dependem a comunidade anfitriã e visitantes.” (OMT, 2005).

O turismo responsável, tem na sua essência um modelo comum, transversal a todos os tipos de turismo, mesmo a um turismo de massas, reflectido nas práticas de gestão. *A sustentabilidade turística está presente na importância que a gestão ambiental assume, a par com o desenvolvimento económico e sociocultural.* (OMT, 2005).

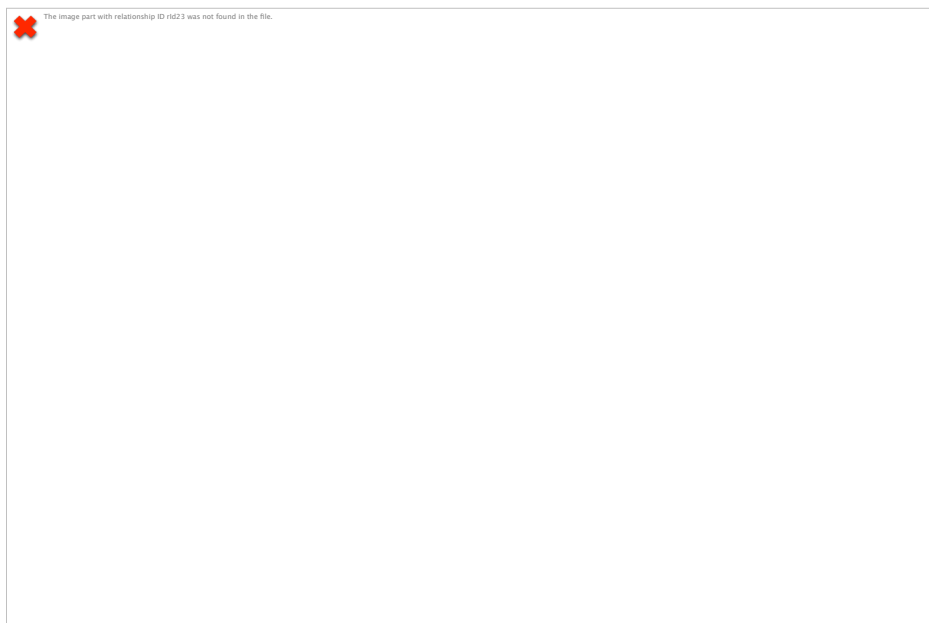
Neste sentido o turismo sustentável deve atender às seguintes considerações:

- **Optimização dos Recursos naturais**, sem que ocorra a deterioração dos processos ecológicos essenciais, contribuindo simultaneamente para a conservação dos recursos naturais e para a biodiversidade;
- **Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs**, preservar os recursos naturais, patrimoniais e culturais bem como todos os valores tradicionais, contribuindo para o intercambio e tolerância intercultural;
- **Assegurar a viabilidade das actividades económicas a longo prazo**, proporcionando benefícios socioeconómico para todos os agentes envolvidos distribuídos equitativamente, nomeadamente no que se refere às oportunidades de emprego de longa duração, bem como na dotação de meios e serviços para as populações de acolhimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida; (http://www.world-tourism.org/espanol/frame_sustainable.html)

O desenvolvimento sustentado do turismo pressupõe a participação informada de todos os interessados, bem como uma forte liderança política que garanta a ampla participação e consenso, com o objectivo de se implementar um modelo baseado num processo contínuo onde a monitorização dos impactes produzidos seja permanentemente actualizada, com vista à introdução de medidas preventivas e em última análise à definição de medidas correctivas (http://www.world-tourism.org/espanol/frame_sustainable.html).

“O turismo sustentável deve também manter um elevado nível de satisfação do turista assegurando uma experiência significativa, contribuindo para a formação de uma consciência sobre as questões de sustentabilidade promovendo o desenvolvimento de práticas de turismo sustentável.” (http://www.world-tourism.org/espanol/frame_sustainable.html).

Figura 2.1: Modelo Conceptual – Turismo Sustentável



Fonte: Adaptado a partir de Hall (2000) e ETB (1991)

Refira-se por último, que em 1961, foi criada a organização, **World Wildlife Fund (WWF)**, dedicada essencialmente à vida selvagem, no entanto, o protagonismo verificado nos anos 70 e 80, conduziram a uma expansão do seu campo de trabalho abrangendo todas as temáticas relacionadas com a conservação da natureza e biodiversidade, deixando de debruçar-se sobre as espécies isoladamente. Assim na década de 80, o nome oficial da organização passou a *WWF-World Wide Fund For Nature*.

Segundo esta organização “o turismo responsável corresponde a um turismo que satisfaz as necessidades do turista, mantém e melhora o meio ambiente do destino e beneficia os habitantes locais” Por sua vez “o ecoturismo deveria ser visto como um subtipo de turismo responsável que pode ser descrito como um turismo vocacionado para as áreas naturais beneficiando as comunidades locais e o meio ambiente” (WWF Global, 2001).

Esta organização define os seguintes princípios para um turismo responsável:

- Deve assumir um papel preponderante no desenvolvimento sustentável e um meio de conservação e preservação da natureza;
- Deve usar os recursos naturais de uma maneira sustentável;
- Deve eliminar o consumo insustentável, minimizar a contaminação e a produção de resíduos;
- Deve respeitar as culturas locais e proporcionar benefícios e oportunidades às comunidades locais;
- Deve ser informativo e educativo.

As várias definições encontradas, reflectem em certa medida a necessidade de se pensar esta actividade de uma forma global, à semelhança do que vem acontecendo em qualquer modelo de desenvolvimento assente nos pilares de sustentabilidade. No entanto, face às alterações sociais operadas, em que o lazer se encontra muito associado a novas experiências e novos lugares, será efectivamente necessário acautelar o excesso, decorrente de uma capacidade de consumo característico dos países desenvolvidos.

2.3.4 Turismo Sustentável: certificação, rótulos ecológicos, selos e prémios de qualidade ambiental

As certificação, rótulos ecológicos, selos e prémios de qualidade ambiental correspondem a distintivos ou prémios que são atribuídos, por determinados organismos, geralmente credenciados, de acordo com o desempenho ambiental das instalações ou serviços da empresa. Para o consumidor, estes distintivos são vantajosos, na medida em que permitem reconhecer o cumprimento das especificações ambientais exigidas pelo organismo outorgador e considerar esta informação nas suas decisões de compra. Para as empresas, por sua vez, podem ajudar a identificar pontos críticos, a implementar soluções ambientais mais eficientes e a garantir uma forma de divulgação pública do seu comportamento ambiental.

Estes instrumentos podem aplicar-se a instalações (tais como unidades de alojamento, estabelecimentos de restauração, lojas e portos desportivos), a serviços (tais como operadores turísticos, agências de viagens e empresas de transporte) e, ainda, a áreas de lazer (tais como praias, parques naturais e campos de golfe). A maioria dos rótulos ecológicos, selos e prémios de qualidade ambiental existentes respeita a unidades de alojamento turístico. Muitos destes distintivos foram desenvolvidos nos anos 90, por associações empresariais, começando por ser de âmbito local ou regional.

Nos últimos anos, têm-se criado cada vez mais esquemas nacionais e internacionais. A Organização Internacional de Normalização (ISO, International Standard Organization) tem concebido normas para definir diferentes tipos de rótulos ecológicos, com base nas normas ISO 14021, ISO 14024 e ISO 14025. De acordo com a base de dados da ECOTRANS, existem na Europa cerca de 40 sistemas de rótulos ecológicos e de reconhecimento ambiental para estabelecimentos de alojamento turístico e cerca de 2000 empresas envolvidas na sua aplicação (European Network for Sustainable Tourism Development, 2001, citada por Fullana e Ayuso, 2002).

A obtenção de Eco-etiquetas ou Certificações como meio de rotular um produto que cumpre com os critérios apropriados para a redução do impacto sobre o meio ambiente é muito utilizada na Europa setentrional. O *Cisne Nórdico* (etiqueta oficial conjunta da Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Islândia utilizada para fabricantes, importadores e comerciantes), *Anjo Azul* (aprovado em 1977 pelo instituto Alemão de Certificação e Qualidade e Agencia Ambiental Federal), *Energy Star* (aprovado pela Agência de Protecção do Meio Ambiente dos Estados Unidos) muito utilizada enquanto programa de rotulagem em matéria de Eficiência Energética para Equipamento de Escritório da União Europeia, constituem alguns dos exemplos mais conhecidos.


No contexto da abordagem deste trabalho, os mais relevantes são os sistemas de etiquetas ecológicas que se aplicam ao sector turístico de Portugal, das quais se refere: Green Globe 21, a Etiqueta Ecológica Europeia, Bandeira Azul e os programas VISIT e A Chave Verde (programa de educação ambiental para um turismo sustentável).

A **Green GLobe 21**, é um programa de certificação e referência internacional que veicula viagens e turismo sustentável aos consumidores, empresas e comunidades, assenta nos princípios da Agenda 21. Em 1999 foi criada a “Green Globe 21 Standard” sendo que actualmente existem 4 categorias “Green Globe”: empresas, comunidades, ecoturismo e desenho e construção (<http://greenglobe21.com>). A acreditação pode incidir sobre: (1) Certificação, para produtos que visem a implementação de um sistema integrado de gestão ambiental, com auditorias de renovação anuais; (2) Indicadores Chave (*benchmarking*), implicando o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade ambiental social e um seguimento anual e (3) Filiação/Consciência (*affiliate/awareness*), que corresponde a um nível inferior de comprometimento, pressupondo o compromisso de reunir informação sobre as práticas e princípios de turismo sustentável e preparar a política para alcançar um nível de referência.

A **Etiqueta Ecológica Europeia** foi criada em 1992, por iniciativa da Comissão Europeia, para distinguir produtos e serviços de alojamento turístico que apresentem uma boa gestão ambiental, através de acções como reduzir as emissões contaminantes e incrementar as técnicas amigas do ambiente, evita o recurso a fertilizantes e pesticidas e promove a comercialização de alimentos provenientes de agricultura biológica da região.

Bandeira Azul, uma das distinções mais emblemáticas, atribuída anualmente pela fundação para a educação ambiental (FEE) a praias (marítimas e fluviais) e marinas que cumpram um conjunto de requisitos de qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infra-estruturas de apoio, informação aos utentes e sensibilização ambiental. As praias e marinas distinguidas ficam autorizadas a ostentar a bandeira oferecida pela FEE durante a época balnear. Pode, portanto, ser considerada um símbolo de garantia de qualidade de uma praia ou marina.

Tabela 2.2: Programa “A chave Verde”

	<p>A Associação Bandeira Azul da Europa, secção portuguesa da Fundação para Educação Ambiental (FEE) lançou um programa de educação ambiental para o reconhecimento de boas práticas ambientais na gestão e utilização de empreendimentos turísticos tendo como objectivo o caminho para um verdadeiro turismo sustentável.</p> <p>Este projecto nasceu na Dinamarca em 1984 tendo inicialmente sido dedicado apenas a Hotéis, numa altura em que as preocupações eram distintas das actuais, hoje está implementado em 11 países (Dinamarca, França, Letónia, Holanda, Estónia, Lituânia, Suécia, Grónlandia, Chipre, Itália e Marrocos) fruto de uma evolução do próprio programa e dos esforços efectuados no sentido de uma orientação sustentada do turismo.</p>
---	---

Os objectivos desta campanha de educação ambiental são: **(1) Contribuir** através de um melhor desempenho ambiental do sector do turismo para a promoção de Agendas 21 Locais; **(2) Sensibilizar** para a alteração de práticas e comportamentos entre os responsáveis, participantes e decisores do sector turístico (empresas, autoridades, clientes e comunidades locais) através da educação ambiental; **(3) Envolver** estes "actores" na responsabilização face ao turismo sustentável, através da educação ambiental; **(4) Reconhecer** as iniciativas de gestão ambiental de sucesso como mais valias no caminho para um turismo sustentável. Assente numa metodologia de melhoria contínua, os critérios de atribuição do galardão, estão divididos por 12 áreas temáticas: Gestão ambiental; Envolvimento dos colaboradores; Informação aos clientes; Água; Higiene e limpezas; Resíduos; Energia; Alimentação e bebidas; Ambiente interior; Ambiente exterior, Parques e áreas ajardinadas; Actividades ao "ar livre"; Gestão de topo.

O programa, procura contribuir para que cada destino turístico se torne uma experiência pessoal de participação activa no sentido da sustentabilidade. Parte da educação ambiental como ponto de mudança da atitude individual enquadrando-a num processo colectivo de participação e actuação tanto na gestão como na utilização dos meios e locais, visando integrá-la no desenvolvimento e preservação da zona e comunidade nas quais cada unidade turística se insere.

Portugal com todos os atributos e potencial turístico que se lhe reconhece não deverá ficar alheado da necessidade de também nesta área ter uma participação activa nos objectivos da Década das Nações Unidas da Educação para o desenvolvimento sustentável, sendo mais esta iniciativa da Associação Bandeira Azul da Europa, um convite endereçado da sociedade civil dirigido a todos os agentes, operadores e promotores da actividade turística, assim como ao próprio Estado e às Autarquias, para que aderindo e envolvendo-se com o programa, A Chave Verde, dêem o primeiro passo para colocar Portugal num dos primeiros destinos turísticos sustentáveis do mundo. (www.abae.pt)

Actualmente, em Portugal existem 26 estabelecimentos Chave Verde, nomeadamente 4 na Região Norte (uma estalagem e 3 TER) 11 na Região Centro (3 TER, 1 Hotel Rural e 7 Hotéis), 5 na Região do Alentejo, 5 nos Açores, (4 TER e 1 Hotel), e 1 em Porto Santo, na Madeira. Referência ao facto de dois dos principais destinos turísticos de Portugal, Lisboa e Algarve, não terem qualquer empreendimento galardoado.

O programa **VISIT** (*Voluntary Initiatives for Sustainable Tourism*), é uma iniciativa que promove a cooperação entre diferentes rótulos “eco-etiquetas turísticas “ existentes. A Associação foi criada em 2004, pelas etiquetas baseadas nos Países Baixos, Itália, Dinamarca, Letónia, Reino Unido, Suíça e Luxemburgo, representando hoje mais de 2.000 participantes de empresas de turismo (<http://www.visit21.net/>).





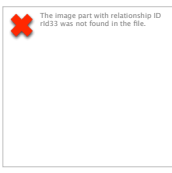

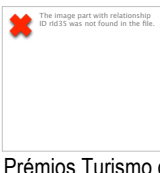
Ainda a referir a existência dos **Prémios Turismo de Portugal**, atribuídos pelo Instituto do Turismo de Portugal, que visam premiar e divulgar os projectos de relevância que tenham contribuído de forma mais significativa para a qualificação da oferta e para o reforço da actividade do destino, no âmbito de um ou vários produtos estratégicos (<http://www.turismodeportugal.pt/premios2009/default.aspx?content=251>)

Nesta definição não se consegue perceber se a conduta ambiental do empreendimentos é tida em consideração, parece no entanto, muito centrada nos recursos económicos que o empreendimento poderá gerar, bem como na coesão estrutural do sector. De realçar que entre as várias categorias a que o projecto poderá concorrer (Novo projecto privado, Novo projecto público, Requalificação projecto privado, Requalificação projecto publico, Serviços, Eventos) destaca-se a **Sustentabilidade Ambiental**, tendo sido atribuído em 2009 ao seguinte projecto, “Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e EcoResort, Vila Real de Santo António (Robinson Hotels, Portugal)”

Com alguma relevância no contexto do presente estudo, refere-se a criação da Marca “**Parques de Portugal**” apresentada na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), em 2008. Tratando-se de um certificado dado a produtos artesanais e naturais e aos serviços de turismo ligados à natureza, que operem dentro dos parques e na sua área de influência, nomeadamente na certificação de serviços relacionados com o Ecoturismo, como unidades hoteleiras e restaurantes, entre outros.

Finalmente, refere-se o reconhecimento como Turismo de Natureza, que permite às empresas o uso do logótipo – **Turismo de Natureza** -, como reconhecimento do código de conduta ambientalmente responsável.

Tabela 2.3: Exemplos de Eco-etiquetas e logótipos

 <p>Etiqueta Ecológica Europeia</p>	 <p>Ángel Azul</p>	 <p>Green Globe 21</p>	 <p>Bandeira Azul</p>
 <p>Turismo de Natureza</p>	 <p>Marca “ Parques de Portugal”</p>	 <p>Prémios Turismo de Portugal</p>	

A defesa dos valores naturais e culturais intrínsecos de um determinado território tem determinado as políticas de turismo a nível mundial, veja-se os casos de sustentabilidade turística em todo o Mundo, recentemente, a *National Geographic Society (NGS)* divulgou a sexta lista anual de destinos turísticos sustentáveis, com base numa recente avaliação para a qual contribuíram mais de 400 peritos especialistas em diferentes áreas do turismo, que coloca o **Vale do Douro no 7.º lugar**, a nível europeu, e 16.º lugar, a nível mundial, desse ranking, entre 133 destinos turísticos em todo o mundo.

2.3.5 Instrumentos de Financiamento do turismo sustentável

Neste ponto pretende-se identificar que medidas e instrumentos financeiros estão disponíveis para o apoio e promoção da actividade turística. Refere-se que apenas se enumeram os fundos que directamente poderão ser empregues na promoção e desenvolvimento da actividade turística e de animação. No entanto, esta análise não pretende desvalorizar todas as acções que o co-financiamento poderá suportar face à necessidade de uma intervenção global para a totalidade das actividades que ocorrem num território protegido e que engloba a agricultura, pesca, caça, floresta, entre outras, que directa ou indirectamente são o suporte para o incremento da actividade turística.

O **Turismo em Portugal, IP**, promove o programa de inovação financeira do turismo que tem por objectivo otimizar as condições de financiamento às empresas, através da criação e do reforço de mecanismos financeiros e de partilha de risco complementares e/ou alternativos aos sistemas de incentivos directos ao investimento. A actuação deste Programa assenta em três vectores: financiamento, dinamização empresarial e assistência técnica especializada. O Programa visa, ainda, uma articulação entre as políticas públicas do Turismo de Portugal, I.P. e as condições de financiamento oferecidas pelas sociedades gestoras de fundos e instituições de crédito, com vista a criar um sistema financeiro à medida das necessidades das empresas do turismo.

O **PRODER**, programa de desenvolvimento rural, instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia é co-financiado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e visa a concretização dos seguintes objectivos: (1) Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal; (2) Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; (3) Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. As actividades elegíveis, directamente **relacionadas com o turismo** correspondem a: (1) Apoio a actividades turísticas e de lazer, nomeadamente na criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, alojamento turístico de pequena escala e infra-estruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística; (2) Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde e cultural; (3) Alojamento turístico de pequena escala integrados nas seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: turismo de habitação, turismo no espaço rural (casas de campo), parques de campismo e caravanismo e turismo da natureza; (4) Infra-estruturas de pequena escala, tais como centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística.

Ainda no âmbito do turismo, o **co-financiamento Comunitário** para a Natura 2000 para o período 2007–13, prevê o apoio a actividades turísticas. A descrição dos fundos interessa para perceber de que forma poderá a actividade turística contribuir para a conservação da natureza e desenvolvimentos sustentável de áreas ambientalmente sensíveis. Neste sentido, no quadro seguinte sistematiza-se a informação referente aos fundos de co-financiamento no que se refere aos Eixos Prioritários e Artigos Chave definidos.

Tabela 2.4: Fundos para o desenvolvimento da actividade turística em Rede Natura 2000

Fundo	Eixos Prioritários	Artigos Chave
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)	Fomentar a Qualidade de vida nas áreas rurais e diversificação da economia rural	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação para actividades não agrícolas - Incentivo a actividades turísticas - Conservação e valorização do Património rural
Fundo Europeu para a pesca (FEP)	Favorecer o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas zonas marinhas, lacustres e costeiras em que são exercidas actividades de pesca e aquicultura.	<ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação e redireccionamento das actividades económicas em particular através da promoção do ecoturismo - Apoio a infra-estruturas e serviços relacionados com pequenas indústrias pesqueiras e turismo para benefício de pequenas comunidades pesqueiras
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	Cooperação territorial europeia: Transfronteiriça; Transnacional; Inter-Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo, incluindo a promoção dos recursos naturais como potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável. - Protecção e valorização do património natural em apoio do desenvolvimento socioeconómico; ajuda para melhorar a prestação de serviços de turismo; através de novos serviços de maior valor, acrescentado, e para incentivar novos modelos de turismo mais sustentáveis - Ambiente e prevenção de riscos, em especial a protecção e melhoria do património natural e cultural em apoio do desenvolvimentos socioeconómico e a promoção dos recursos naturais e culturais como potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável - Zonas com desvantagens geográficas e naturais: financiamento de investimentos tendentes a melhorar a acessibilidade, a promover a desenvolver actividades económicas relacionadas com o património cultural e natural, a promover a utilização sustentável dos recursos naturais e a estimular o turismo.
Fundo Social Europeu (FSE)	Políticas e prioridades para realizar progressos no sentido do pleno emprego, melhorar a qualidade e a produtividade no trabalho e promover a inclusão e coesão sociais (na estratégia europeia do emprego)	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço da capacidade dos trabalhadores das empresas e dos empresários com o objectivo de melhorar a qualidade de antecipação e a gestão positiva da evolução económica.
Fundo de Coesão	Redes transeuropeias de transportes; Questões de ambiente que se inscrevem no âmbito das prioridades atribuídas à política comunitária de protecção do ambiente ao abrigo da política e programa de acção em matéria de ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - domínios relativos ao desenvolvimento sustentável que apresentem benefícios ambientais claros como a eficiência energética e as energias renováveis e, - domínio dos transportes que não façam parte das redes transeuropeias, os transportes ferroviários, fluviais e marítimos, os sistemas de transportes intermodais e sua interoperabilidade, a gestão do tráfego rodoviário, marítimo e aéreo, o transporte urbano limpo e os transportes públicos

Fonte: Adaptado a partir do Manual de Referência, *Financiamento da Rede Natura 2000*, CE, 2007.

2.4 CONCLUSÃO

As várias definições de desenvolvimento sustentável, apresentam-se consensuais quanto aos seus objectivos intrínsecos, atingir um processos de desenvolvimento que garanta a manutenção da capacidade de suporte da vida e de qualidade ambiental, bem como a equidade de custos e benefícios do desenvolvimento, não só em relação às gerações actuais, mas também em relação às gerações futuras. As diferenças encontram-se nas perspectivas teóricas para a sua operacionalização, que admitem intensidades de crescimento económico diferentes e de diferentes níveis de defesa dos valores a preservar.

Na operacionalização do conceito de turismo sustentável considera-se que os indicadores constituem eficientes instrumentos de medição das alterações ambientais operadas, desde que na sua formulação sejam observados os critérios de significância, relevância e objectividade e precisão, tornando-se especialmente úteis em estudos de previsões e no diálogo com os decisores.

O turismo sustentável, tem na sua essência um modelo comum, transversal a todos os tipos de turismo, mesmo a um turismo de massas, reflectido nas práticas de gestão. A sustentabilidade turística está presente na importância que a gestão ambiental assume, a par com o desenvolvimento económico e sociocultural. Neste sentido o turismo sustentável deve atender à optimização dos recursos naturais, respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs e assegurar a viabilidade das actividades económicas a longo prazo. Na procura de um turismo mais sustentável, foram sendo criados instrumentos e mecanismos que pretendem assegurar um correcto desenvolvimento do sector turístico, direccionado também para as áreas protegidas. Tratam-se de instrumentos genéricos na sua maioria decorrentes de acções voluntárias, alguns dos quais de âmbito internacional, mostrando-se de grande utilidade na obtenção de um turismo sustentável. Refere-se, a título exemplificativo, os códigos de ética e conduta, enquanto documentos orientadores para uma prática sustentável. Também os prémios criados em determinados contextos, constituem o reconhecimento de instituições e empresas seguidoras de boas práticas ambientais que conduzem a projectos altamente qualificados. Por último, as eco-etiquetas são reveladoras da consolidação de uma marca ou produto com preocupações ambientais.

As medidas de financiamento são reveladoras da dinâmica que se pretende imprimir a um sector de actividade, no caso do turismo sustentável, são essencialmente decorrentes de Co-financiamentos proveniente de eixos prioritários mais abrangentes, sendo esta uma das actividades que convergem nesse sentido.

3. TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

3.1 INTRODUÇÃO

As **Áreas Protegidas** correspondem ao primeiro esforço sistematizado e congruente de transcrever as preocupações de ordem ambiental da administração governamental, tendo por objectivo a defesa dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente nos países ditos desenvolvidos. Segundo o n.º 1 do DL 19/93 de 23 de Janeiro, compreendem *as áreas terrestres e águas interiores e marítimas classificadas, em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentam, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exige medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar (n-º1, DL 19/93 de 23 de Janeiro)*

A lista de áreas protegidas das Nações Unidas, de 2003 (Chape et al. 2003), refere que a extensão da superfície terrestre coberta por áreas protegidas compreende aproximadamente 17,1 milhões de km² (11,5% da superfície terrestre), as reservas marinhas correspondem a 1,7 milhões de km² adicionais, ou seja, menos de 0,5% dos oceanos do planeta. A lista de 2003 é mais abrangente do que as listas anteriores, dado que inclui todas as áreas protegidas que se inserem na definição de área protegida da IUCN (International Union for Conservation of Nature) – independente do tamanho ou de pertencerem ou não a alguma categoria de gestão – e incluindo as reservas de gestão privada. De qualquer forma, o documento indica um aumento real tanto no número como na extensão das áreas protegidas desde a publicação da primeira lista das Nações Unidas em 1962.

Foi nos Estados Unidos, nos finais do século passado que os esforços primários na classificação de parcelas do território como áreas de vocação ambiental dominante se verificaram. Em 1864, o congresso americano concedeu ao Estado da Califórnia o **Vale de Yosemite**, para que constituísse uma zona protegida destinada ao uso e recreio das populações inalienável para sempre. Pouco depois, em 1872, é criado o primeiro parque nacional, o **Parque de Yellowstone**, o que significava a circunscrição pelo congresso de quase um milhão de hectares de um terreno bastante rico em recursos naturais, atribuindo-lhe uma afectação ao interesse público (Hines, 1979, 275).

Em Portugal, o primeiro diploma dirigido para as áreas protegidas data de 1970, a Lei 9/70, de 19 de Junho, “*Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte: Dos parques nacionais e outros tipos de reservas.*”

A lei previa “*criação de parques nacionais e de outro tipo de reservas*” (cfr. Base IV). Os Parques Nacionais podiam abranger as seguintes zonas de reserva: (1) Reservas integrais; (2) Reservas naturais, (3) Reservas de paisagem e (4) Reservas turísticas.

As **Reservas turísticas** correspondiam às zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e do turismo, em conformidade com os objectivos do parque, e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções.

Os restantes tipos de reservas eram considerados em função da sua finalidade como reservas botânicas, zoológicas e geológicas. Para cada uma destas áreas o legislador definia os critérios básicos de identificação.

O primeiro esforço para esclarecer a terminologia internacional de áreas protegidas teve lugar em 1933 na Conferência Internacional para a Protecção da Fauna e Flora Silvestre celebrada em Londres. Foram estabelecidas 4 categorias de áreas *protegidas*: *parque natural*, *reserva natural*, *reserva de flora e fauna* e *reserva com proibição de caça e colheita*.

Em 1962 a Comissão de Parques Nacionais de AP's da UICN, preparou uma lista mundial de parques nacionais e de reservas equivalentes para a primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais realizada em Seattle. Em 1966 a UICN redigiu uma segunda versão que viria a ser divulgada como lista da ONU de AP's consagrando um sistema de classificação simples: *parques nacionais*, *reservas naturais* e *monumentos naturais*. Em 1972, a segunda Conferência Mundial de Parques Nacionais solicitou à UICN que definisse os diferentes protótipos para que as AP's eram clarificadas e desenvolvesse padrões e nomenclaturas adequadas para cada áreas (UICN, 2008,4)

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

3.2.1 Categorias de classificação e administração estabelecidas pela IUCN

Desta forma, em 1978 a UICN publica um relatório resultante de um grupo de trabalho onde é evidenciado como a classificação de uma determinada área como Parque Nacional poderá complementar-se com outras classificações, devendo estas estar associadas aos objectivos de gestão “ *independentemente da nomenclatura atribuída pelo Estado a determinada área...uma área de conservação pode ser reconhecida e categorizada em função dos objectivos para os quais foi criada.*”

Neste contexto propuseram-se dez categorias que tinham subjacente os objectivos de gestão formulados. O trabalho continuado da UICN, resulta numa nova reestruturação publicada em 1994. Com base neste trabalho o sistema actual contém seis categorias com terminologia e disposição simplificada.

Segundo a IUCN (2003) e tendo em conta as diferentes combinações que os objectivos então definidos proporcionam foram estabelecidas diversas categorias de áreas protegidas. A saber:

- “I - Protecção Integral (ex: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre)
- II - Conservação de Ecossistemas e Turismo (ex: Parque Nacional)
- III - Conservação das Características Naturais (ex: Monumento Natural)
- IV - Conservação através de Administração Activa (ex: Área de Gestão de Habitats/Espécies)
- V - Conservação de Paisagens Terrestres, Marinhas e Recreio (ex: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas)
- VI - Utilização Sustentada dos Ecossistemas Naturais (ex: Área Protegida com Recursos geridos)” (IUCN, 2002:10).

Tabela 3.1: Relação entre os objectivos de utilização e as diferentes categorias estabelecidas pela IUCN.

OBJECTIVOS DE UTILIZAÇÃO	CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS						
	IA	IB	II	III	IV	V	VI
INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	3	2	2	2	2	3	
PROTECÇÃO DE ZONAS SILVESTRES	1	2	3	3	-	2	
PRESERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E DIVERSIDADE GENÉTICA	-	-	2	1	3	1	3
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	2	1	1	-	1	2	1
PROTECÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS E CULTURAIS ESPECIFICAS	-	-	2	1	3	1	3
TURISMO E RECREAÇÃO	-	2	1	1	3	1	3
EDUCAÇÃO	-	-	2	2	2	2	3
UTILIZAÇÃO SUSTENTADA DOS RECURSOS DERIVADOS DE ECOSISTEMAS NATURAIS	-	3	3	-	2	2	1
MANUTENÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E TRADICIONAIS	-	-	-	-	-	1	2

Notas: 1) Objectivo principal; 2) Objectivos Secundários; 3) Objectivo aplicável; - Não se aplica

Fonte: IUCN (2002:11)

Para cada uma das categorias referidas, apresenta-se, em seguida, alguns aspectos relativamente à classificação de áreas protegidas. Assim:

- **Categoria I**, denominada “Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre”, corresponde a áreas protegidas geridas principalmente com fins científicos e de protecção da natureza. Esta categoria encontra-se subdividida na **Categoria Ia**, que corresponde a Reserva Natural Estrita: área protegida gerida principalmente com fins científicos (IUCN, 2002:10). **Categoria Ib**, com denominação de ‘Área Natural Silvestre’, é utilizada principalmente com fins de protecção da natureza (IUCN, 2002).
- **Categoria II**, denomina-se de ‘Parque Nacional, utilizada principalmente para a conservação de ecossistemas e fins de recreio’. Estes espaços, de acordo com a definição preconizada pela IUCN são “áreas terrestres e/ou marinhas designadas para a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações actuais ou futuras; b) excluir os tipos de exploração e ocupação que sejam hostis com o propósito para as quais foram classificadas; c) proporcionar um espaço para actividades espirituais, científicas, educativas, recreativas e turísticas, actividades que devem se compatíveis desde o ponto de vista ecológico e cultural” (IUCN, 1994:12; 2002:10).
- **Categoria III**, denominada de ‘Monumento Natural’, utilizada principalmente para a conservação de características naturais específicas. São “áreas que contêm uma ou mais características naturais ou

naturais/culturais específicas de valor destacada ou excepcional pela sua riqueza implícita, suas qualidades representativas ou estéticas ou pela sua importância cultural” (IUCN, 2002:10).

- **Categoria IV**, denominada de Manutenção de Habitats/Espécies, utilizada especialmente para a conservação’. Estes espaços correspondem a uma *“Área terrestre/e ou marinha sujeita a intervenção activa com fins de uso, para garantir a manutenção dos habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies”* (IUCN, 2002:10).
- **Categoria V**, denominada por ‘Paisagem Terrestre e/ou Marinha Protegida, gerida principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos’.
- **Categoria VI**, denominada de ‘Área Protegida com Recursos Geridos, utilizada principalmente para a utilização sustentável dos ecossistemas naturais’. De acordo com a IUCN (2003:23), incluem-se nesta categoria *“áreas que contêm predominantemente sistemas naturais não modificados, que é objecto de actividades de utilização para garantir a protecção e a manutenção da diversidade biológica a longo prazo (...)”*.

Este sistema foi elaborado de forma a poder proporcionar uma base de comparação internacional e foi concebido para ser utilizado por diferentes países.

As categorias de gestão das áreas protegidas estabelecidas pela UICN, constituíram um marco internacional de referência, reconhecido pela Convenção para a Diversidade Biológica, tendo como objectivo efectuar um inventário de todas as áreas protegidas existentes a nível mundial, procedendo à atribuição de uma das seis categorias previstas, tendo subjacente a gestão desenvolvida em determinada áreas protegida.

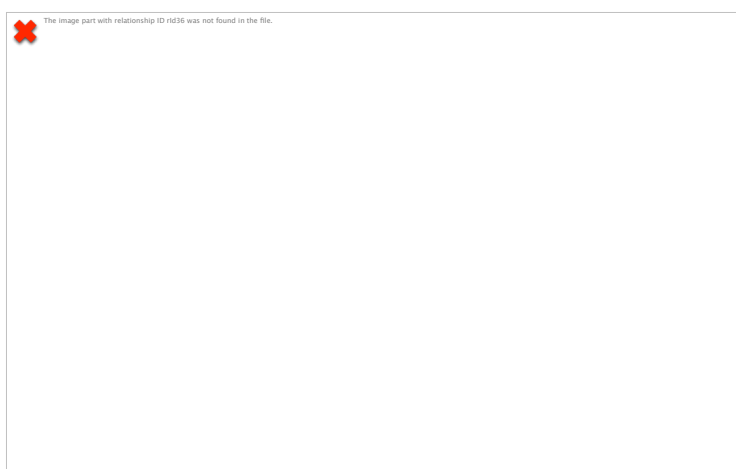
As categorias definidas não representam uma relação hierárquica quanto à importância e grau de conservação, nem se revelam iguais em todas as situações, sendo que o macro objectivo é maximizar as possibilidades de conservação, devendo ser adaptadas às necessidades e características de uma determinada área. Neste sentido um dos princípios associados à definição de área protegida é o de que *“todas as categorias constituem um contributo para a conservação, no entanto os objectivos devem ser definidos em função de cada situação específica, dado que, nem todas as categorias são igualmente úteis em todas as situações”* (IUCN, 2008:29).

O que significa que um sistema de áreas protegidas bem equilibrado deveria considerar a utilização de todas as categorias, ainda que, em alguns casos nem todas as opções sejam necessárias ou práticas em todas as regiões ou países. Na maioria das situações pelo menos parte da área protegida deveria estar classificada entre a categoria I a IV, dado serem as mais restritivas. A selecção da categoria pressupõe um conhecimento da área de intervenção e deveria estar orientada para as necessidades e urgências de conservação e biodiversidade identificadas, nomeadamente: a necessidade de intervenção no ecossistema, as necessidades e carências das comunidades humanas, a estrutura da propriedade, administração (pública, privada) e o nível de ocupação e infra-estruturação existente.

A abordagem de gestão assim como a categoria atribuída não são inalteráveis, podendo ser ajustadas as novas realidades, no entanto ressalva-se que a reclassificação de uma determinada área deveria ser sujeita a análise tão rigorosa quanto a realizada aquando da sua classificação inicial.

Existe uma tendência generalizada para associar o grau de naturalização de uma área protegida, com a categoria, sendo que as categorias I a IV, constituem áreas protegidas altamente naturalizadas, e sujeitas a uma maior protecção. No entanto, a figura seguinte ilustra que esta questão é mais complexa, verificando-se uma naturalização em todas as categorias existentes que tem continuidade nas áreas envolventes.

Figura 3.1: Grau de Naturalização e categorias de áreas protegidas da UICN



Fonte: IUCN (2008:29)

Relativamente à(s) entidade que administram as áreas protegidas, a UICN considera as seguintes possibilidades, podendo no entanto ocorrer a co-administração em função dos objectivos de gestão:

- a) **Administração governamental;**
- b) **Administração partilhada;**
- c) **Administração privada;**
- d) **Administração realizada por povos indígenas e comunidades locais. (IUCN, 2008:32).**

Para a definição de área protegida bem como para a atribuição das categorias de gestão, a UICN, não considera o tipo de administração nem a natureza da propriedade, não sendo relevante se se trata de propriedades públicas ou privadas, ou seja, a terra a água os recursos naturais em qualquer categoria de gestão podem ser propriedade de, e ser geridas directamente por: agências governamentais, ONGs, comunidades e empresas privadas, isoladamente ou em associação.

a) Administração governamental (administração central, regional e municipal)

A administração através de uma agência ou instituto assume a responsabilidade e a gestão da área protegida, definindo os seus objectivos de conservação e de desenvolvimento promovendo igualmente a sua gestão. Nestas circunstâncias, o estado é o proprietário das terras, da água e dos recursos relacionados que integram a área protegida. Também se verifica a administração regional e local, materializada pelos municípios. Existe ainda o modelo em que o estado é o proprietário detendo a área protegida e todos os seus recursos, efectuando a definição dos objectivos de gestão, sendo no entanto a sua implementação efectuada por ONGs, empresas privadas ou comunidades locais. A legislação geral é competência do governo central, sendo as responsabilidades compartilhadas com comunidades ou regiões administrativas, adaptada a cada país. (IUCN, 2008:32).

b) Administração partilhada;

Responsabilidade partilhada em que a administração assumida pelo estado e instituições não governamentais através de processos institucionais pode assumir-se como colaborativa, em que uma agência toma decisões e assume responsabilidades sob consulta prévia dos agentes envolvidos. Um exemplo de administração partilhada verifica-se nas áreas protegidas transfronteiriças onde existe o envolvimento dos dois Estados e possivelmente de outros organismos locais. (IUCN, 2008:32).

c) Administração privada

A administração é de natureza privada e pode ser assumida por cooperativas, ONGs, pessoas individuais e instituições sem fim lucrativo. A título exemplificativo refere-se as áreas protegidas adquiridas por ONGs, explicitamente para a concretização da sua gestão de conservação. Muitos proprietários de terras também perseguem a conservação por respeito e valorização estética e ecológica. Os planos de incentivos para receitas provenientes do ecoturismo e da caça, a redução de taxas e impostos, são geradores de receitas para este tipo de gestão. Nestes casos a gestão da área bem como dos recursos naturais são dos seus donos, que determinam os objectivos de conservação e desenvolvimento e aplicam os planos de gestão, em conformidade com a legislação vigente. Cabe aos governos criar condições e incentivos, como a redução de taxas e impostos, que fomentem o incremento destas áreas. Refere-se ainda a importância de medidas como a possibilidade de um proprietário arrendar a sua terra para fins de conservação da natureza. (IUCN, 2008:32).

d) Administração realizada por povos indígenas e comunidades locais. (IUCN, 2008:32).

Este tipo de administração envolve dois grandes grupos: **(1)** áreas e territórios de povos indígenas, estabelecidas e geridas pelos próprios e **(2)** áreas conservadas por comunidades locais aí estabelecidas. A referência inclui comunidades sedentárias e nómadas. A UICN define este tipo de administração como “*áreas protegidas de onde a autoridade administrativa e a responsabilidade recaem nos povos indígenas e comunidades locais sob a forma de instituições e normas e regulamentos formais e informais*” Podem assumir-se bastante complexas, por exemplo os recursos terrestres e marinhos podem ser propriedade e administradas por um colectivo, ainda que outros recursos possam ser administrados individualmente e/ou

por grupos. Cabe a estas comunidades definir os objectivos de gestão bem como a prossecução dos objectivos definidos. (IUCN, 2008:33).

Em alguns modelos de Administração, p. ex. áreas protegidas públicas e privadas, o proprietário é coincidente (estado e particulares), no entanto, noutros casos a administração deverá ser aferida aos modelos definidos e ajustados ao enquadramento legal de cada país. As áreas protegidas extensões e complexas, particularmente as que integram as categorias V e VI, podem assumir vários tipos de administração, supervisionada por uma entidade. Em águas internacionais e no Antártico, onde não existe uma autoridade estatal, as áreas protegidas são invariavelmente administradas por um sistema de responsabilidade compartilhada. (IUCN, 2008:33).

As iniciativas internacionais para a Conservação da Natureza e Biodiversidade não se cingem às acções e medidas publicadas pela UICN, existem inúmeras iniciativas paralelas para proteger importantes habitat por parte das Nações Unidas e por acordos regionais. Cabe destacar a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, Património Natural da UNESCO, Reservas Biosfera da UNESCO e a Convenção de Ramsar .

3.2.2 Rede Nacional de Áreas Protegidas

Em Portugal, durante a vigência da lei de 1970 foram criadas quatro AP's sendo a primeira o Parque Nacional da Peneda-Gerês (Decreto n.º 187/71, de 8 de Maio), o único parque de âmbito nacional até ao momento. Esta lei firma o primeiro compromisso formal do Estado com a necessidade de desenvolver uma estratégia para a conservação da natureza, secundada pela constituição da Comissão Nacional de Ambiente no ano seguinte.

O Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho vem substituir na íntegra a lei de 1970. Por esta altura, outros países aprovavam leis sobre a Conservação da Natureza e a criação de Áreas Protegidas. O regime jurídico das Áreas Protegidas mereceu uma profunda alteração, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro (redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de Julho) prevendo a constituição da Rede Nacional de Áreas Protegidas, consagrando figuras de dimensão nacional, regional e local e de estatuto privado (art. 2.º), e que fora já prevista na Lei de Bases do Ambiente. Esta é a novidade mais sensível: a construção de uma estrutura de zonas ecologicamente relevantes, que abrangem interesses com expressão geográfica e funcional diversificada, com gestão cometida às autarquias locais ou as associações de municípios.

Prevê-se ainda a possibilidade de, a requerimento dos próprios proprietários interessados, serem criadas áreas protegidas de estatuto privado, que se convencionou designar «sítio de interesse biológico», com o objectivo de proteger espécies da fauna e da flora selvagem e respectivos habitats naturais com interesse ecológico e científico.

A actual legislação portuguesa consagra cinco figuras classificatórias: **(1) Parque Nacional; (2) Parque Natural; (3) Reserva Natural; (4) Monumento Natural; e (5) Paisagem Protegida.**

Assim no âmbito das 5 figuras classificatórias previstas, refere-se:

- **parque nacional** corresponde a *“uma área contendo um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais ou humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico ou educacional.”*(ICNB, 2008). No território português a única AP's que beneficia deste estatuto é o Parque Nacional da Peneda-Gerês criado em 1971.
- **parques naturais** correspondem a uma *“área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo de integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural”*. (ICNB, 2008).
- **reserva natural** é *“uma área destinada à protecção da flora e da fauna”*. As reservas integrais são zonas de protecção integral demarcadas no interior de AP's *“destinadas a manter os processos naturais em estado imperturbável”* enquanto as reservas marinhas constituem áreas demarcadas nas áreas protegidas que abrangem meio marinho destinadas a assegurar a biodiversidade marinha. (ICNB, 2008).
- Segundo o Decreto-Lei 613/76 de 27 de Julho, **paisagem protegida (PP)** *“corresponde ao que por vezes se tem designado por reserva de paisagem; com efeito, propõe-se salvaguardar áreas rurais ou urbanas onde subsistem aspectos característicos na cultura e hábitos dos povos, bem como nas construções e na concepção dos espaços, promovendo-se a continuação de determinadas actividades (agricultura, pastoreio, artesanato, etc.), apoiadas num recreio controlado e orientado para a promoção social, cultural e económica das populações residentes e em que estas participam activa e conscientemente”*. (ICNB, 2008).
- **monumento natural**, corresponde a *“uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade* (ICNB, 2008).”

O DL. 19/93 de 23 de Janeiro, prevê ainda (art.º 10 A) que nas áreas protegidas que abranjam meio marinho possam ser demarcadas áreas denominadas "reservas marinhas" ou "parques marinhos", que têm por objectivo a adopção de medidas dirigidas para a protecção das comunidades e dos habitats marinhos sensíveis, de forma a assegurar a biodiversidade marinha e a adopção de medidas que visem a protecção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das actividades humanas.

Nas AP's podem ser demarcadas zonas de protecção integral denominadas "reservas integrais", constituídas por espaços que têm por objectivo a manutenção dos processos naturais em estado imperturbável e a

preservação de exemplos ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo e em que a presença humana só é admitida por razões de investigação científica ou monitorização ambiental (art.º 11), ficam as áreas em causa sujeitas a expropriação nos termos da lei.

A classificação de áreas protegidas visa a prossecução dos seguintes objectivos:

- *A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;*
- *A reconstituição das populações animais e vegetais e a recuperação dos habitats naturais das respectivas espécies;*
- *A preservação de biótipos e de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis;*
- *A preservação ou recuperação dos habitats da fauna migratória;*
- *A investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera;*
- *A preservação dos sítios que apresentem um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem;*
- *A protecção e a valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de protecção;*
- *O estabelecimento de reservas genéticas, garantindo a perenidade de todo o potencial genético, animal e vegetal;*
- *A promoção do desenvolvimento sustentado da região valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações;*
- *A valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural.*

Tabela 3.2: Rede nacional de AP's, 2009

Figuras Classificatórias	Áreas Classificadas	Gestão	Âmbito
Parque Nacional	Peneda-Gerês	ICNB	Nacional
Parques Naturais	Montesinho, Douro Internacional, Litoral Norte, Alvão, Serra da Estrela, Tejo Internacional, Serras d'Aire e Candeeiros, São Mamede, Sintra-Cascais, Arrábida, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Vale do Guadiana e Ria Formosa.	ICNB	Nacional
Reserva Natural	Dunas de São Jacinto, Serra da Malcata, Paul de Arzila, Berlengas, Paul do Boquilobo, Estuário do Tejo, Estuário do Sado, Lagoas da Sancha e de Santo André e o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.	ICNB	Regional/ Local

Figuras Classificatórias	Áreas Classificadas	Gestão	Âmbito
Monumento Natural	Ourém/Torres Novas (integrado no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros); Carenque; Cabo Mondego; Pedreira do Avelino; Pedra da Mua e Lagosteiros (os dois últimos integrados no Parque Natural da Arrábida) e Portas de Ródão.	ICNB	Nacional
Paisagem Protegida	Serra do Açor e da Arriba Fóssil da Costa da Caparica	ICNB	Nacional
	Corno do Bico, Serra de Montejunto, Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e Albufeira do Azibo	Municipal	Municipal

Fonte: Elaborado a partir de www.icnb.pt

Em 2008, Portugal Continental tinha cerca de 9,28% do território integrado em 44 áreas protegidas, sendo 40 de âmbito Nacional e 4 de âmbito Regional. A gestão e administração é assegurada pelo ICNB em todas elas com excepção feita às áreas de âmbito municipal.

O parque nacional, a reserva natural e o parque natural dispõem de dois órgãos, a Comissão Directiva e o Conselho consultivo. As áreas protegidas classificadas como monumento natural são directamente administradas pelo SNPRCN (Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza). A comissão directiva compete, em geral, a administração dos interesses específicos da área protegida, executando as medidas contidas nos instrumentos de gestão e assegurando o cumprimento das normas legais.

As AP's são zonas especiais do território onde coexiste uma multiplicidade de funções. A função principal refere-se à conservação, tendo como objectivo o equilíbrio biofísico favorável à protecção das espécies vegetais e faunísticas assegurando objectivos desenvolvimento e de acção científica. São constituídas, na sua maioria, por terrenos objecto de propriedade privada, abrangendo aglomerados e povoações, o que obriga à articulação dos valores de protecção ecológica com a garantia da qualidade de vida das populações residente. Face às limitações existentes quanto às actividades previstas nestas áreas que têm de ser consonantes com a conservação da natureza, torna-se fundamental o papel do poder local e do tecido empresarial para o fomento e criação de actividades sustentáveis.

3.3 TURISMO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS PROTEGIDAS

3.3.1 O turismo em AP's

A sustentabilidade acima de tudo está associada a uma forte aposta que deve ser a garantia da diversidade e multi-funcionalidade das actividades, com respeito não apenas pela biodiversidade do território mas também pelo uso múltiplo do espaço, condição essencial à prossecução não só de objectivos de sustentabilidade em si, mas também à eficiência económica no melhor uso possível dos recursos endógenos existentes. Sendo o

turismo uma actividade com conhecidas formas de sustentabilidade, deverá ser assumido como uma possibilidade para o incremento e diversidade das actividades em AP's.

Planear é um processo que envolve a selecção de um futuro desejável onde existem inúmeras alternativas plausíveis para implementar estratégias de acção que permitem alcançar o desejado. Neste sentido, é essencial que os responsáveis pelo planeamento e operadores turísticos se baseiem na compreensão dos aspectos sociais, políticos e tendências económicas, de forma a ser constituído um correcto planeamento. O interesse crescente sobre turismo sustentável e ecoturismo reflecte as preocupações sociais no que se refere aos impactes que o turismo poderá produzir na envolvente natural em que se desenvolve.

O turismo em AP's produz benefícios e introduz custos, entendendo-se por custos os efeitos negativos que decorrem da actividade turística, tornando-se uma opção do planeador maximizar os benefícios em detrimento dos custos, sendo que em primeira instancia, as AP's, foram criadas para preservar um processo biofísico que integra a fauna, habitat, paisagem, herança cultural e tradições.

Os turistas visitarão as AP's para perceber e apreciar os valores pelos quais foi efectivamente determinante a sua criação. Podem resultar efeitos negativos da visita turística, mas muitos deles podem ser minimizados. Os agentes de decisão estão em posição de aferir os efeitos positivos e negativos do turismo, determinando até que ponto são aceitáveis os efeitos negativos e que caminhos são estabelecidos para a sua redução. Os custos do Turismo podem ser agrupados em três tipos: financeiros e económicos, socioculturais e ambientais:

- **Custos Financeiros e Económicos**, o turismo induz o incremento de bons serviços, dotação de meios, tal como alojamento, restaurantes, outras atracções e serviços especializados. O número crescente de visitantes conduz à necessidade do incrementos de serviços básicos tais como vigilância, segurança serviços de saúde. Por vezes os custos são elevados não podendo ser suportados pelos residentes locais, o que gera oportunidades de negócio, em parte de investimentos que não são locais. Desta forma, o turismo pode levar ao aumento da participação financeira externa e ao incremento do valor da propriedade. Mas o aumento da visita representa igualmente o aumento de custos para as agencias gestoras das AP's, uma vez que é necessário criar mais infraestruturas e contratar mais pessoas, o que deve ser ponderado nas opções de gestão definidas.
- **Custos Socioculturais**, a perda da identidade local, algumas tradições e manifestações culturais, acabam por se transformar em demonstrações turísticas, perdendo a sua função original. Os impactes negativos decorrentes de grandes discrepâncias nos modos de vida dos visitantes e as comunidades visitadas, introduz o sentimento e a noção de injustiça social. Cabe aos gestores e operadores turísticos encontrar meios de minimizar estas situações.
- **Custos Ambientais**, o turismo à semelhança de outras formas de desenvolvimento produz impactes negativos no ambiente, mesmo quando se refere a níveis de fluxo turístico muito reduzido, e mesmo na adopção de práticas ambientais sustentáveis, o que leva à necessidade de avaliar que tipo de impactes

produz quando comparado com actividades como a agricultura, floresta, urbanização e qual o saldo final decorrente da sua implantação. **Os custos são, em parte, compensados pelas mais valias ou benefícios introduzidas pelo turismo como o reforço das oportunidades económicas, a protecção do património natural e cultural e o reforço da qualidade de vida das populações locais.**

A tabela seguinte sistematiza **os benefícios** segundo os eixos de intervenção.

Tabela 3.3: Benefícios do turismo em AP's

Acções	Benefícios
Reforço das Oportunidades Económicas	<ul style="list-style-type: none">- cria emprego para a pop. residente;- gera aumento dos rendimentos- estimula a criação de novas agências turísticas e o estímulo da diversificação da economia local- estimula a produção local de bens- reforça o intercâmbio de mercados- melhora a qualidade de vida- gera receitas fiscais locais- introduz novos conhecimentos nas actividades tradicionais- aumenta o financiamentos para as AP's e comunidades locais
Protecção do património natural e cultural	<ul style="list-style-type: none">- ajuda a protecção dos processos ecológicos e bacias hidrográficas- ajuda a conservação da Biodiversidade- ajuda a protecção e conservação dos recursos para a criação de uma herança de recursos- ajuda na transmissão dos valores de protecção ambiental através da educação e interpretação ambiental- ajuda os residentes locais a perceber a herança de valores naturais e culturais existentes para a transmissão de conhecimento e para a criação de gerações futuras ambientalmente responsáveis- contribui para o financiamento de investigação e desenvolvimento na criação de boas práticas ambientais, na criação de manuais de boa conduta para operadores turísticos e agências locais bem como para os visitantes nos destinos;- induz o melhoramento das infraestruturas locais, transportes e comunicação;- ajuda a desenvolver mecanismos financeiros próprios para as operações necessárias à gestão da AP
Reforço da Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none">- promove conceitos estéticos e espirituais entre outros valores relacionados com o bem estar- apoia a educação ambiental dos visitantes e residentes- estabelece novos destinos ambientalmente atractivos para residentes que poderão apoiar actividades compatíveis- apoia o intercambio cultural- encoraja o desenvolvimento cultural, artístico e artesanal- apoia a educação da população local- encoraja os residentes a aprender línguas e outras culturas através dos visitantes- encoraja os habitantes locais a valorizar a AP onde residem bem como os aspectos ambientais e culturais associados

Fonte: Sustainable Tourism in Protected areas; Guidelines for planning and management (WCPA), 1998

A captação de benefícios económicos devem ser formulados na estratégia delineada norteados em função dos objectivos de gestão. As medidas a incrementar devem ter subjacentes as seguintes orientações:

- **Incremento do número de visitantes**, o incremento do número de visitantes tem custos associados que só serão compensados se ultrapassarem os impactes negativos associados;
- **Incremento da duração da estadia**, que potencia a venda de produtos e serviços locais;
- **Atracção de mercados de segmento mais elevado**, diferentes abordagens de *marketing*, podem atrair segmentos com capacidade financeira que possibilite a aquisição de serviços especializados mais rentáveis;
- **Técnicas de publicitação vocacionadas para o incremento de produtos locais**; criação de locais de venda atractivos e estrategicamente localizados;
- **Alojamento**, reforço de actividades complementares como a restauração;
- **Criação de manuais e disponibilização de serviços de guias**;
- **Realização de eventos locais**, realização de festivais culturais e mostras de produtos locais
- **Divulgação da gastronomia local**.

Referidos os benefícios importa identificar os riscos ambientais decorrentes da actividade turística em AP's. Na tabela seguinte sistematiza-se esta informação exemplificando as acções que produzem impactos negativos nos ecossistemas, solos, vegetação, água, qualidade do ar e fauna.

Tabela 3.4: Exemplos de riscos decorrentes das actividades turísticas em AP's

Recursos	Riscos
Ecossistemas	Construção de alojamento, centros de interpretação, infraestruturas, e outros serviços com impactes directos sobre o ambiente, desde a remoção de vegetação, perturbação da fauna e eliminação de habitat, impactes decorrentes da drenagem;
	Alterações introduzidas pela criação de estradas, reservas de caça, e áreas destinadas aos usos complementares da actividade turística;
Solos	Pode ocorrer a compactação dos solos onde se verifica o maior concentração de actividades;
	As alterações no solo e erosão também podem ocorrer, podendo estes processos se perpetuar, mesmo quando terminada a utilização verificada
Flora	A utilização concentrada nas áreas onde se encontram as infraestruturas turísticas tem efeitos negativos sobre a vegetação
	Os transpores podem causar impactes negativos no ambiente
Água	A ocorrência de incêndios derivados de comportamentos negligentes dos visitantes
	Aumento das necessidades de água
	Aumento das águas residuais a tratar

Recursos	Riscos
Ar	Poluição das águas decorrentes das actividades de recreio náutico
	Possível perturbação dos ecossistemas aquáticos
	Aumento das emissões atmosféricas decorrentes dos meios de transportes
	A caça e pesca podem introduzir alterações na dinâmica das populações;
	A caça e a pesca pode induzir a necessidade de introduzir novas espécies;
	Podem ocorrer impactes nos insectos e nos pequenos invertebrados, decorrente da introdução de novas espécies;
	Perturbação de todas as espécies incluindo aquelas que não têm interesse para os visitantes
Fauna	A perturbação pode verificar-se de formas diferentes: ruído, da observação e de comportamentos indevidos;
	O impacte pode perpetuar-se para além da acção verificada;
	A habituação com seres humanos pode introduzir alterações comportamentais na fauna, tais como a aproximação para pedir alimento.

Fonte: Sustainable Tourism in Protected areas; Guidelines for planning and management (WCPA), 1998

As estratégias desenvolvidas no **ecoturismo e no turismo sustentável** são orientadas para programar a visitação de forma a maximizar os benefícios e minimizar os impactes ambientais negativos, evitando sempre que possível a sua ocorrência, o que depende claramente de uma estratégia bem delineada. Uma questão fundamental é ser sensível aos impactos cumulativos, para a prática de uma gestão adaptativa (acções de gestão baseadas na experiência), e chegar a um consenso entre as partes interessadas sobre os impactes aceitáveis, e onde, na AP.

3.3.2 Instrumentos Europeus de Turismo Sustentável em áreas protegidas

3.3.2.1 Carta Europeia de turismo sustentável (CETS)

A Carta Europeia de Turismo Sustentável teve origem num estudo sobre o *Turismo em Áreas Protegidas* realizado pela **Federação EUROPARC**, que culminou com a publicação do relatório "**Loving Them to Death**" em 1993, no qual se defende uma forma menos intensiva de turismo que compatibilize e integre os aspectos ambientais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico nestes espaços.

Com o objectivo de pôr em prática as conclusões do referido relatório a Federação dos Parques Regionais de França constituiu um grupo com representantes europeus de áreas protegidas, operadores turísticos e ONG's, que redigiu a Carta, indo assim, ao encontro das prioridades mundiais expressas nas recomendações da Agenda 21 (adoptada na Convenção do Rio em 1992) e do 6º programa de acções comunitárias para o desenvolvimento sustentável. (<http://portal.icnb.pt/ICNPortal>).

Segundo Francesco Frangialli, então Secretário Geral da OMT, a carta "*representa uma contribuição para uma gestão bem sucedida e sustentável de áreas protegidas na Europa, assumindo um papel importante na*

salvaguarda e protecção Ambiental, contribuindo para assegurar que as gerações futuras possam usufruir do meio ambiente, sob as mesmas condições"

A Carta é "um programa de boas práticas relacionadas com o turismo sustentável em áreas protegidas, pretende expressar um compromisso voluntário entre os gestores de áreas protegidas e os empresários turísticos que estimule o desenvolvimento do turismo em harmonia com a gestão sustentável dos recursos naturais dos referidos espaços". Pretende constituir-se como um guia para os envolvidos (gestores da área protegida, empresários e operadores turísticos), que define as orientações para um turismo de qualidade coadjuvante com o meio, costumes e modo de vida da população local. Esta parceria inicia-se a partir da delineação de uma estratégia para o turismo que é estabelecida entre a AP's e os parceiros aderentes, na qual se desenvolvem actividades, alojamentos e produtos turísticos que sejam social, económica e ecologicamente sustentáveis e que em simultâneo contribuam para um desenvolvimento económico da região.

A CETS visa quatro princípios fundamentais:

- **Conservação e valorização do património;**
- **Desenvolvimento social e económico;**
- **Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais;**
- **Gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.**

Actualmente, qualquer tipo de AP's pode, individualmente, candidatar-se à Carta, cujo processo de adesão se desenvolve em três partes, repartidas pelos três seguintes grupos: **(1) Área Protegida;** **(2) Empresa Turística e** **(3) Operador Turístico.**

Cabe aos gestores da área protegida elaborar um diagnóstico do território e da actividade turística (pontos fortes e pontos fracos), que deverá ser aceite pelos diferentes parceiros e implementada através de um Plano de Acção. Ao Empresário cabe a elaboração de um diagnóstico das suas actividades, definindo, cada um, uma estratégia assente nos princípios da Carta, que, simultaneamente, integre as expectativas dos visitantes e a conservação e valorização do património natural, social e cultural. Neste sentido, seguidamente são elencados os benefícios decorrentes da sua implementação.

Tabela 3.5: Benefícios decorrentes da implementação de CETS

Grupos	Benefícios
Área Protegida:	<ul style="list-style-type: none">- influenciar e impulsionar o desenvolvimento sustentável no seu território;- favorecer um desenvolvimento sócio-económico que respeita o ambiente;- desenvolver os produtos locais de qualidade respeitando o ambiente;- reforçar a sua acção de sensibilização;- proporcionar uma maior implicação dos profissionais do turismo nas políticas da Área Protegida;- reforçar as relações entre os diferentes sectores e parceiros;

Grupos	Benefícios
	<ul style="list-style-type: none"> - criar oportunidade para trabalhar e aprender em rede com outras áreas protegidas europeias e; - reforça a credibilidades das suas acções junto da opinião pública.
Empresa Turística:	<ul style="list-style-type: none"> - Adoptar uma gestão que respeita o ambiente; - Desenvolver novas oportunidades comerciais através da atracção de turistas seduzidos pelas áreas protegidas e criando novas ofertas baseadas na descoberta da natureza; - Reforçar a qualidade da sua oferta junto de potenciais visitantes por estar integrada numa melhor organização capacitada para oferecer uma informação de qualidade sobre a área protegida.
Operador Turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Adoptar uma gestão ecológica; - Desenvolver novas oportunidades comerciais atraindo visitantes sensível às áreas protegidas, propondo uma oferta que responda às expectativas de uma nova clientela europeia e desenvolvendo parcerias com operadores turísticos de outros países da Europa; - Reforçar a qualidade da oferta propondo um acolhimento mais organizado, fazendo intervir os agentes locais e obtendo o suporte da área protegida na elaboração dos seus produtos; - Reforçar a satisfação dos seus visitantes mediante a formalização do seu empenho em favor de um turismo sustentável e fazendo o acompanhamento de qualidade de pequenos grupos

Fonte: Elaborado a partir (<http://portal.icnb.pt/ICNPortal>).

Tendo em conta as diferenças existentes entre as AP's, as prioridades estratégicas e os programas de acção deverão ser determinados localmente entre a AP e os parceiros. No entanto, o quadro seguinte enumera as directrizes que deverão ser sempre desenvolvidos na estratégia a adoptar.

Tabela 3.6: Directrizes estratégicas de implementação das CETS

Directrizes	Acções
Proteger e valorizar o património natural e cultural da área protegida:	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar os impactos na flora e na fauna e controlar o fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis; - Desenvolver actividades que suportem a manutenção do património histórico, cultural e as tradições locais; - Reduzir as actividades que afectem a qualidade das paisagens, da água e do ar; - Estimular os visitantes e a indústria turística a contribuir através de boas práticas para a conservação do património.
Providenciar aos visitantes uma experiência de qualidade durante a sua visita:	<ul style="list-style-type: none"> - Prever as necessidades específicas de determinados visitantes (portadores de deficiências, idosos, crianças)
Proporcionar ao visitantes informação sobre as qualidades específicas da AP:	<ul style="list-style-type: none"> - Facultar ao visitante informação de qualidade dentro e fora da área protegida em colaboração com os parceiros turísticos - Criar uma rede de facilidades educacionais assente em serviços que visem a interpretação do património natural e cultural destinadas não só aos visitantes como também para os habitantes locais, nomeadamente, grupos e escolas.
Estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam a descoberta e a compreensão do meio natural e cultural da área protegida:	<ul style="list-style-type: none"> - Criar actividades, eventos e pacotes turísticos que visem a interpretação da natureza e do património,
Assegurar que o turismo suporta e não reduz a qualidade de vida dos	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver as comunidades locais no planeamento do turismo

Directrizes	Ações
habitantes locais:	na região - Assegurar um bom diálogo entre a área protegida, os habitantes locais e os visitantes.
Aumentar o conhecimento sobre a área protegida e sobre os assuntos da sustentabilidade entre todos aqueles que estão envolvidos no turismo:	- Criar e apoiar programas de formação para os funcionários da área protegida e para as empresas do sector turístico.
Aumentar os benefícios do turismo na economia local:	- Promover os produtos locais (gastronomia, artesanato, serviços e actividades locais) Estimular o emprego dos habitantes locais na área do turismo
Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos:	- Efectuar um registo contínuo do número de visitantes, no tempo e no espaço - Criar e implementar um plano de gestão dos visitantes - Promover o uso de transportes públicos, da bicicleta, a pé como alternativa à viatura particular

Fonte: Elaborado a partir (<http://portal.icnb.pt/ICNPortal>).

Esta certificação europeia é concedida aos parques que reúnam as condições necessárias para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a preservação do património natural e cultural, através da aplicação de critérios da sustentabilidade nas actividades ligadas ao turismo e com a implicação de todos os agentes que operam nestes sectores.

Os trabalhos relativos ao sistema de adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável pelas áreas protegidas iniciaram-se em 2001. Desde esse ano até ao primeiro semestre de 2009 já foram acreditadas 58 Áreas Protegidas Europeias.

Na conferência anual da Federação EUROPARC, que decorreu no dia 12 de Setembro de 2009, na Suécia, foram entregues os Certificados de adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) a três novas adesões de áreas protegidas Portuguesas e uma revalidação, a saber: Parque Natural do Douro Internacional, Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Alvão e ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, que revalida a Carta com êxito.

3.3.2.2 Experiências Similares: PAN ParKs

PAN ParKs, significa, *Protected Areas Network ParKs*, Rede de Áreas Protegidas, e é uma iniciativa da WWF, que pretende assegurar a conservação da Natureza e protecção da Biodiversidade nas áreas protegidas. Trata-se de uma etiqueta de qualidade para as áreas protegidas europeias que surge com o objectivo de combinar conservação da natureza e turismo.

Tem como objectivo: **(1)** Proteger os habitats naturais e ecossistemas frágeis, vitais para o futuro da vida selvagem da Europa. **(2)** Trabalhar para a certificação PAN Parks para garantir que as áreas naturais são salvaguardados, e apreciadas, **(3)** Estabelecer parcerias de colaboração entre indivíduos e organizações que,

conjuntamente visem a protecção da natureza, a partilha de conhecimentos e compreensão crescente e (4) promover o desenvolvimento sustentável, o turismo responsável para promover o amor, respeito e orgulho pela região selvagem da Europa.

As áreas protegidas que se pretendam candidatar à certificação PAN Parks são sujeitas a um rigoroso processo de auditoria independente, onde são considerados vários critérios, tais como a qualidade do ambiente e dos valores naturais, a gestão da conservação da natureza e da biodiversidade, a gestão dos visitantes e o desenvolvimento do turismo sustentável.

Entre os requisitos de adesão das áreas protegidas à certificação PAN Parks destacam-se:

- **Possuir uma extensa área, não inferior a 20 000 ha;**
- **Integrar uma *wilderness zone* (zona sem intervenção humana) com uma área mínima de 10 000 ha;**
- **Desenvolver uma política de gestão da visitação (plano de gestão de visitantes);**
- **Programar, implementar e monitorizar uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável, de forma participada.**

A certificação eminente do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), emitida pela PAN Parks, permitirá que esta área protegida se insira numa rede de excelência, onde apenas constam os **melhores Parques da Europa**, sendo o único Parque Nacional da Península Ibérica a integrar esta rede.

Com a certificação PAN Parks é de esperar um incremento substancial do afluxo de turistas estrangeiros (nomeadamente do norte da Europa), pois irá permitir integrar o PNPG no roteiro dos grandes operadores turísticos especializados no turismo de natureza. Resulta, ainda, outro aspecto verdadeiramente importante que é a possibilidade de consolidar a estratégia deste Parque Nacional de se manter uma zona de Ambiente Natural sem qualquer intervenção humana, a qual poderá ser um verdadeiro banco de ensaio para se testar a sucessão ecológica, implementando o conceito de *wilderness* em Portugal. Acresce que a certificação PAN Parks é também uma certificação da gestão da área protegida (<http://portal.icnb.pt/ICNPportal>).

A CETS e os PAN Parks partilham características semelhantes, ainda que diferentes em vários aspectos. Em Setembro de 2000, os então presidentes da EUROPARC e da PAN Parks, referiram numa declaração conjunta que as CETS e PAN Parks “*são duas iniciativas independentes mas complementares que apoiam objectivos estratégicos de Parques para a vida da UICN*”. (PAN Parks, 2003)

Embora se trate de dois processos de certificação, laboriosos e exigentes a PAN Parks é a única organização que engloba a conservação e o turismo nos seus princípios e critérios de verificação. É também pioneira na fixação de uma área mínima de 20 000 ha, reflexo do enfoque dado ao processo ecológico, que tem entre os seus objectivos “formar uma rede de ecossistemas auto-reguladores, com grandes carnívoros e herbívoros no contexto europeu” (www.panparks.org).

3.3.3 Novos Segmentos vocacionados para as AP's: Ecoturismo e Consumidor "Verde"

O Turismo sustentável tem conduzido ao surgimento de modelos alternativos, onde os factores ambientais e sociais assumem um maior protagonismo. O Ecoturismo, surge neste contexto, como uma alternativa, frequentemente associada a termos como "responsável", sustentável", "verde".

A definição mais comum para o termo "ecoturismo" é a da Sociedade Internacional do Ecoturismo (*International Ecotourism Society ou IES*), que define o ecoturismo como "*responsible travel to natural áreas that conserves the environment and improves the well-being of local people*" (www.wcotourism.org/index2.php?what-is-ecotourism).

Para Davis Fennel o ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseada nos recursos materiais que são geridos para ser de baixo impacto, não consumidor e orientado ao local (controlo, benefícios e escala). Ocorre, tipicamente, em áreas naturais e deve contribuir para a conservação ou preservação dessas área (Fennell, 2003).

Para Martha Honey (1999) o ecoturismo consiste em viajar para áreas frágeis, puras e normalmente protegidas que pretenda ser de baixo impacto e em pequena escala. Nesta definição estão contidos alguns dos princípios do ecoturismo que são:

- Diminuir os impactes negativos no ambiente e nas comunidades locais;
- Sensibilizar e promover o respeito pelo ambiente natural e cultural em geral;
- Proporcionar experiências positivas tanto aos visitantes como às comunidades receptoras;
- Proporcionar benefícios financeiros directos para a conservação;
- Proporcionar benefícios financeiros e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Sensibilizar o visitante para a situação ambiental, política e social da áreas visitada;
- Apoiar os direitos humanos e acordos internacionais (www.wcotourism.org/index2.php?what-is-ecotourism).

Segundo David Weaver, o ecoturismo é o único sector do turismo que tem como requisito práticas ambientais e socioeconómicas sustentáveis, designando-o "consciência do turismo sustentável". Este considera contudo que é impossível afirmar para além de qualquer dúvida que uma actividade ou produto em particular do ecoturismo é sustentável, sendo portanto mais razoável dizer que o ecoturismo deve "parecer" sustentável (Weaver, 2001).

Na sequência do conceito e segundo Kreg Lindberg encontram-se quatro tipos de ecoturismo definidos através de elementos como, a dedicação e o tempo, e incluindo as expectativas dos turistas, o local para onde desejam viajar, e também, a forma como pretendem viajar, de referir:

- *Hard-core nature tourist*: composto por cientistas, investigadores ou membros de viagens organizadas criadas especificamente para a educação, remoção de resíduos ou com propósito similar;

- *Dedicated nature tourists*: Viagens especificamente direccionadas para áreas protegidas tendo como intuito o conhecimento da “natureza local”, nas suas diferentes variáveis;
- *Mainstream nature tourists*: consiste no turismo direccionado para locais considerados santuários naturais, (como a Amazónia, Pantanal, etc) por se tratarem de destinos exóticos e diferentes;
- *Casual nature tourist*: num contexto mais abrangente de uma viagem, o turista acaba por ter um contacto com a natureza.

Figura 3.2: Caracterização da Gradação do Ecoturismo, *Hard* e *Soft*



Fonte: Weaver, 2005:196

Ainda no que se refere aos Ecoturistas e segundo David Weaver, estes poderão ser segmentados em função de uma escala continua que vais desde o *hard ecotourist* ao *soft ecotourist* (Weaver, 2001), que diferem essencialmente nas seguintes características:

A caracterização efectuada não pode ser estática, uma pessoa pode ter uma experiência como “hard tourist” e não voltar a repetir. Segundo David Weaver (2005, 47), as classificações do ecoturismo devem ser baseadas em indivíduos ou produtos ou numa conjugação dos dois.

O ecoturismo é para os ambientalistas uma forma de proteger a natureza e os seus recursos a longo prazo. Aplicado de forma eficiente, o ecoturismo revela-se um meio eficaz para a conservação da natureza, promovendo desta forma a salvaguarda das áreas protegidas, e da sua biodiversidade garante-se que os ecoturistas serão satisfeitos. Os benefícios decorrentes dessas visitas turísticas poderão ser investidos para continuar a preservar a natureza (Heras, 2004,121). Os projectos de ecoturismo devem seguir princípios e aplicar medidas que minimizem os impactes ambientais.

Ao nível do alojamento “*ecolodge*” tais medidas incluem por exemplo a utilização de energias renováveis para aquecimento, e a reutilização e reciclagem dos resíduos e água. No que se refere às actividades propostas, devem ter em consideração meios de redução de impactes, nomeadamente através da criação de medidas de sensibilização e segurança que evitem impactes de longa duração.

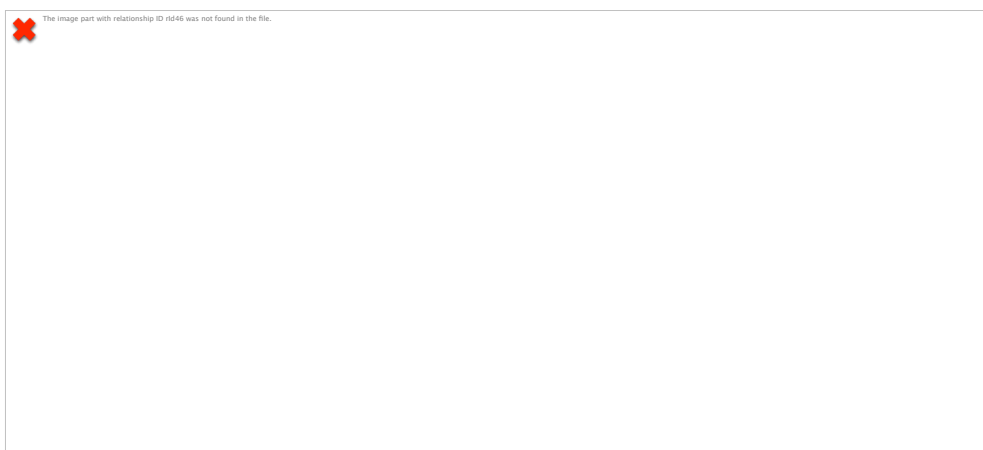
Vários autores referem que o principal objectivo do ecoturismo é a conservação da biodiversidade, sendo secundários os benefícios sociais e económicos para a comunidade local (Brandon e Margoluis, 1996,7).

O Ecoturismo é um segmento do mercado turístico, ainda pequeno, mas em franco desenvolvimento, regulado pelo mercado, muito associado ao turismo de natureza facto que decorre de ainda não existir uma uniformização do conceito em todos os países de destino.

Importa ainda referir que recorrentemente o Ecoturismo é confundido com “Turismo de natureza”, “Turismo Cultural” e “Turismo de Aventura”, no entanto, apesar de partilharem características comuns, estes segmentos turísticos não requerem uma componente de aprendizagem e conhecimento, ou seja apreender o local de destino nas suas diversas dimensões.

O ecoturismo não é necessariamente direccionado para a Ecologia, ou para a Biodiversidade, não requer um contacto permanente com a natureza, nem tão pouco se debruça particularmente sobre o património cultural. A aprendizagem compreendida pode ser generalista, genuína, participativa e tem como objectivo a conservação e o desenvolvimento sustentável

Figura 3.3: Ecoturismo um segmento de mercado



Fonte: adaptado a partir OMT, 2002

Os novos segmentos do mercado turístico são em parte impulsionados pela procura verificada, resultando do crescente movimento ambiental. O turismo sustentável pressupõe a consciencialização dos turistas para uma mudança de atitude que compreende um interesse generalizado pelo destino escolhido.

Neste sentido surgem novas designações para um segmento que evidencia franca expansão no mercado turístico. Alguns autores identificam o “**turista verde**” ou “**novo turista**” com o turista alocêntrico, no sentido em que manifesta interesse em aprender, é sensível às questões locais e culturais e tem consciência das questões de justiça social, é conhecedor das questões ambientais, prefere itinerários flexíveis e espontâneos, avalia cuidadosamente os produtos turísticos previamente, procura experiências desafiantes, autênticas e com significado, manifesta interesse em contribuir para um impacto positivo no destino e é motivado para a aprendizagem e auto-realização. (Weaver e Oppermann, 2000,356).

Segundo Lipman (1994, cit. por Middleton & Hawkins, 1998,106), o número crescente de consumidores que consideram as questões ambientais no seu comportamento de consumo, as práticas ambientais responsáveis tornar-se-ão num factor decisivo na tomada de decisão da compra do produto turístico.

O estudo, *Novos Turistas e a procura da sustentabilidade*, da autoria de Lima e Partidário, considera que o termo “consumidor verde” está mais generalizado e aceite que o de “turista verde”, independentemente da complexidade e variedade de termos utilizado com sentido idêntico. Há também muitos termos utilizados para se referirem ao mesmo, mas que intrinsecamente acabam por querer dizer coisas diferentes. Citando Swarbrooke & Horner (1999,199):

- “Turista ético” – para além do ambiente, preocupa-se com as políticas de recursos humanos na indústria, bem como a forma como os seus rendimentos são distribuídos na economia local;
- “Ecoturista” – está altamente motivado para a “história natural” do destino turístico, podendo ou não estar interessado na sua protecção;
- “Bom turista”;
- “Turista ambientalmente responsável”.

Para estes dois últimos, os autores não explicitam as diferenças, o que se poder atribuir à sua subjectividade, que também resultará da indefinição de termos como “turismo sustentável” “turismo alternativo”, “turismo responsável”, entre outros. De todos estes termos, o mais generalizado nos meios académicos é o “turismo sustentável”, embora o seu verdadeiro significado acabe por ser de difícil percepção para o público em geral (Swarbrooke & Horner, 1999,199).

As principais determinantes que podem levar os turistas comportarem-se de uma forma ambientalmente responsável prendem-se também com factores como: nível de rendimento disponível; propriedade de carro privado; interesse particular por actividades ao ar livre e protecção dos animais; preferência por determinados produtos e destinos turísticos, entre outros. (Lima e Partidário, 2002,13)

Para além da importância crescente que o ambiente assume na conduta do “turista verde”, importa referenciar as alterações necessariamente “impostas” ao sector hoteleiro para dar resposta aos elevados padrões exigidos quer pelo enquadramento legal, quer pelo perfil do turística alvo.

Um estudo, referido por Honey (1999,41), dava conta que os turistas dão preferência a hotéis que disponibilizem cestos para reciclagem de lixo (68%), iluminação energético-eficiente (70%), mudança de roupa de cama e de toalhas só por pedido do hóspede (59%) e uso de papel reciclado nos quartos (65%).

Constata-se não haver ainda uma evidência empírica válida acerca desta matéria, é contudo possível encontrar alguns estudos científicos pontuais cujos resultados apontam para a emergência de uma nova atitude e comportamento dos turistas, globalmente. (Lima e Rosário, 2002,16).

A tendência internacional é clara, e Portugal tem revelado seguir um modelo inverso ao seguido nos últimos 30 anos. A excelência de um destino turístico mede-se cada vez mais pela qualidade e pela diferença, sendo esta, a chave para o sucesso de um *clusters* considerado estratégico para a economia portuguesa.

3.3.4 O Turismo de Natureza em áreas protegidas

Este subcapítulo destina-se a aprofundar as características de turismo de natureza por se tratar de uma tipologia adequada aos princípios de conservação de AP. Importa referir que no âmbito do novo enquadramento legal, Turismo de Natureza, não corresponde a uma modalidade funcional específica, mas está associada às boas práticas ambientais que assume na sua gestão, e à sua localização em áreas classificadas ou outras com valores naturais. Desta forma compreende não apenas o turismo no espaço rural e o turismo de habitação, mas também os estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, conjuntos turísticos e os parques de campismo.

Refira-se a importância que as modalidades de Turismo Rural e Turismo de Habitação assumem em Portugal, sendo que em 2008 estavam em funcionamento 1.047 unidades de Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural, com um total de 11.692 camas disponíveis. As modalidades concentravam naquele ano **56,8%** das camas existentes no país. O número de dormidas estimadas foi de **523,5 mil** (menos 21,2% que em 2007) sendo o mercado alemão, as dormidas estrangeira, com 25% do total. Estes dados são reveladores de um segmento com muita expressão e particularmente relevantes no âmbito deste trabalho, dado tratar-se de um tipo de turismo teoricamente coadunável com os princípios de protecção de AP's, dependendo claro, da boa gestão ambiental que é implementada.

3.3.4.1 Conceito de Turismo de Natureza e perfil básico do consumidor

Neste subcapítulo, procede-se à análise do conceito e do perfil do consumidor de Turismo de Natureza. A importância de se traçar o perfil básico do consumidor, na definição de um programa ou projecto que vise a implementação de turismo de natureza é determinante para as opções conceptuais do programa turístico a definir, assim

O conceito de turismo de natureza, tal como o de ecoturismo, associa a definição de uma escala, determinada pelos tipos de motivação que orientam os mercados, compreendendo **(1) Turismo de natureza soft**, como aquele que depende de uma vivência de experiências de grande valor simbólico, interacção e usufruto da Natureza,

representando cerca de 80% do total de viagens, deste mercado e **(2) Turismo de natureza hard**, cujas motivações estão geralmente associadas às actividades desportivas, contemplação da natureza e outras actividades de interesse especial, representando 20%, do total de Viagens de turismo de natureza. (<http://www.turismodeportugal.pt>)

Actualmente, a Holanda é o país que regista a maior taxa de consumidores de Turismo de Natureza, com 25,4% do total das viagens realizadas pelos cidadãos desse país ao estrangeiro. (THR, 2006,10). Contudo, em termos absolutos, é a Alemanha o principal mercado emissor, com mais de 5 milhões de viagens em 2004, sendo que estes dois países concentram cerca de 45% do total das viagens de natureza realizadas pelos Europeus. Segundo um estudo realizado pela THR (*Asesores en Turismo, Hotelería y Recreación*, S.A) para o Turismo de Portugal, IP, o perfil do consumidor apresenta claras diferenças, tanto no perfil social e etário como nos hábitos de consumo, quer se trate de consumidores de Turismo de Natureza Soft ou Hard, revelando um consumidor de perfil e hábitos muito mais precisos e específicos neste último caso. (THR, 2006,12).

É preciso ter em conta que o conceito de turismo de natureza tem uma ampla e difusa interpretação, em grande medida por se tratar de um sector relativamente jovem, pouco estruturado, e que inclui uma grande diversidade de actividades. (THR, 2006,13).

Uma boa parte dos consumidores associa, turismo de natureza, não necessariamente a uma viagem com conteúdo exclusivo ou maioritariamente de natureza, bastando que a viagem tenha alguma componente ou actividade relacionada com a natureza, desde a forma mais simples à mais sofisticada, para julgarem tratar-se de uma viagem de natureza. (THR, 2006,12).

Um inquérito a 230 visitantes na feira de turismo *Worl Travel Market*, realizado no âmbito de um estudo sobre Turismo de Espanha, revela que apenas 8% dos inquiridos mostraram interesse em realizar uma viagem exclusivamente de natureza e que, pelo contrário, 73% manifestaram interesse em fazer Turismo no âmbito de uma viagem de conteúdo mais amplo, com motivações diversas, desde sol e mar a cultura. A realização de viagens de Natureza é mais elevada em países como a Holanda e Alemanha, que são precisamente os mercados emissores mais maduros e consolidados e onde a população tem uma larga experiência em viagens. (THR, 2006,12).

Em qualquer caso, espera-se um aumento geral do potencial de compra de viagens de natureza já que factores como a tendência global para uma maior preocupação pelos temas ambientais, a procura de destinos não degradados e não massificados, o efeito “Moda”, etc., irão reforçar o interesse por este tipo de viagem (THR, 2006,13).

O sector do Turismo de Natureza oferece amplas e atractivas oportunidades, especialmente no mercado de *Natureza Soft*, fundamentalmente em consequência **(1)** do crescimento do mercado e dos **(2)** erros da concorrência.

O Crescimento do mercado, que na Europa tem aumentado a um ritmo médio de 7% nos últimos anos, baseia-se nos seguintes pressupostos:

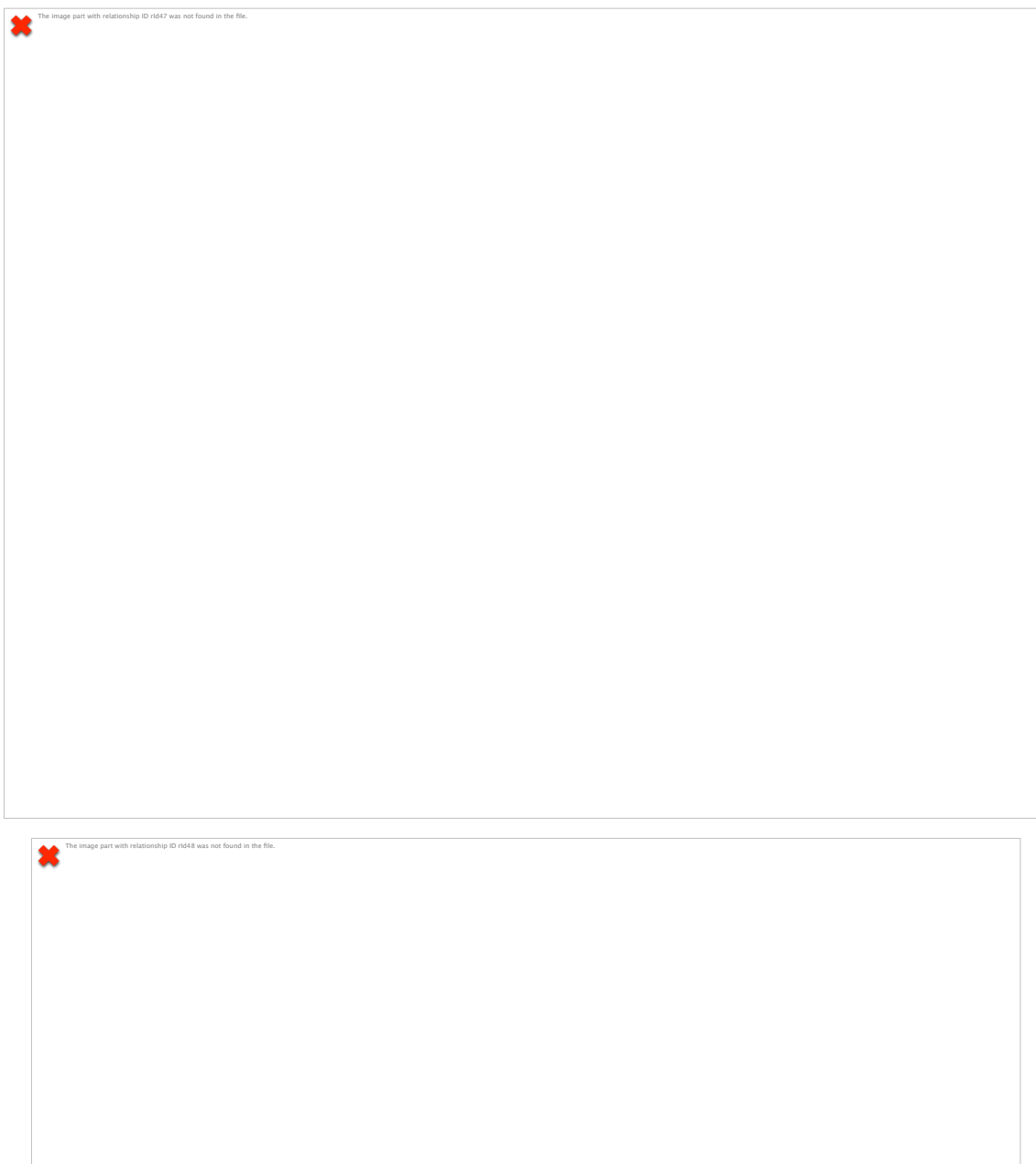
- Maior e crescente consciência ambiental entre a população dos países emissores de turismo;
- Preferência por áreas envolventes não massificadas como destino de viagem;
- Crescente preferência por férias activas em detrimento de férias passivas;
- Procura de experiências com elevado conteúdo de autenticidade e de valores éticos, e;
- Forte presença de ofertas de viagens de natureza na internet, acessíveis a uma fatia crescente populacional. Fonte: (THR, 2006,17)

Existem assim oportunidades, porque a procura do Turismo de Natureza cresce e, previsivelmente, continuará a crescer. Os erros da concorrência pretendem evitar situações que se vêm identificando como frágeis e que deverão ser alvo de correcção. Na verdade, inicialmente os destinos de natureza eram desenvolvidos quase exclusivamente tendo como recurso o valor intrínseco dos recursos naturais para atrair visitantes desvalorizando a criação de condições necessárias para que, nesses recursos naturais, o visitante possa viver outras experiências.

A identificação dos requisitos que são necessários cumprir para competir com êxito no sector do Turismo de Natureza tem sido o resultado combinado dos seguintes factores: (1) Diversidade dos recursos naturais (ecossistemas, flora e fauna, etc), (2) Existência de espaços naturais protegidos (parques naturais, reservas naturais, etc.) (3) Boas acessibilidades, (4) Limpeza e conservação das zonas envolventes (THR, 2006,18).

O perfil básico do consumidor de Turismo de Natureza, que se descreve no quadro seguinte, resulta de entrevistas realizadas a peritos e operadores turísticos, em Dezembro de 2005, nos principais mercados emissores. (THR, 2006,14).



























Figura 3.4: Perfil Básico dos consumidores de viagem de Natureza



Fonte: (THR, 2006:15)

Alguns factores chave de êxito têm maior ou menor relevância consoante se trata de Turismo *soft* ou *hard*. (THR, 2006:18)

Tabela 3.7: Factores chave para o desenvolvimento do Turismo de Natureza

FACTORES	NATUREZA SOFT	NATUREZA HARD
PAISAGENS NATURAIS ÚNICAS E COM FORTE ATRACTIVIDADE		
FLORA E FAUNA ABUNDANTES E DIVERSA		
ADEQUADAS INFRA-ESTRUTURAS DE ACOLHIMENTO, SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTO BÁSICOS (ÁREAS DE DESCANSO, CENTROS DE ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO, ETC.)		
AMPLA E VARIADA OFERTA DE ITINERÁRIOS (EXTENSÃO, DIFICULDADE, ETC.) ADAPTADA A DIVERSAS TIPOLOGIAS DE TURISTAS/VISITANTES		
BOA RELAÇÃO QUALIDADE/PREÇO		
BOM GRAU DE TECNOLOGIA, <i>KNOW HOW</i> E EXPERIÊNCIAS NA GESTÃO DE ACTIVIDADES ESPECIALIZADAS		
BOM FUNCIONAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE APOIO: ALUGUER DE EQUIPAMENTO, MATERIAL, TRANSPORTES, ETC		
EFICAZ COBERTURA DE SEGUROS		
EFICAZ FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE RESGATE E SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA		
EXCELENTES GUIAS E MONITORES, COM DOMÍNIO DE IDIOMAS		
ALOJAMENTO INTEGRADO NA ENVOLVENTE NATURAL		
SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO		
LEGENDA:	 FACTOR CHAVE, IMPRESCINDÍVEL  FACTOR IMPORTANTE, MAS NÃO IMPRESCINDÍVEL	

Fonte: adaptando a partir da avaliação de THR&ILM (2006)

Segundo a opção estratégica de Portugal de centralizar, a curto/médio prazo, os esforços na estruturação de produtos para o mercado de Turismo de Natureza *Soft*, as experiências deverão ter um alto conteúdo de entretenimento, aprendizagem e de prazer estético, conteúdo que é perfeitamente compatível com o tipo de actividades que mais frequentemente realizam os consumidores/praticantes de Turismo de Natureza nas suas modalidades menos especializadas.

Tabela 3.8: Actividades mais frequentes dos consumidores/praticantes de Turismo de Natureza

Motivação principal	Actividades mais frequentes
Descansar e relaxar na natureza	Rotas de automóvel Passeios suaves Fotografia
Interesse básico/ocasional na natureza	Passeios a pé, bicicleta, cavalo, barco, etc Visitas a parques e reservas naturais Observação da natureza
Interesse elevado/frequente na natureza	Visitas guiadas a parques e reservas naturais Passeios a pé, bicicleta, cavalo, barco, etc Percursos pedestres de dificuldade média Cicloturismo
Interesse profundo/habitual na natureza	Observação e interpretação da natureza Educação/aprendizagem do meio ambiente Percursos pedestres de dificuldade média/alta Naturalismo Actividades de interesse específico: observação de fauna e flora, vulcanismo, espeleologia, etc
Desportos de aventura na natureza	Percursos pedestres/trekking Alpinismo/escalada Bicicleta de montanha Espeleologia Cicloturismo Canoagem/kayak Mergulho Surf/windsurf Asa delta Parapente Paraquedismo

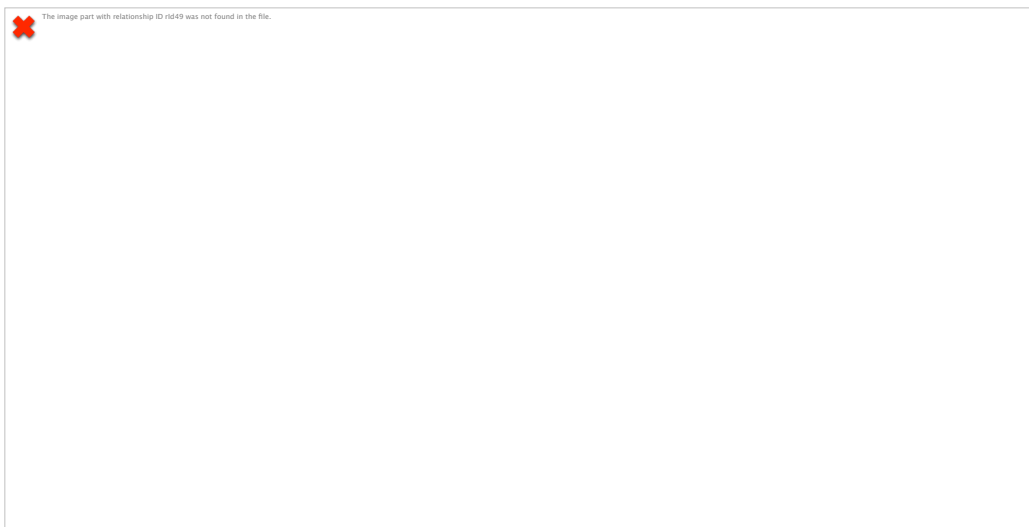
Fonte: THR (com base em diversas fontes).

Fonte: .(THR, 2006:40)

No turismo em geral, e em cada um dos sectores em particular, a produção de valor requer o desenvolvimento de um amplo e complexo sistema de recursos e atractivos turísticos, de infra-estruturas e equipamentos, de serviços e de actividades que exige a intervenção de numerosos actores, tanto do sector privado como do sector público, revelando a complexidade do processo. (THR, 2006,40)

A cooperação bilateral entre os actores intervenientes revela-se essencial, envolvendo sector público e sector privado, e internamente no próprio sector privado, assim como entre os diversos actores da administração pública, tanto nacional como regional e local. (THR, 2006,40)

Figura 3.5: Cooperação bilateral entre o sector público e o sector privado, e internamente em cada um



A constituição de parcerias público-privadas revela-se um mecanismo eficaz na concretização e implementação de acções e na dotação de meios considerados estruturantes para o desenvolvimento do turismo.

3.3.4.2 Enquadramento Legal do Turismo de Natureza

O actual Decreto Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, (com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro), estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (RJIEFET). Este regime redefiniu o conceito de empreendimentos de turismo de natureza como *“estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental”*.

O recente enquadramento legal, considera a unificação de todos os tipos de alojamento, não apenas os estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos e os conjuntos turísticos, mas também os empreendimentos de turismo de habitação, de turismo no espaço rural, os parques de campismo e caravanismo e os empreendimentos de turismo de natureza.

Esta nova regulamentação veio introduzir uma serie de alterações ao regime anterior, sendo que, relativamente ao turismo de natureza é, sobretudo, de assinalar a quebra da identificação deste com as áreas protegidas. Esta identificação resultava do Programa Nacional de Turismo de Natureza (Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/98, de 25 de Agosto) e estava plasmada logo no art.º 1 n.º1 do anterior regime jurídico.

Presentemente são considerados como turismo de natureza todos os tipos de empreendimentos turísticos “em áreas classificadas ou outras áreas com valores naturais”, ou seja são permitidos empreendimentos como

estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, conjuntos turísticos (*resorts*), e até parques de campismo e caravanismo (não apenas os empreendimentos de turismo no espaço rural, como admitia o art.º2, n.º1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro) em zona que não têm necessariamente de ser área protegida

Este diploma determina no seu artigo 20.º que os empreendimentos de turismo de natureza sejam reconhecidos como tal pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, determina os critérios e procedimentos para que estes reconhecimento sejam fixados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do turismo.

Tabela 3.9: critérios para o reconhecimento, pelo ICNB, de empreendimentos de turismo de natureza.

Tipo de critérios	Boas práticas
Critérios	<ul style="list-style-type: none">- Proporcionalidade entre o projecto proposto e a actividade e dimensão do empreendimento;- Valores naturais alvo do projecto;- Localização das acções a executar no projecto de conservação;- Adequação do cronograma de execução aos objectivos do projecto;- Relevância do projecto para a conservação do património natural;- Disponibilização de serviços de visitação e actividades de educação ambiental associados ao projecto.
Critérios cumulativos	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilização de informação aos clientes sobre a fauna, flora e geologia locais;- Disponibilização de informação sobre a formação dos colaboradores em matéria correlacionadas com a conservação da natureza e da biodiversidade;- Disponibilização de informação sobre a adopção de boas práticas ambientais;- Disponibilização de informação aos clientes sobre origem e modos de produção dos produtos alimentares utilizados;- Uso predominante de flora local nos espaços exteriores do empreendimento, excepto nas áreas de uso agrícola e jardins históricos;- Disponibilização de informação sobre serviços complementares que garantam a possibilidade de usufruto do património natural da região por parte dos clientes, nomeadamente através de animação turística, visitação das áreas naturais, desporto da natureza ou interpretação ambiental.
Outros Critérios	<ul style="list-style-type: none">- Adoptar um conjunto de boas práticas ambientais, que permita uma utilização eficiente dos recursos, minimizando assim o seu impacte nos ecossistemas, caso não disponham de um sistema de gestão ambiental certificado pela Norma ISO 14001, um sistema de gestão ambiental registado no Regulamento (CE) n.º 761/2001, de 9 de Março, Regulamento Comunitário de Eco -Gestão e Auditoria (EMAS), ou rótulo ecológico aplicável a serviços de alojamento- Participar em pelo menos num projecto de conservação da natureza e da biodiversidade, aprovado pelo ICNB, I. P.

Fonte: Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março

Tabela 3.10: Boas Práticas Ambientais

Critérios	Boas práticas
Critérios obrigatórios	- Fonte de abastecimento de água. — Quando o empreendimento turístico não estiver ligado à rede de distribuição pública de água, o gestor do empreendimento deve assegurar que a utilização da sua fonte de abastecimento tem um impacto ambiental reduzido, sem prejuízo da exigência de origem devidamente controlada da água destinada ao consumo humano.
	- Caudal de água das torneiras e chuveiros. — O caudal de água das torneiras e chuveiros não pode exceder 12 l/minuto.
	- Utilização das luzes. — Se as luzes do quarto não se desligarem automaticamente, deve existir informação facilmente acessível que peça aos hóspedes para desligarem as luzes antes de saírem do quarto.
	- Utilização do aquecimento e do ar condicionado. — Se o aquecimento e ou o ar condicionado não se desligarem automaticamente quando as janelas estão abertas, deve existir informação facilmente acessível que chame a atenção dos hóspedes para a necessidade de fecharem as janelas quando o aquecimento ou o ar condicionado estiverem ligados.
	- Mudança de toalhas e lençóis. — Os hóspedes devem ser informados de que, de acordo com a política ambiental do empreendimento, os lençóis e as toalhas apenas serão mudados a pedido dos hóspedes ou, na ausência deste, de acordo com o mínimo legalmente exigido.
	- Tratamento das águas residuais. — Todas as águas residuais devem ser tratadas. Se não for possível fazer uma ligação à estação de tratamento local, o alojamento turístico deve dispor do seu próprio sistema de tratamento que satisfaça os requisitos da legislação nacional.
Critérios opcionais	- Transporte dos resíduos. — Caso as autoridades locais responsáveis pela gestão dos resíduos não façam a recolha dos resíduos no empreendimento turístico ou na sua proximidade, este deverá garantir o transporte dos seus resíduos para um local adequado, velando para limitar ao mínimo possível este transporte.
	- Ar condicionado. — Os sistemas de ar condicionado devem ter uma eficiência energética de, pelo menos, classe B, em conformidade com a Directiva n.º 2002/31/CE, da Comissão, de 22 de Março, relativa à aplicação da Directiva n.º 92/75/CEE, do Conselho, no que respeita à etiquetagem energética dos aparelhos domésticos de ar condicionado (dois), ou uma eficiência energética correspondente.
	- Isolamento das janelas. — Todas as janelas devem ter um grau adequadamente elevado de isolamento térmico em função do clima local e proporcionar um nível de isolamento acústico apropriado.
	- Eficiência energética das lâmpadas eléctricas. — Pelo menos 60 % de todas as lâmpadas eléctricas no alojamento devem ter uma eficiência energética de classe A, em conformidade com a Directiva n.º 98/11/CE, da Comissão, de 27 de Janeiro, relativa à aplicação da Directiva n.º 92/75/CEE, do Conselho, no que respeita à rotulagem energética das lâmpadas eléctricas para uso doméstico. Pelo menos 80 % de todas as lâmpadas eléctricas instaladas em locais em que é provável que devam permanecer ligadas durante mais de cinco horas por dia devem ter uma eficiência energética de classe A, em conformidade com a Directiva n.º 98/11/CE.
	- Economia de água nas casas de banho. — Deve existir informação adequada nas casas de banho que explique aos hóspedes como é que podem contribuir para a economia de água.
	- Produtos descartáveis. — Com excepção dos casos em que seja exigido por lei, nenhum dos seguintes produtos descartáveis será utilizado nas unidades de alojamento e restaurantes: Produtos de toilette de utilização única (por exemplo, champô, sabonete, touca de banho, etc.), sem prejuízo da substituição de produtos usados sempre que mude o utente; Copos, chávenas, pratos e talheres.

Critérios	Boas práticas
	<ul style="list-style-type: none"> - Jardinagem. — As áreas verdes devem ser geridas sem a utilização de pesticidas ou em conformidade com os princípios da agricultura biológica. As flores e os jardins devem ser regados, habitualmente, antes do pico do sol ou depois do pôr do Sol, e apenas nas regiões em que as condições regionais e climáticas o justificarem. - Recipientes para o lixo nas casas de banho. — Cada casa de banho deve dispor de um recipiente adequado para o lixo, que os hóspedes devem ser convidados a utilizar, em vez da sanita, para determinados tipos de resíduos. - Perdas de água. — O pessoal do empreendimento deve ser formado para controlar diariamente a existência de perdas de água visíveis e tomar as medidas adequadas conforme necessário. Os hóspedes devem ser convidados a comunicar quaisquer perdas de água ao pessoal. - Utilização de desinfectantes. — Os desinfectantes só devem ser utilizados quando necessário para cumprir requisitos de higiene legais. O pessoal deve receber formação para não exceder as doses recomendadas de detergente ou desinfectante indicadas na embalagem. - Dosagem do desinfectante para piscinas. — As piscinas devem dispor de um sistema que garanta a utilização da quantidade mínima de desinfectante necessária para um resultado adequado em termos higiénicos. - Limpeza mecânica. — O empreendimento deve dispor de procedimentos precisos para operações de limpeza sem produtos químicos, por exemplo, através da utilização de produtos em microfibra ou de outros materiais ou actividades de limpeza sem recurso a produtos químicos e com efeitos semelhantes. - Triagem dos resíduos pelos hóspedes. — Devem existir recipientes adequados por forma a permitir que os hóspedes seleccionem os resíduos de acordo com o sistema de gestão de resíduos local. Deve existir informação clara e acessível nos quartos pedindo aos hóspedes que façam a triagem dos seus resíduos. - Resíduos perigosos. — O pessoal do empreendimento deve recolher e separar os resíduos perigosos e garantir a sua eliminação adequada. Estão abrangidos os toners, as tintas de impressão, o equipamento de refrigeração, as pilhas e os produtos farmacêuticos. - Triagem dos resíduos. — O pessoal deve fazer a triagem dos resíduos do empreendimento nas categorias que podem ser tratadas separadamente. - Transporte público. — Deve existir informação facilmente acessível, destinada aos hóspedes e ao pessoal do empreendimento, sobre os transportes públicos que servem o empreendimento e outros destinos locais. Nos casos em que não existem transportes públicos adequados, devem ser fornecidas informações sobre outros meios de transporte preferíveis do ponto de vista ambiental. - Declaração sobre a política ambiental do empreendimento. — O gestor do empreendimento deve redigir uma declaração de política ambiental do empreendimento, que deve identificar objectivos de desempenho ambiental no que se refere à energia, água, produtos químicos e resíduos, e disponibiliza-la aos hóspedes, que devem ser convidados a apresentar as suas observações e queixas. - Formação do pessoal. — O empreendimento turístico deve proporcionar informação e formação ao seu pessoal, incluindo procedimentos escritos ou manuais, para garantir a aplicação das medidas ambientais e reforçar a sua sensibilização em relação a um comportamento respeitador do ambiente.

Fonte: Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março

3.4 TURISMO NOS MODELOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

3.4.1 Considerações Prévias

Neste subcapítulo pretendem-se retratar os modelos vigentes de gestão e ordenamento das áreas protegidas em Portugal e ao nível internacional, dando-se um especial enfoque na integração da actividade turística nestes modelos.

A análise do caso português e de diferentes casos europeus, em articulação com o conteúdo do estudo, **PARQUES VISÃO XXI - Estratégias e Modelo de Gestão para os Parques Naturais**, desenvolvido em 2004 pelo ISCTE, em parceria com o então ICN (actual ICNB), permitiram retirar algumas conclusões prévias que depois conduziram à estruturação da presente análise:

- O actual modelo de gestão das áreas protegidas portuguesas é muito incipiente e pode mesmo ser visto como um “modelo de estratégia ausente”. Por esta razão a análise que é efectuada é pouco caracterizadora e bastante crítica. Têm sido apresentadas algumas medidas avulsas que, não obstante poderem produzir resultados positivos, são sintomáticas da desestruturação do sistema;
- Foi focado o modelo espanhol como um modelo que, podendo não ser perfeito, é passível de materializar uma estratégia definida a montante. A escolha do modelo espanhol em detrimento de um outro internacional, advém essencialmente da continuidade territorial que confere características biofísicas, de fauna e flora muito semelhantes e, em alguns aspectos, mesmo comuns aos dois países. Como para a conservação da natureza não existem fronteiras, não é descurada a possibilidade de conjuntamente se trabalhar para a Conservação da Natureza, principalmente nas regiões de fronteira;
- Não foi efectuada uma comparação entre o modelo aprofundado (o Espanhol) e a situação portuguesa, simplesmente porque são demasiado discrepantes. Em vez disso foram identificados os princípios comuns, ao nível internacional, que regem as práticas de ordenamento e gestão de AP's.

Relativamente ao estudo *PARQUES VISÃO XXI*, importa referir que o seu objectivo foi estudar e propor uma solução de gestão com vista a assegurar a eficácia e eficiência da missão do Instituto da Conservação da Natureza no que se refere às AP's, e os seus contributos foram determinantes para a análise apresentada. De facto, e decorridos 6 anos desde a realização deste estudo, a maior parte do seu conteúdo, com destaque para o diagnóstico produzido, continua com grande actualidade.

A abordagem metodológica desenvolvida neste estudo incluiu uma pesquisa e reflexão sobre as macro tendências na gestão de AP's. No contexto internacional e uma análise interna realizada através de inquérito aos directores de parque e aos técnicos, dando especial destaque à organização interna e à situação financeira do

ICN. Foram avançados cenários de desenvolvimento estratégico para as AP's tendo a equipa de investigação indicando que estratégica seguir e uma solução organizativa e financeira que a sustentasse.

3.4.2 Caso Português

3.4.2.1 Estratégia e Modelo de Gestão de AP's

O estudo, PARQUES VISÃO XXI - Estratégias e Modelo de Gestão para os Parques Naturais, caracteriza o modelo de gestão e a estratégia de operacionalidade actualmente preconizados para as AP's nacionais como se apresentado:

- **com um baixo nível de internacionalização;**
- **centrado, aparentemente, no diálogo local – contraditório com o facto dos objectivos não serem definidos conjuntamente com as comunidades locais;**
- **com pouco diálogo** com concessionários e operadores turísticos;
- **com uma gestão centrada nos custo e orçamento e não no valor nem nos stakeholders** (agentes de decisão) excepto o Estado, o que confirma a importância atribuída ao orçamento;
- **com dificuldades de avaliação de resultados em grande medida por inexistência de objectivos bem definidos em termos operacionais (muito genéricos e não mensuráveis);**
- **assente fundamentalmente nas competências técnicas internas, onde prevalecem competências orientadas para a conservação bastante restritas;**

A avaliação global elaborada pelo mesmo estudo ao estado de funcionamento actual das AP's indica que este é caracterizado por:

- Elevada dependência orçamental;
- Debilidades organizativas: falta de integração das AP's, quer na oferta quer na resolução de problemas;
- Percepção interna de um nível de serviço negativo em todos os domínios excepto na conservação da natureza (que não é visto como um serviço, mas como uma “forma de estar” do ICN/AP's).

Ressalta, ainda, a necessidade de adopção de um modelo de posicionamento e de um modelo de gestão onde a visibilidade e a percepção de valor sejam elementos activos de envolvimento da comunidade na conservação da natureza. **O modelo de posicionamento actual está baseado essencialmente e apenas no exercício da autoridade do Estado, numa tentativa de limitar as invasões do Homem** e por outro, em menor escala, na promoção de actividades económicas que, apesar de, neste momento, não serem competitivas, são essenciais à conservação da natureza e da biodiversidade

O financiamento das actividades do ICNB reside numa lógica puramente orçamental (Orçamento do Estado), onde a remuneração de valor e a eficiência interna não têm tido lugar, o que conduz a uma situação de estagnação e de total dependência “externa”.

Esta ausência de noção de valor e de uma lógica de prestação de serviços à comunidade retira às AP's a necessária energia para que, de forma contínua, estas se possa ajustar às necessidades dos agentes de decisão, envolvendo-os activamente na conservação da natureza.

A partir deste diagnóstico, o estudo PARQUES VISÃO XXI definiu cinco áreas estruturantes para a concretização da reestruturação da estratégia a seguir para as AP's:

1. *Novo Modelo de Gestão e Novas Competências*
2. *Diversidade de Produtos e Serviços*
3. *Envolvimento dos Stakeholders*
4. *Educação Ambiental*
5. *Prioridade para a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)*

Depreende-se que a separação das actividades de definição da política de conservação e de exercício da autoridade do Estado das demais, focadas essencialmente em concretizar projectos de conservação e de suporte à conservação, é visto como um aspecto essencial para que se possa alterar a postura reactiva e defensiva que preside à actuação do ICNB.

Recentemente assistiu-se à reestruturação orgânica do ICNB visando, em teoria, uma melhor mobilização de recursos e uma maior flexibilidade na gestão das áreas classificadas, tendo-se criado os seguintes departamentos: Norte, Centro e Alto Alentejo, Litoral de Lisboa e Oeste, Sul e Zonas Húmidas.

Não obstante esta reestruturação na organização do ICNB, com vista à aproximação do “Objecto Protegido” e cujos resultados ainda estão para ser avaliados, e mesmo verificando-se o desenvolvimento de acções pontuais com vista à dinamização da conservação da natureza e à sua articulação com sectores de actividade como o turismo, como se verá adiante, continua a diagnosticar-se a **ausência de uma estratégia para a Rede Nacional de AP's vocacionada para o Desenvolvimento Sustentável Regional e Nacional.**

3.4.2.2 Medidas recentes de promoção do Turismo em Áreas Protegidas

A tomada de consciência da importância que o turismo tem ao nível do desenvolvimento das áreas protegidas, que se tem verificado nos últimos anos, tem conduzido a diversas iniciativas de promoção desta actividade nestes espaços.

Porém, ainda é evidente a falta de uma estratégia concertada, podendo a maior parte das iniciativas verificadas, ser vistas como medidas avulsas e desarticuladas de uma estratégia global. Efectivamente, foram indicadas

poucas iniciativas com o objectivo específico de estimular nas Áreas Protegidas, processos de desenvolvimento económico sustentável, bem como de promover junto das populações e dos agentes económicos locais uma utilização racional dos recursos naturais.

Em termos de medidas específicas neste contexto são de destacar:

- A criação da marca “Parques de Portugal”, que constitui uma acção de marketing direccionada à atracção de visitantes aos Parques Naturais, e que já foi abordada anteriormente;
- Medidas de fomento ao usufruto e visitação das áreas protegidas.

Relativamente a este segundo ponto, no diagnóstico elaborado no âmbito do Relatório de Avaliação Intercalar da Execução da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) refere-se que foi elaborado para a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), através da implementação do qual se pretende melhorar as condições de visitabilidade de uma forma integrada e sustentada, tendo em vista o recreio e a sensibilização ambiental, aperfeiçoando ao mesmo tempo o modelo actual de atendimento do público. Ainda neste âmbito foi realizado um investimento significativo na optimização e/ou criação de infra-estruturas e material de divulgação destas Áreas.

Este Programa de Visitação e Comunicação insere-se no âmbito do desenvolvimento do Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN), criado em 1998, o qual resulta de uma parceria pioneira em Portugal entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, sendo direccionado para o desenvolvimento sustentável das Áreas Protegidas.

Neste contexto importa destacar a iniciativa que irá ser desenvolvida para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, que prevê a elaboração de um **plano de visitação** para esta área protegida tendo-se verificado a realização de um protocolo que envolve o ICNB, Associação de Turismo de Lisboa e Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo e os vários municípios abrangidos. O objectivo da experiência-piloto será integrar nos circuitos turísticos usuais, a partir de Lisboa ou dos três concelhos ribeirinhos da reserva natural, a visita a locais de maior valor natural, pontos de observação de aves, rotas e circuitos recomendados e locais de lazer, restauração ou descanso.

Têm também sido feitos esforços dignos de registo no respeitante ao licenciamento de actividades de animação ambiental e identificação de percursos pedestres e trilhos. É de destacar o papel chave que desempenham as cartas de desporto de natureza a elaborar para cada Área Protegida, estando, até à data, apenas publicadas as do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) e do Parque Natural de Sintra Cascais (PNSC).

Foi ainda desenvolvido e aplicado nas AP's um sistema de sinalização uniforme para o conjunto dos territórios, composto por centenas de placas de identificação e delimitação, bem como painéis informativos e de interpretação, relativos ao património natural presente.

Os Planos de Ordenamento de AP's, ao procederem à regulamentação da ocupação do espaço assumem-se como instrumentos fulcrais no condicionamento ou fomento da actividade turística. Numa altura em que a maior parte das áreas protegidas já dispõe de Plano de Ordenamento, a perspectiva da sua revisão futura (mais ou menos breve) deve ser encarada como uma oportunidade chave para que estes instrumentos possam vir a assumir não só um papel de regulamentação da actividade turística (e das restantes actividades humanas), mas também de intervenção integrada neste sector, se possível no contexto de uma estratégia nacional.

3.4.2.3 As áreas protegidas Privadas: instrumentos para a conservação da natureza e biodiversidade

Um claro progresso no panorama da conservação da natureza em Portugal decorreu de transformações operadas na legislação que permitiram a criação de áreas protegidas privadas, de cuja implementação já decorrem casos de sucesso para a conservação e biodiversidade, como se poderá analisar seguidamente.

Estas áreas protegidas também podem ser consideradas iniciativa avulsas, desgarradas de qualquer estratégia nacional, mas o seu carácter inovador e a introdução da componente privada podem constituir um passo determinante na alteração da conjectura actual, altamente marcada pelo intervencionismo estatal, ao possibilitar a criação de novas e mais áreas de conservação, geridas por particulares, e permitindo o reforço da RNAP sem se verificar um acréscimo de despesa para o Estado. Por esta razão, e pelo papel que se prevê que venham a assumir na educação ambiental e no turismo sustentável, julga-se que merecem um destaque particular.

O enquadramento legal português só em 2005 o Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de Julho, previu a possibilidade de, a requerimento dos próprios proprietários interessados, serem criadas áreas protegidas de estatuto privado, que se convencionou designar «sítio de interesse biológico», com o objectivo de proteger espécies da fauna e da flora selvagem e respectivos habitats naturais com interesse ecológico e científico. O Decreto-Lei 142/2008, de 24 de Julho, introduz clareza e simplificação de procedimentos para a criação de áreas de iniciativa privada mas também municipal e veio acelerar o processo, e é a partir dessa altura que algumas autarquias começam a produzir o seu próprio trabalho no que concerne à Conservação da Natureza. Os terrenos a que for atribuída a designação de “área protegida privada” integram a RNAP e ficam sujeitos ao protocolo de gestão que for acordado com a autoridade nacional na sequência do seu reconhecimento. O reconhecimento previsto no não confere ao respectivo proprietário quaisquer direitos ou prerrogativas especiais de autoridade nem condiciona a aplicação dos instrumentos de gestão territorial existentes, mantendo-se apenas enquanto se mantiverem os valores e objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade que justificaram a sua concessão.

Neste enquadramento Vila Nova de Gaia criou a Reserva Natural Local do Estuário do Douro, Caldas da Rainha criou a Reserva Natural Local do Paul da Tornada e Vila do Conde garantiu finalmente um estatuto de protecção para aquela que, em 1958, foi reconhecida como a primeira área a proteger no país. Trata-se da antiga Reserva Ornitológica do Mindelo, agora denominada Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde. Também

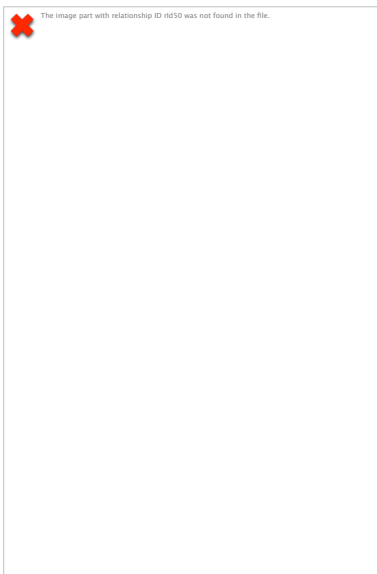
no Grande Porto, Valongo tem a decorrer o processo de criação da Área Protegida das Serras de Santa Justa e Pias, tendo terminado recentemente o período de discussão pública.

A título exemplificativo do contributo que as reservas privadas traduzem para a conservação da natureza, é descrito seguinte o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da criação da reserva da Faia Brava.

Tabela 3.11: A Reserva da Faia Brava, área protegida de gestão municipal e particular

A Reserva da Faia Brava, área protegida de gestão municipal e particular integra 520 hectares, demonstra que também em Portugal se inicia o processo em que a conservação da natureza é uma tarefa dos cidadãos.

Situa-se na região do Riba-Côa, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com Cidadelhe. As escarpas, inacessíveis, são óptimos locais para pouso e nidificação de aves rupícolas (ou aves das rochas), que aqui, como na área vizinha do Parque Natural do Douro Internacional, se adaptaram às transformações impostas pela presença do homem na paisagem, reconhecíveis nos pombais caiados de branco, nos caminhos abertos pelos rebanhos de ovelhas, nos montados de sobre e azinho, e nos olivais que se estendem encosta abaixo. É uma área que integra a Zona de Protecção Especial (ZPE) do Vale do Côa, mas que se apresenta desprotegida perante vários perigos: como o do fogo que, em 2003, aqui lavrou durante 15 dias, destruindo 1500 hectares da ZPE e matando um terço dos sobreiros com mais de 50 anos. (Público 22.04.2010 - 09:11 Por Abel Coentrão)



O trabalho inicial da **Associação Transumância e Natureza (ATN)**, foi crucial para o desenvolvimento deste processo. Com recurso a trabalho próprio e a acções de voluntariado, a ATN começou por realizar a recuperação dos pombais bem como efectuar o aumento da população de garranos tendo lançado um apelo na Internet e entre os associados, conseguindo “adoptantes vitalícios” (por 150 euros) e anuais (50 euros) para comprar 25 cavalos desta raça. Número bastante para o cercado de cem hectares construído para albergar os animais, que entretanto já se vão reproduzindo. Os garranos controlam os matos e fertilizam os solos, apoiando assim os objectivos de contenção de incêndios e de repovoamento florestal, que entre 2005 e 2008 levou à plantação de 15 mil árvores de espécies autóctones, num esforço que tem sido continuado.

As operações de **gestão da população de coelho-bravo, o cultivo extensivo de cereais, como o trigo e o centeio (que aumentam o alimento disponível para as presas das aves de rapina, como o coelho e a lebre, a perdiz vermelha, o pombo-da-rocha e o pombo-torcaz), os projectos de recuperação dos cursos de água e muitas outras acções assinaladas nos relatórios anuais e no “excelente” plano de gestão, ilustram o trabalho que vem sendo desenvolvido.**

Quanto ao modelo de financiamento, actualmente a Faia Brava, é em Portugal, um laboratório de novas experiências no domínio do financiamento da conservação da natureza. Com cerca de 200 sócios, a Associação Transumância e Natureza (ATN) teve a sorte de estar ligada, na origem, a uma fundação homónima, de origem holandesa, que lhe abre portas para apoios de mecenato vindos do estrangeiro. Mas, **além disso, ensaiou outras estratégias de obtenção de fundos** para a aquisição de propriedades no Riba-Côa que, entre

os contratos já formalizados e outros alvo de compromissos para futuro, chegam hoje aos 520 hectares de área protegida. Uma delas passa, por exemplo, pela venda de **azeite biológico produzido a partir das oliveiras** que pontuam todo o território da reserva, cuja receita é para a aquisição de terras. O BES, a EDP, a Universidade de Aveiro, a Biofaia, são instituições que contribuem de diferentes formas na iniciativa de conservação encetadas pela ATN. Outra forma de chegar a fundos foi a criação de **uma Zona de Intervenção Florestal** em duas das três freguesias onde se localiza a área protegida. A ATN procura **apoios dos fundos comunitários para o mundo rural para as suas actividades agrícolas**, até porque estas são essenciais para os **objectivos de conservação da biodiversidade** que estão na origem da Reserva.

A associação, que investiu, no ano passado, 300 mil euros no projecto, tem como objectivo crescer até aos mil sócios até 2015 e atrair, em 2011, mil visitantes (http://www.atnatureza.org/projectos/historia_faia.php)

O exemplo supra citado, é revelador de uma nova consciência e abordagem para a conservação da natureza em Portugal. A criação de AP's privadas poderá constituir um forte aliado nos objectivos de conservação.

Face à fase embrionária de implementação e desenvolvimento deste projecto, a aferição da estratégia ainda está em implementação, no entanto, evidencia-se o **conjunto de actividades recreativas e de visitação, já realizadas e a programac o das ac oes futuras evidenciando-se de que ressalta vocac o de Educac o Ambiental.**

A cria o de uma loja que disponibiliza produtos relacionados com a reserva constituem uma fonte de financiamento e uma forma de divulga o do trabalho que vem sendo desenvolvido. A título de curiosidade   possível adquirir: saco de pano com desenho de poupa, T-shirt criança Milhafre-Real, T-shirt adulto Britango, T-shirt adulto Britango e o Atlas da Fauna do Vale do C a.

Evidencia-se ainda as parcerias realizadas e as fontes de financiamento encontradas, que introduzem claras diferenças com o que vem sendo desenvolvido até agora.

Se a constitui o de AP's privadas são uma nova possibilidade para a Conserva o e Biodiversidade, e para o desenvolvimento regional importa potenciar este recurso numa estratégia mais abrangente beneficiando a Rede Nacional de áreas Protegidas.

3.4.3 Caso Espanhol

Neste subcapítulo direccionado para o estudo do modelo de ordenamento e gestão de AP's , em Espanha, pretende-se perceber como se estrutura a estratégia delineada para a Rede Nacional de Espaços Protegidos neste país. Embora de âmbito mais abrangente que o tema tratado neste trabalho (o turismo) a importância de se delinear uma estratégia para o desenvolvimento das AP's que consagre o pressuposto da sustentabilidade de todas as actividades e ac oes a desenvolver   determinante para o sucesso do processo de Conserva o da Natureza, objectivo primeiro da sua cria o. A caracteriza o do modelo preconizado em Portugal analisado

anteriormente, refere as fragilidades inerentes ao sistema, razão pela qual se recorre ao conhecimento de outra realidade, que se encontra numa fase mais avançada no que se refere ao ordenamento e gestão de AP's.

Como já foi referido, a decisão de melhor conhecer o processo desenvolvido em Espanha, em detrimento de qualquer outro caso advém da continuidade territorial com Portugal, que confere a estes dois países características biofísicas semelhantes bem como a existência de espécies vegetais e faunísticas comuns. Os Espaços naturais não reconhecem a existência de fronteiras, sendo nesta medida importante perceber o que se encontra em desenvolvimento no país que dá continuidade ao território nacional.

La planificación y gestión de los espacios naturales protegidos (ENP) se apoya cada vez más en conocimientos científicos. La toma de decisiones sobre el uso de estos espacios va siendo cada vez menos intuitiva y más ajustada a su funcionamiento ecológico. Su gestión debe armonizar la preservación de sus valores, basados en la mayoría de los casos en ciertos modos de explotación y de aprovechamiento de sus recursos, y las nuevas expectativas económicas y de uso que se generan con su protección. La integración de ambos aspectos hace necesario evaluar la gestión de los ENP, es decir, en qué medida y por criterios científicos. Ello permitirá racionalizar la toma de decisiones de gestión, minimizando el uso de la intuición del gestor, evitando que “lo urgente impida hacer lo importante” y facilitando la incorporación de una cierta “racionalidad ecológica” en esa toma de decisiones. (<http://www.ucm.es/info/ecología>).

A Lei 15/1975, de 2 de Maio, veio regulamentar a totalidade dos **Espaços Naturais Protegido (ENP)**, dando abertura para que cada Comunidade Espanhola produzisse legislação específica e adequada ao território que a integra.

Esta Lei, considerada como de transição, tinha o objectivo de proteger os espaços que pela singularidade da paisagem apresentada e pelos valores naturais existentes importava salvaguardar. Integrava os seguintes graus de protecção: (1) **Reservas Integrais de Interesse Científico**, (2) **Parques Nacionais**, (3) **Parque Natural de Interesse Nacional**, e (4) **Parques Naturais**.¹

A implantação da Democracia, com a aprovação da constituição Espanhola em 1978, corresponde ao ponto de viragem da política conservacionista espanhola, ainda que tais alterações apenas se tenham verificado anos mais tarde. O artigo 45º da Constituição reconhece o direito a todos os espanhóis **de desfrutar** do Meio Ambiente adequado para o desenvolvimento do individuo assim como o dever da conservação. O artigo 148.1 **estabelece a possibilidade das Comunidades Autónomas assumirem competências de “gestão e protecção do meio ambiente”**, cabendo ao Estado produzir a legislação necessária sobre protecção e meio ambiente, sem prejuízo de as Comunidades legislarem de acordo com as suas especificidades (art. 149.1.23). Neste sentido segundo o artigo 149.3, as matérias que não são da competência do Estado recaem sobre as Comunidades Autónomas na sequência do seu estatuto, o que é aplicado aos ENP.

¹ Os Parques Nacionais surgem com a Lei de 1916, as Paisagem Naturais de Interesse Nacional correspondem a uma nova versão dos Sítios e Monumentos de 1927 e as Reservas Integrais, surgem no Decreto Lei 3768/1972, de 23 de Dezembro.

A aprovação da Lei 4/1989, de 27 de Março constitui um marco para a Conservação dos Espaços Naturais e da Flora e Fauna Silvestres. Na sequência da competitividade regional, algumas comunidades elaboraram a sua própria legislação alguma da qual publicada primeiro que a Lei 4/1989, de 27 de Março, tendo subjacente a Lei de Montes (1957) e o regime da Caça (1970) (EUROPARC - Espanha, 2002).

A Catalunha e o País Basco assumem as competências em 1980. As restantes Comunidades (com excepção de Rioja que apenas faz em 1985) assumiram as suas competências em 1984. A Catalunha foi a primeira Comunidade a declarar a Paisagem Natural de Interesse da Zona Vulcânica da Garrotxa, em 1982. Seguiram-se mais dez até à publicação da Lei Básica de 1989. A década de 90 foi profícua, produzindo cerca de 10 Leis Autónomas referentes a Espaços Naturais Protegidos (Mulero, Mendigorri, 2002).

Actualmente verifica-se que o quadro legislativo é extremamente heterogéneo e confuso, devendo-se sobretudo à competitividade desenvolvida entre Comunidades e entre as Comunidades e a administração Central, principalmente no que se refere à Figura dos Parques Naturais. Outra questão igualmente importante diz respeito à compatibilização e enquadramento da Rede Natura 2000 com a rede Autónoma de Áreas Protegidas.

A Lei 42/07 do Património Natural e da Biodiversidade, estabelece o regime jurídico básico da conservação, uso sustentável do património natural e da biodiversidade espanhola, revogando a Lei 4/1989, de Conservação dos Espaços Naturais e de Flora e Fauna Silvestre. Nos quase 20 anos de vigência desta última desenvolveu-se uma importante etapa na política de conservação espanhola, complementada pela Directiva Habitat transposta para a legislação nacional e pela legislação produzida pelas Comunidades Autónomas, tendo-se alcançado um nível relativamente adequado à necessária conservação do património natural e biodiversidade. A Lei surge na continuação da anteriormente vigente permitindo o aperfeiçoamento do funcionamento jurídico.

Mantém as figuras de protecção anteriormente previstas consagrando também as Áreas Marítimas Protegidas, passando a ser constituídas por: (1) **Parques**, (2) **Reservas Naturais**, (3) **Áreas Marítimas Protegidas**; (4) **Monumentos Naturais**, (4) **Paisagens Protegidas**. Prevê ainda a criação da Rede de Espaços Marítimos Protegidos bem como a possibilidade de se criarem Espaços Naturais Protegidos Transfronteiriços.

A legislação vem no sentido de uniformizar as categorias de protecção definidas internacionalmente pela União Internacional para a Natureza (IUCN) aos ENP.

A Lei 42/2007, traz ainda a criação de inventários para a determinação do Património Natural e de Biodiversidade, a utilizar como instrumento para a gestão, e define um conjunto de indicadores, aos quais acrescem os inventários realizados no âmbito da definição da Rede Natura 2000. Aborda especificamente a Rede Ecológica, Natura 2000, composta pelos Lugares de Importância Comunitária (Sítios de Interesse Comunitário) e pelas Zonas Especiais de Conservação para as Aves (Zonas Especiais de Protecção).

Refira-se, que não se trata de uma Lei exclusivamente de áreas protegidas, tendo um âmbito mais amplo: espaços naturais, planeamento dos recursos naturais, flora e fauna silvestre, catalogação de espécies

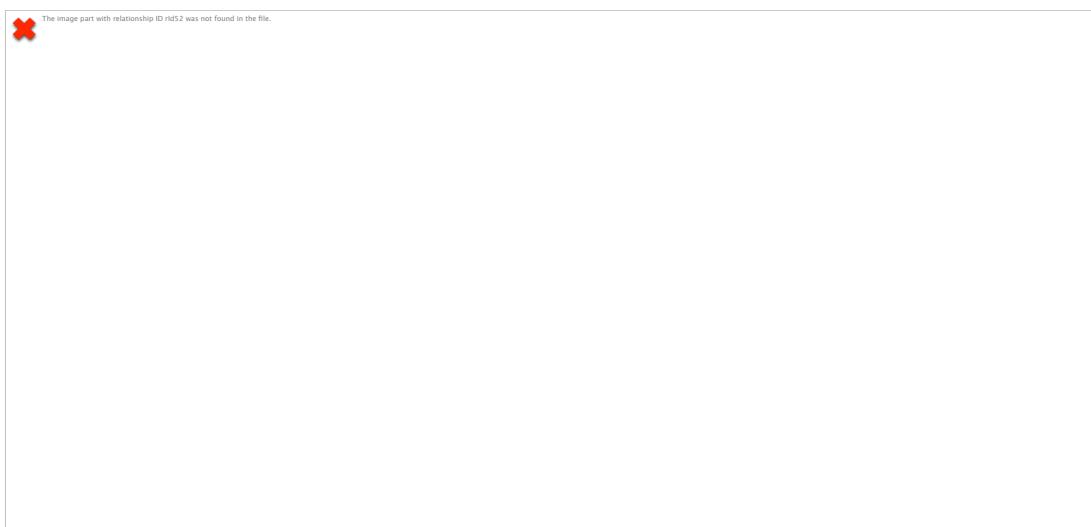
ameaçadas, caça e pesca continental. Na verdade, as áreas protegidas passam a ser assimiladas nas suas diversificadas funções na preservação da biodiversidade e uso racional de recursos naturais. Na continuidade a legislação estabelece a necessidade de planejar os recursos naturais compatibilizando a política conservacionista e o desenvolvimento sustentável. Os Instrumentos designados para tal correspondem: aos **Plan de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN)**, como instrumentos de Planeamento (artigo 4) e aos “**Plan Rector de Uso y Gestión (PRUG)**”, como documento básico para a gestão dos parques.

Em Espanha existem 43 figuras legais para a protecção de Espaços Naturais Protegidos (EUROPARC – Espanha, 24). A diferença entre algumas destas figuras é nalguns casos muito reduzida. O elevado número deve-se sem dúvida à singularidade das Comunidades Autónomas.

É muito usual incidirem vários instrumentos sob o mesmo território. Alguns PORN remetem para outras figuras de planeamento e gestão. Existem instrumentos de planeamento com carácter específico como os **Planos de Desenvolvimento Sustentável e Programas de Fomento** (Andaluzia); **Normas de Conservação, Planos Directores e Planos Especiais de Protecção Paisagística** (Canárias). A heterogeneidade é tão grande que uma mesma “figura” é regulamentada com instrumentos distintos de Comunidade para Comunidade. Os **PORN** prevêm essencialmente o estabelecimento de normas de uso do Solo, bem como o ordenamento urbanístico e desenvolvimento de actividades sectoriais, estabelece as normas e premissas dos restantes planos que deverão desenvolver-se em consonância com o previamente estabelecido. Não obstante os **PRUG** serem os instrumentos comuns decorrentes da Lei (4/1989), comunidades como a Catalunha e as Baleares, aquando da elaboração sua política de Conservação desenvolveram outros instrumentos “**Planos Especiais de Protecção**” passando a integrar a estruturação e o ordenamento do território. Os **Planos de Desenvolvimento Socioeconómico** são cada vez mais usuais. Quanto aos **Programas de Uso público**, 42 ENP, 21 Reservas e em 21 Parques, já elaboraram um plano e Programa de Uso Público ou documento similar verificando-se em (EUROPARC – Espanha, 2006, 39-40).

O Esquema seguinte ilustra o processo de planeamento e gestão desenvolvido para a Rede de Espaços Protegidos em Andaluzia.

Figura 3.6: Modelo de Ordenamento e Gestão para a Rede de Espaços Naturais Protegidos (Andaluzia)



Fonte: Adaptado de: Los Espacios naturale protegidos. Concepto, evolución y situación actual en España.
TOLÓN, A. ;Lastra X, 2008

O **Plano Director da Rede de Espaços Naturais Protegidos** prevê três fases de Elaboração sendo precedido pela criação da consciência para o ordenamento no âmbito do planeamento estratégico que antecede a elaboração das restantes fases previstas e que compreendem: **Fase I:** Diagnóstico da Rede de Espaços Naturais Protegidos; **Fase II:** Desenvolvimento e Implementação da Estratégia Conceptual; **Fase III:** Implementação da Rede de Espaços Naturais Protegidos que integram a região. Nesta fase procede-se à elaboração à escala regional dos Planos Sectoriais (Estratégia para a biodiversidade; Estratégia para as zonas húmidas); do programa de educação ambiental; programa de uso público e capacidade de carga para o uso público. Promove-se a consagração da Marca Parque Natural e desenvolvem-se os Modelos de Gestão – Observatórios. A elaboração de um **Plano Director** para a totalidade dos ENP que integram a Comunidade pretende o desenvolvimento de uma estratégia que permita uma gestão homogénea e coerente dos diferentes ENP procurando-se desta forma corrigir défices e desequilíbrios que existem entre os vários espaços que integram a rede. O Planeamento e gestão destes espaços assenta nos seguintes princípios:

- Resolver défices existentes em informação, dotação de meios, serviços e equipamentos;
- Assegurar a participação pública no processo de gestão e administração dos Espaços Naturais, dando poderes interventivos aos órgãos de participação;
- Consolidar as mais valias adquiridas nos vários Espaços Naturais repartindo pelas restantes com resultados inferiores;
- Coordenar as vários instituições com competência em Ambiente e Ordenamento;
- Fomentar os modelos de desenvolvimento sustentável da Rede de forma a melhorar a qualidade de vida rural.

Os **Planos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)**, na sequência do relatório de Brundtland (1986) têm como objectivo melhorar o nível da qualidade de vida das populações no raio de influência da área protegida. São planos de dinamização sócio-económica mais abrangentes que integram a política regional da Comunidade. Do seu conteúdo fazem parte: (1) Noções sobre desenvolvimento sustentável; (2) Diagnóstico da situação de referência; (3) Medidas de Desenvolvimento Sustentável: Metodologia de planificação e programação, (4) Modelo de Gestão e (5) Avaliação e Monitorização.

A nível Regional pretende-se a definição de uma estratégia de actuação para a gestão do **Uso Público em cada Espaço Protegido** uniformizando a metodologia a desenvolver na Rede. Estes Planos e Programas obedecem a parâmetros e orientações definidas pelos **PORN** e **PRUG** (Plan Rector de Uso y Gestión) desenvolvendo-se em duas fases, uma primeira de estratégia, para o ordenamento, actuando sobre o Zonamento previamente proposto para as zonas susceptíveis de ocupação e desenvolvimento de actividades compatíveis, numa segunda fase, os indicadores definidores da ocupação para esses mesmos espaços. O conteúdo de um **PUP** integra: (1) Objectivo do Programa; (2) âmbito do Programa; (3) Diagnóstico (levantamento do número de visitantes, dos equipamentos existentes, das actividades implementadas, comunicação e identidade), (4) Aplicação das normas orientadoras existentes para o Espaço Natural, (5) Definição das Zonas de Ocupação preferencial; (6) Linhas de Actuação; (7) Normas e Segurança; (8) Monitorização (9) Programa de faseamento e implementação.

Tabela 3.12: Características elementares dos diferentes Planos que incidem sobre Espaços Naturais Protegidos.

Planos	Características Básicas	Vigência
PORN	Plano Orientador dos restantes instrumentos de Planeamento. Critérios Orientadores: Ordenamento e utilização dos recursos naturais; Ordenamento do Território Planeamento Sectorial Actividades a desenvolver na ENP	8 anos
PRUG	Directrizes sobre as actividades próprias da ENP: Uso Público Investigação	Inferior a 4 anos
Planos/Programas Especiais	Desenvolvem as directivas dos PORN e dos PRUG Orientações normativas para a elaboração de projectos	Inferior a 4 anos
Planos e Programas de Carácter Socioeconómico	Geralmente adoptam a figura de Planos Especiais Legislação Andaluza: PDS infraestruturas e Equipamentos PF Fomento de Actividades Económicas	Não aplicável

Ainda a referir as Acções de Desenvolvimento Estratégico que assentam na Agenda 21 e no incremento da Marca Parque Natural. Os Planos e Programas Especiais de carácter socioeconómico tem sido elaborados tardiamente verificando-se alguma resistência à sua elaboração.

A **Participação Pública**, sua constituição e funções é estabelecida no Decreto 239/1997, de 15 de Outubro, estes órgãos de participação são constituídos por todas as entidades e organismos com uma relação estreita com o espaço de conservação e os valores naturais, tendo funções de controlo, vigilância e participação cívica.

3.4.3.1 Gestão e Financiamento

Em Espanha as competências em matéria de ambiente não são centralizadas pelo Estado. As entidades responsáveis são diversas: Organismo Autónomo de Parques Nacionais (Ministério do Meio Ambiente) e a administração partilhada entre as Comunidades Autónomas e a Administração Central. O acórdão n.º 194/2004 reconhece às Comunidades Autónomas a gestão dos Parques Nacionais.

Os Governos Autónomos são responsáveis pelas áreas protegidas existentes nos seus territórios segundo as orientações decorrentes da Lei Geral (Estado), União Europeia e Convénios Internacionais ratificados por Espanha. A Administração local, também começa a ter o seu estatuto reconhecido: o Conselho administrativo de Barcelona, foi pioneiro nesta experiência.

A gestão e o Financiamento dos ENP são actualmente tema de grande reflexão. Incrementados os mecanismos de protecção, importa reflectir sobre modelos de gestão que aliem a conservação à sustentabilidade da reserva incrementada.

Segundo a EUROPARC, o investimento médio nos Espaços Naturais Protegidos varia em função do grau de protecção e da localização geográfica, sendo em média cerca de 60€/ha ano. No entanto este valor pode variar entre 5€ a 413€, sendo a repartição desigual: 53,4€/ha em parques Nacionais; 33€/ha para os parques Naturais (EUROPARC – Espanha, 2006: 47 a 49). A Comunidade de Madrid é a que destina uma maior verba aos Espaços Naturais Protegidos (107,23 €/ha), enquanto que Rioja e Castilha se situam nos 10€/ha, (EUROPARC – Espanha, 2006: 51).

Também de relevância para a gestão dos ENP é a natureza privada ou pública da reserva. Cerca de 50% da superfície dos parques naturais são propriedade pública. No entanto, em algumas ENP a propriedade privada supera os 90%. Nos Parques Nacionais a proporção é de 75% de terrenos por 24% de propriedade privada (EUROPARC – Espanha, 2005). Não obstante a EUROPAC-Espanha considera o estado de conservação em cerca de 90% dos espaços como elevado.

No entanto, a gestão destes espaços encerra grandes dificuldades principalmente no que se refere ao acompanhamento e registo da evolução da gestão, verificando-se como um dos principais problemas das áreas protegidas espanholas. Neste sentido, a iniciativa do Instituto Catalão de História Natural (ICHN) de avaliar a gestão de áreas protegidas catalãs foi pioneiro. Tratou-se de uma auditoria operativa que visou avaliar quais os objectivos alcançados pela ENP, a eficácia e a equidade. Desenvolveu-se entre 2002 e 2003 e analisou 148

espaços, usando 85 Indicadores (ICHN, 2004). Foi uma das primeiras experiências a aplicar a metodologia definida pela UICN.

3.4.3.2 Medidas de monitorização e acompanhamento

O trabalho desenvolvido pela Europarc-Espanha é fundamental na monitorização e acompanhamento dos diferentes planos de gestão dos ENP assim como o Plano de Acção para os Espaços Naturais Protegidos do Estado Espanhol dado que a heterogeneidade existente é muito grande e as discrepâncias também. Uma referencia ainda para o livro de Mulero Mendigorri (2002), uma vez que constitui uma “compilação” sobre as ENP em Espanha.

Em termos legislativos, a lei 42/07 prevê novos instrumentos que contribuem para melhorar a gestão integral dos seus objectivos, de entre os quais os quais se destacam:

- **O Plano Estratégico Estatal do Património Natural e de Biodiversidade**, cuja finalidade é o estabelecimento e a definição de objectivos, critérios e acções que promovam a conservação, o desenvolvimento sustentável e eventualmente a restauração de património, recursos naturais terrestres, e marinhos e de biodiversidade.
- **Sistema de Indicadores** que pretende traduzir o inventário espanhol do património natural e de biodiversidade para expressar sinteticamente os seus resultados, de forma a puderem ser transmitidos à sociedade e incorporados nos processos de tomada de decisões à escala supranacional.

Desta Síntese de Indicadores destacam-se os seguintes:

- Indicadores que medem a precisão demográfica na área considerada (**população permanente, população verificada no mês de maior afluência, número de visitantes anuais totais, numero de visitantes verificados no dia de maior afluência,...**);
- Indicadores que medem a pressão urbanística na área considerada (área urbana, área urbanizável, unidades de alojamento;
- Indicadores que medem a precisão por actividades entrópicas com impactes na área considerada (número de indústrias, densidade viária, linhas eléctricas, efluentes, desperdícios, resíduos sólidos.
- Outros indicadores de precisão como índice de fragmentação, superfícies inundadas, superfícies com elevado risco de incêndio, n.º de espécies vertebrados introduzidos, índice de isolamento para espécies animais, n.º de espécies exóticas introduzidas, n.º de espécies utilizadas como recurso socioeconómico, etc.

Entre os **Indicadores de Avaliação do Estado Ambiental** da área considerada, relativos ao património natural e biodiversidade, citam-se:

- n.º de espécies (total e parcial: flora e fauna); n.º de exemplares (total e parcial: flora e fauna), n.º de espécie e de exemplares de espécies endémicas (total e parcial por tipo de endemismo), n.º de espécie e exemplares ameaçados, em perigo de extinção, sensíveis à alteração de habitat, vulneráveis, de interesse especial; abundância de ecossistemas chave, alteração de habitat,...

Finalmente, **como Indicadores de Resposta**, referem-se:

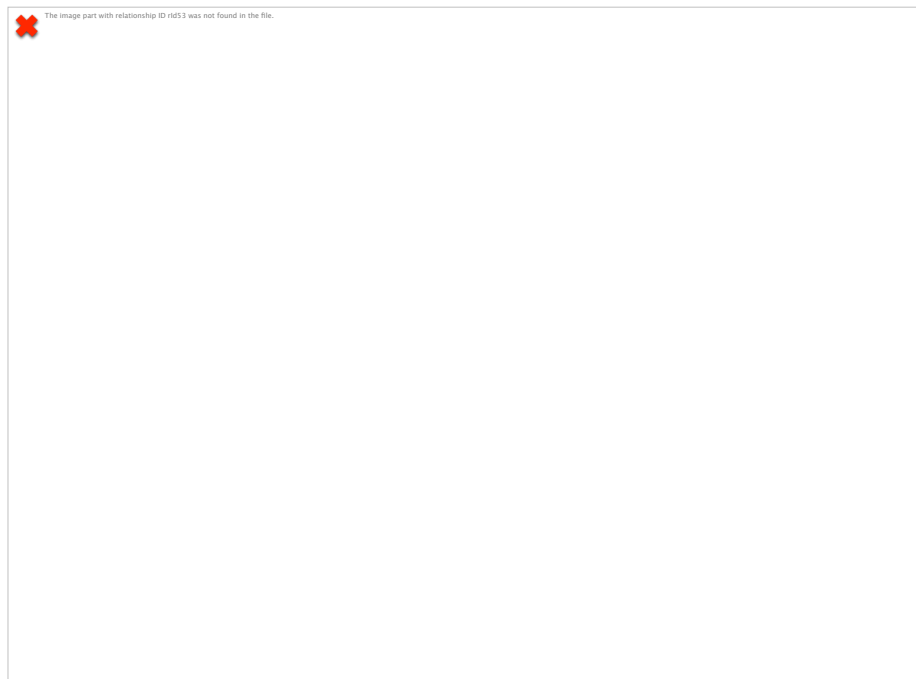
- Indicadores que avaliem a área protegida relativamente à área considerada; Indicadores que avaliam os meios disponíveis para a conservação da ENP, n.º de Centros e Equipamentos: Centros de recuperação e reabilitação de espécies vegetais e faunísticos, centro de visitantes, centro de interpretação, Miradouros, Aulas, Interpretação ambiental.
- Número de actividades de educação ambiental, de iniciativas para o incremento da sustentabilidade dos recursos naturais, de actividades destinadas a informar a população da ENP
- Controlo de denúncias, sanções
- Consciencialização das populações locais.

3.4.4 O Contexto Internacional

Um dos temas mais relevantes abordados pelo estudo, PARQUES VISÃO XXI, é exactamente o enquadramento internacional da gestão de AP's. Neste contexto, são identificados dois eixos face ao conjunto de tendências emergentes: (1) um **focado na conservação e protecção da herança natural**, onde a fixação das comunidades locais é um elemento com dupla natureza (como requisito à própria protecção e conservação e, como uma ameaça quando não focado na protecção constituindo uma ameaça aos ecossistemas naturais; (2) outro **focado na interacção das AP's com a sociedade**, o que lhe confere visibilidade social, promove a educação ambiental e a responsabilidade social, permitindo também o crescimento de negócios associados à visitação (e outros que indirectamente vêm aumentar o valor dos seus mercados pelo o aumento da visitação).

A figura seguinte evidencia as tendências verificadas internacionalmente e que aliam a Conservação da Natureza ao Desenvolvimento Regional

Figura 3.7: Tendências Internacionais verificadas nas AP's



Fonte: Adaptado a partir de *PARQUES VISÃO XXI*,

O esquema representa as tendências internacionais verificadas nas AP's sendo de evidenciar, a representatividade que o turismo e a visitação encontram no processo de valorização das AP's, contribuindo para o aumento dos rendimentos das comunidades locais, mas simultaneamente, induzindo impactos negativos nos Ecossistemas.

Os Vectors Estratégicos identificados são: (1) **a importância da visitação** (diversificação da oferta de actividades recreativas e a educação ambiental) (2) **utilização sustentável dos recursos**, (manutenção/promoção de actividades que contribuem para a preservação do património natural e cultural das regiões e a introdução de medidas preventivas) (3) **adequação do modelo de gestão**, (Criação de estruturas adequadas para uma gestão eficaz, desenvolvimento socio-económico das regiões) (4) **diversificação do financiamento** (procura de novas fontes de financiamento) e (5) **controlo da gestão** (monitorização e avaliação das acções desenvolvidas, garantia de conformidade com o foco principal, a conservação).

Como foi referido, a análise do presente subcapítulo incidiu essencialmente nos casos/modelos Português e Espanhol, mas no âmbito deste trabalho, para além da compreensão do panorama internacional global a partir do estudo *PARQUES VISÃO XXI*, foram consultados outros modelos de gestão e ordenamento internacionais (tendo os casos de França e Itália sido os mais profundamente avaliados).

Sem se querer abordar qualquer outro modelo, importa apenas referir que da análise global dos vários exemplos internacionais ressalta a importância crescente das Organizações Privadas (ONG, Fundações) na administração

de AP's. Trata-se de um modelo enraizado em vários países (principalmente provenientes do direito anglo-saxónico, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) mas também em países como a França, Alemanha, Brasil, Costa Rica, Itália, Países Baixos e vários países africanos.

A título exemplificativo, *The Nacional Trust* (Inglaterra e Gales) conta actualmente com cerca de 2,6 milhões de Sócios e gere cerca de 270 000ha. *The Nature Conservancy* (EUA) tem cerca de 800 000 membros cerca de 1500 Reservas Naturais e cerca de 400 000 ha; *Land Trus1 Alliance* (EUA) agrupa cerca de 1260 organizações de conservação.

Em Espanha, destaca-se o papel pioneiro da Catalunha com a *Xarca de Custódia do Territori*, *Fundación Territori i Paisatge* e *Fundación Global Natura* que fazem a gestão dos espaços naturais que não são sua propriedade, por intermédio de acordos com os proprietários.

3.4.5 Considerações Finais

Embora com abordagem diferentes, a consciencialização do panorama internacional permitiu identificar os seguintes **princípios comuns** no contexto da definição de um modelo de gestão e ordenamento de AP's:

- **definição de objectivos:** protecção da paisagem natural, conservação da paisagem cultural (agricultura, caça, florestal, património arquitectónico e valores culturais), investigação e a **experiencia turística;**
- **definição da estratégia;**
- **implementação da estratégia;**
- **envolvimento dos vários actores locais;**
- **elaboração de programas de Investigação;**
- **elaboração de planos de gestão;**
- **elaboração de planos de uso público.**

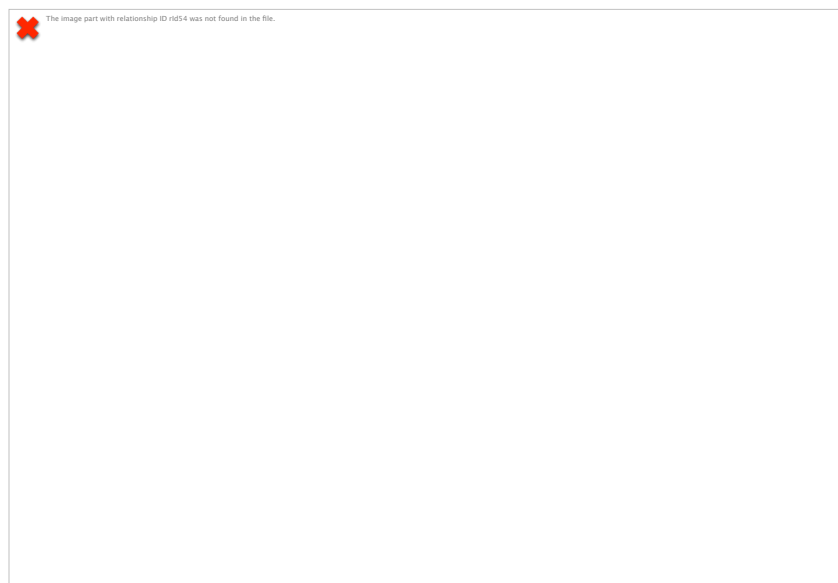
Estes princípios comuns podem ser o ponto de partida para a definição de contributos para a estruturação de um Modelo de Ordenamento e Gestão de AP's..

A estruturação de um Modelo deste tipo seria tema para um trabalho bastante mais aprofundado. No entanto, entende-se que não deixa der oportuno apontar algumas orientações, baseadas nas práticas identificadas nos exemplos internacionais e que procuram dar resposta às principais debilidades do sistema nacional em termos do ordenamento e gestão das áreas protegidas, em geral, e do enquadramento da actividade turística, em particular.

O Plano de Ordenamento constitui o instrumento que identifica e desenvolve as orientações e medidas a adoptar para a AP, deverá como tal abranger um vasto conjunto de matérias, identificando claramente de que forma se processa o desenvolvimento da AP, os impactes decorrentes e a sua mitigação bem como apontar oportunidades de melhoria.

A figura seguinte, ilustra um modelo de ordenamento e gestão centrado no **Plano de Ordenamento**, tal como acontece à luz da legislação em vigor. À semelhança do que vai acontecendo com a nova geração de Planos de Ordenamento de AP's, estes devem integrar os conteúdos e opções de planos que disciplinam matérias marcadamente relevantes tais como o PROT, PROF, Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Figura 3.8: Modelo de Ordenamento e Gestão de áreas Protegidas



O que se pretende, contudo, é, para além da integração no Plano de Ordenamento da Área Protegida dos referidos planos, integrar novos conteúdos, de carácter mais estratégico e de âmbito mais específico, e que estejam orientados para aquilo que virá a ser a definição da estratégia de desenvolvimento sustentável da área protegida.

Neste sentido, seria desejável integrar, fundamentalmente três tipos de contributos:

- **Um Plano de Desenvolvimento Sustentável**, de cariz eminentemente estratégico, que defina um cenário de desenvolvimento base para a área protegida, bem como as medidas que permitem concretizá-lo. Não obstante o objectivo primário de uma AP dever ser prioritariamente a conservação, este cenário deve apostar na vocação existente e proposta (conservação, turismo, produção florestal, etc.) da área em causa, podendo ser definidos diferentes cenários para diferentes unidades territoriais que compõem a AP. O desenvolvimento de um qualquer cenário deverá compatibilizar-se sempre com os objectivos globais de conservação, sendo que o estatuto de protecção da área, ou unidade, influi, inevitavelmente na sua vocação;

- **Planos e Programas de desenvolvimento socioeconómico**, que traduzam acções para o desenvolvimento de sectores de actividades chave (como o Turismo) que se compatibilizem com o Plano de Desenvolvimento Sustentável;
- **Planos vocacionados para a implementação de acções e medidas concretas e localizadas** e que permitem um envolvimento directo das populações locais, como é o caso das Agendas 21 locais.

O desenvolvimento da estratégia turística para a AP deve, assim, ser elaborada em articulação com as demais estratégias envolvidas, nomeadamente a estratégia para a conservação da natureza e para a biodiversidade. Recorrentemente as estratégias definidas para a biodiversidade são fortes em acções de conservação mas revelam lacunas na definição de objectivos para o turismo e na definição de acções de operacionalização. Neste sentido é importante recorrer a uma abordagem direccionada para o turismo e para as actividades de recreação para se apresentar detalhadamente quais as orientações a seguir. O Plano pode e deve identificar as áreas de vocação turística, medidas de implementação e desenvolvimento, estudos sobre a capacidade de carga, orientações para operadores turísticos, entre outros.

A implementação do Plano de Ordenamento deve decorrer, não só da implementação das suas medidas e regras intrínsecas, mas também de um conjunto de instrumentos que dele devem derivar e que estão associados a objectivos concretos, como os Planos de Gestão, os Planos de Uso Público (muito relacionados com o turismo), e os planos de investigação.

As estratégias e acções definidas devem ser articuladas nos vários níveis, assegurando os objectivos definidos nas diferentes estratégias delineadas, trabalhando conjuntamente para o desenvolvimento da AP. (Sustainable Tourism in Protected areas; Guidelines for planning and management, 1998, 44).

Seguidamente, apresenta-se o faseamento da implementação do que se considera ser um modelo de desenvolvimento sustentável. Este constitui uma possibilidade não encerrando outras, fomentando no entanto a discussão desta temática, e compreenderá um ciclo de 4 fases: (1) Fase Prévia: Criação de uma Consciência de planeamento desencadeada através do planeamento estratégico; (2) **1ª Fase:** Diagnóstico da Situação de Referência; (3) **2ª Fase:** Desenvolvimento da Estratégia Conceptual e (4) **3ª Fase:** Implementação e Monitorização.

Tabela 3.13: Faseamento preconizado para implementação de Modelo de Ordenamento e Gestão de AP's

Fase Prévia: Criação de uma Consciência de planeamento desencadeada pelo processo de planeamento estratégico
Fase I: Diagnóstico da Situação de Referência
Levantamento e tratamento da Informação
Análise da situação actual
Simulação do futuro, segundo diferentes cenários
Plano de optimização dos recursos existentes
Fase II: Desenvolvimento da Estratégia Conceptual
A Estratégia
Definição do zonamento conceptual
Desenvolvimento do programa activo de investigação
Definição das metodologias de monitorização do Plano: Definição dos Indicadores de Gestão
Fase III: Implementação do Modelo de Ordenamento das Áreas Protegidas
Estratégia para a biodiversidade
Educação Ambiental
Capacidade de Carga para o Uso Público, direccionado para o turismo e visitação
Marca Parque Natural, marketing e publicidade

No âmbito da monitorização deverá ser desenvolvido um conjunto de Indicadores (económicos, sociais e ambientais) que expressem os resultados, de forma a puderem ser transmitidos à sociedade e incorporados nos processos de tomada de decisões em permanente desenvolvimento.

Face à complexidade da análise deverá ser formulado um conjunto de **Indicadores de Pressão, Indicadores de Estado e Indicadores de Resposta**, de forma a reflectir a informação necessária às diferentes variáveis que constituem a área protegida permitindo:

- **avaliação do estado de conservação do património natural e cultural;**
- **avaliação da evolução da qualidade de vida das populações locais;**
- **avaliação do processo em implementação.**

3.5 CONCLUSÃO

A política nacional de Conservação da Natureza, segue as orientações internacionais no que se refere à definição e classificação da Rede Nacional de AP's, sendo o seu ordenamento e gestão, assegurado quase exclusivamente pelo financiamento proveniente do Estado.

As estratégias e modelos de gestão para os parques naturais assumem uma vocação muito direccionada para a conservação da natureza e protecção da herança natural. No entanto, a interacção das AP's com a sociedade em geral e muito particularmente com as populações locais não tem o enfoque desejado.

A valorização das AP's enquanto sistemas complexos que reúnem diferentes vocações não é considerada. As actividades económicas essenciais para a formação da identidade de um território como a agro-pecuária, pesca, caça, não são valorizadas denotando-se uma clara separação destas actividades e da conservação da natureza que se pretende assegurar.

O Turismo, enquanto conceito mais lato que engloba a visitação de AP, não tem sido considerado como uma possibilidade de desenvolvimento a incrementar em AP's. As orientações e acções definidas nos planos de ordenamento de AP's são vagas e avulsas sem que exista a definição de uma estratégia direccionada para esta actividade. Por exemplo, não se elaboram planos de uso público vocacionados para a gestão e ordenamento da visitação.

A este nível acresce referir a ausência da elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável, de vocação estratégica, que indique o caminho a delinear para a AP.

Actualmente a actividade turística desenvolvida em AP's, é essencialmente promovida por particulares, muito direccionada para a criação de alojamento de pequena escala, regulamentada pelo Plano de Ordenamento, verificando-se, pontualmente, a constituição de parcerias público-privadas que preconizam o desenvolvimento turístico no sentido mais lato.

As modalidades turísticas apontadas como mais próximas dos princípios de conservação da natureza são o Ecoturismo e o Turismo de Natureza. Este tipo de turismo traduz-se no surgimento de um novo tipo de turistas muito centrado nos eventuais impactes que as suas acções possam ter sobre o meio, designados por “consumidores verdes”. Estes dois conceitos de turismo, embora com diferenças advogam os princípios de sustentabilidade coadunáveis com os princípios de conservação das AP's, e visam reduzir os impactes negativos no ambiente e nas comunidades locais, proporcionar benefícios financeiros directos para a conservação, sensibilizar e promover o respeito pelo ambiente natural e cultural em geral. Considera-se que, por isso, são direccionados para a sustentabilidade da área visitada, dos residentes locais e do ambiente em geral.

No sentido de se assegurar a qualidade do destino turístico e a qualidade preconizada foram criados instrumentos e programas que tem por objectivo a articulação dos vários actores envolvidos (gestores de AP's,

empresários e operadores turísticos) com vista à qualificação da oferta e dos serviços disponibilizados. Neste sentido as CETS e a PANParks constituem referências europeias para a certificação de AP's, enquanto destinos de turismo sustentável por excelência. A certificação é concedida aos parques que reúnem as condições necessárias para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a preservação do património natural e cultural, através da aplicação de critérios de sustentabilidade nas actividades ligadas ao turismo.

O Turismo em AP's produz benefícios e introduz custos constituindo uma opção estratégica, do planeador maximizar os benefícios em detrimento dos custos, sendo que em 1ª instância, as AP's foram criadas para preservar um processo biofísico que integra a fauna, habitat, paisagem, herança cultural e tradições, o que não pode ser menosprezado.

As áreas protegidas devem ser abertas ao turismo, mas sempre tendo em atenção os impactos que esta actividade pode causar se não for bem avaliada e planificada.

Efectivamente, a estruturação da actividade turística em AP's deve ser enquadrada numa escala mais abrangente. Actualmente, o modelo de ordenamento das AP's em Portugal assume uma vocação predominantemente regulamentar, padecendo da falta de uma estratégia que conduza à conciliação de interesses e objectivos.

Neste contexto, a partir de modelos internacionais e tendo sempre presente o conceito de desenvolvimento sustentável, procurou-se definir os princípios base que devem suportar a estruturação de um modelo sustentável de ordenamento e gestão de áreas protegidas.

4. PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE TURISMO DE NATUREZA NO PNSACV

4.1 INTRODUÇÃO

Tendo sido efectuada uma caracterização dos conceitos de turismo e desenvolvimento sustentável, dos processos de ordenamento e gestão de áreas protegidas e das formas de articulação entre ambos, procede-se à formulação de uma proposta de planeamento baseada no princípio de conservação de uma área que integra o PNSACV. Não será demais voltar a referir, que esta proposta de planeamento deveria ser enquadrada por uma estratégia mais abrangente delineada para a totalidade do Parque Natural, que à luz da situação actual apenas considera a protecção total para a globalidade da área considerada.

A caracterização dos usos dos solo, efectuada mais adiante permite observar, que existem para além de espaços que importa preservar, áreas agrícolas, áreas florestais, e áreas de transição, estas antigas áreas agrícolas, actualmente sem utilização. A fixação humana testemunha-se nos vários conjuntos de ruínas identificados, alguns com valor cultural. Neste sentido e com o objectivo de financiar a conservação que se pretende desenvolver, avança-se com propostas de usos complementares, nomeadamente a criação de dois empreendimentos turísticos, e a regeneração da actividade agrícola e florestal desenvolvida noutros tempos.

4.2 O PLANO DE ORDENAMENTO DO PNSACV

Neste subcapítulo pretende-se efectuar uma breve análise ao documento que constitui a 1ª revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV). Face ao exposto nos capítulos anteriores, importa conhecer os objectivos estratégicos bem como o estatuto de protecção preconizados por este plano, face às oportunidades que se pretendem desenvolver na parcela abrangida pelo Parque Natural, a Herdade da Amoreira (HA)

Refira-se que o POPNSACV se encontra em revisão, determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 173/2001, de 28 de Dezembro, decorrida a Discussão Pública, entre 18 de Março e 30 de Abril de 2010, de acordo com o Aviso n.º 2497/2010. Aguarda-se a sua publicação.

Os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas são Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), com um carácter normativo específico, focando aspectos especiais do ordenamento não tratados noutros planos e vinculando entidades públicas e privadas. De acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 380/1999, de 22 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto Lei 49/2009 de 20 de Fevereiro, estes planos, elaborados pela administração central, constituem um meio supletivo de intervenção do Governo, tendo em vista a prossecução de objectivos de interesse nacional

com repercussão espacial. O art. 44.º deste diploma refere ainda que “os *planos especiais de ordenamento do território estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de utilização compatível com a utilização sustentável do território*”.

4.2.1 Constituição do Plano e Objectivos definidos

Atendendo ao disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 380/1999, de 22 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto Lei 49/2009 de 20 de Fevereiro, e na Portaria n.º 137/2005, de 2 de Fevereiro, os PEOT são, respectivamente, constituídos e acompanhados pelos seguintes elementos: **Regulamento, Planta de síntese, e Planta de Condicionantes**. O POPNSACV é ainda acompanhado por: Planta de enquadramento; Planta de condicionantes, à escala 1:25.000; Programa de execução; Estudos de caracterização física, hidrológica, ecológica, biológica, económica e urbanística que fundamentam a solução proposta; Relatório ambiental; Planta da situação existente; Elementos gráficos de maior detalhe que ilustrem situações específicas do respectivo plano e as participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação.

Os Objectivos do **POPNSACV** são:

- Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural e cultural desta área, a continuação e o desenvolvimento de uma **correcta estratégia de conservação e gestão** que permita a concretização dos objectivos que presidiram à sua classificação como «parque natural»;
- Corresponder aos imperativos **de conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens protegidas**, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;
- Promover a conservação, **a gestão e o controlo das espécies de aves protegidas** constantes do anexo A-I ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, bem como dos respectivos habitats e das espécies de aves migratórias não referidas naquele anexo e cuja ocorrência no território nacional seja regular;
- Estabelecer **propostas de ocupação do solo que promovam a protecção e valorização dos valores naturais e, simultaneamente, o desenvolvimento das actividades humanas conducentes** a um desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida das populações, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área do Parque Natural;
- Introduzir no Plano de Ordenamento as medidas de ordenamento e gestão **relativas à área marinha** sob jurisdição do Parque Natural;
- Detectar e **corrigir eventuais deficiências** e lacunas do actual Plano de Ordenamento, quer a nível de regulamento, quer a nível de zonamento, tendo sempre por objectivo a defesa dos valores em causa;

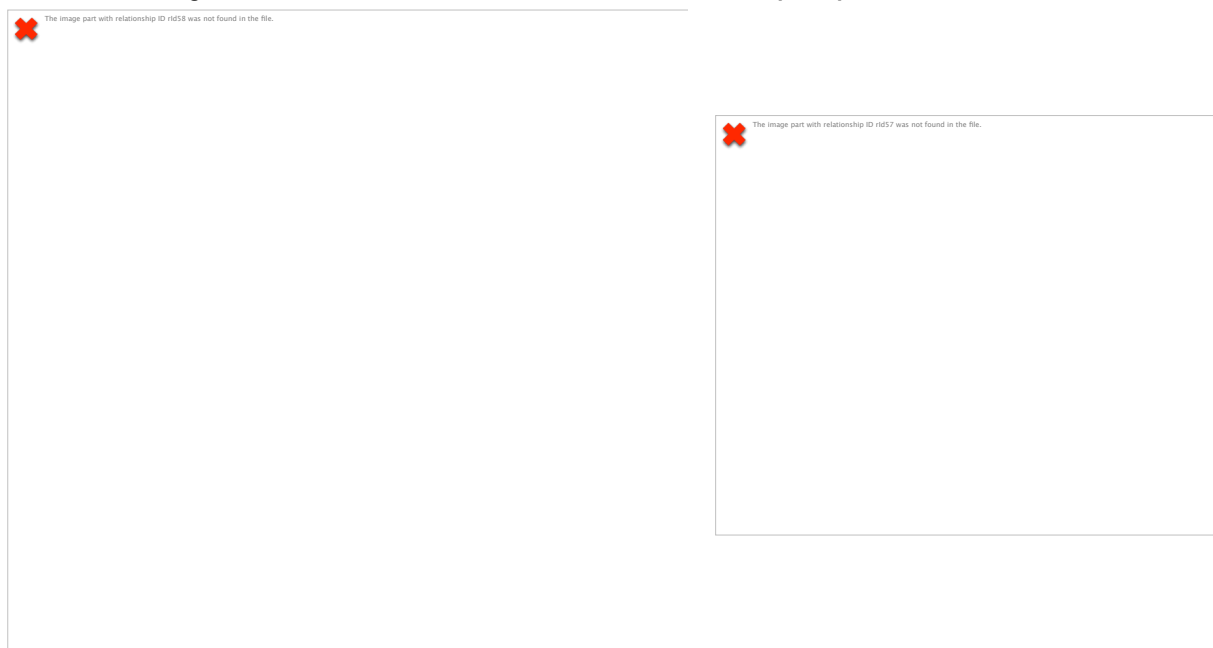
- Determinar os estatutos de protecção adequados às diferentes áreas e definir as prioridades de intervenção.

4.2.2 Instrumentos de gestão territorial com incidência na área de intervenção

Sobre o território do PNSACV incidem vários IGT com diferentes abordagens e objectivos de operacionalização, assim tem-se:

- **Escala Regional:** PROT Alentejo, que se encontra em aprovação), e PROT Algarve.
- **Escala Supra Municipal:** POOC Sines-Burgau, Rede Natura 2000, PBH do Mira, PBH do Sado, PBH das Ribeiras do Algarve, PROF do Alentejo e PROF do Algarve.
- **Escala Municipal:** PDM's (de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo), PU's e PP's.

Figura 4.1: Planos com incidência territorial no PNSACV e principais condicionantes



Os instrumentos determinantes na diferenciação territorial das condicionantes sobre o território são: a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola, Domínio Público Hídrico e o Perímetro de Rega do Mira e a Rede Natura 2000. Outras condicionantes foram identificadas, nomeadamente as decorrentes de infraestruturas. Contudo, não se considera relevante a sua identificação no âmbito deste trabalho.

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 é um instrumento de gestão territorial que visa a salvaguarda e valorização das Zonas de Protecção Especial e Sítios, bem como a manutenção das espécies e habitats nestas áreas. Aplica-se à Administração Pública, não vinculando directamente os particulares. Dele se extraem orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da Administração Central e Local.

Nas Zonas Especiais de Conservação e nas Zonas de Protecção Especial são condicionadas as actividades que deterioreem os habitats ou perturbem as espécies protegidas, onde podem caber os empreendimentos turísticos (Art.º 9.º n.ºs 1 e 2). Apenas podem ser autorizados se não afectarem a integridade de um sítio protegido (Art.º 10.º n.º 9). Se a avaliação for negativa, apenas pode ser ultrapassada por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ministro da Economia, no nosso caso, se for reconhecida a “[...] ausência de soluções alternativas e da sua necessidade por razões imperativas de reconhecido interesse público, incluindo de natureza social e económica.” (Art.º 10.º n.º 10).

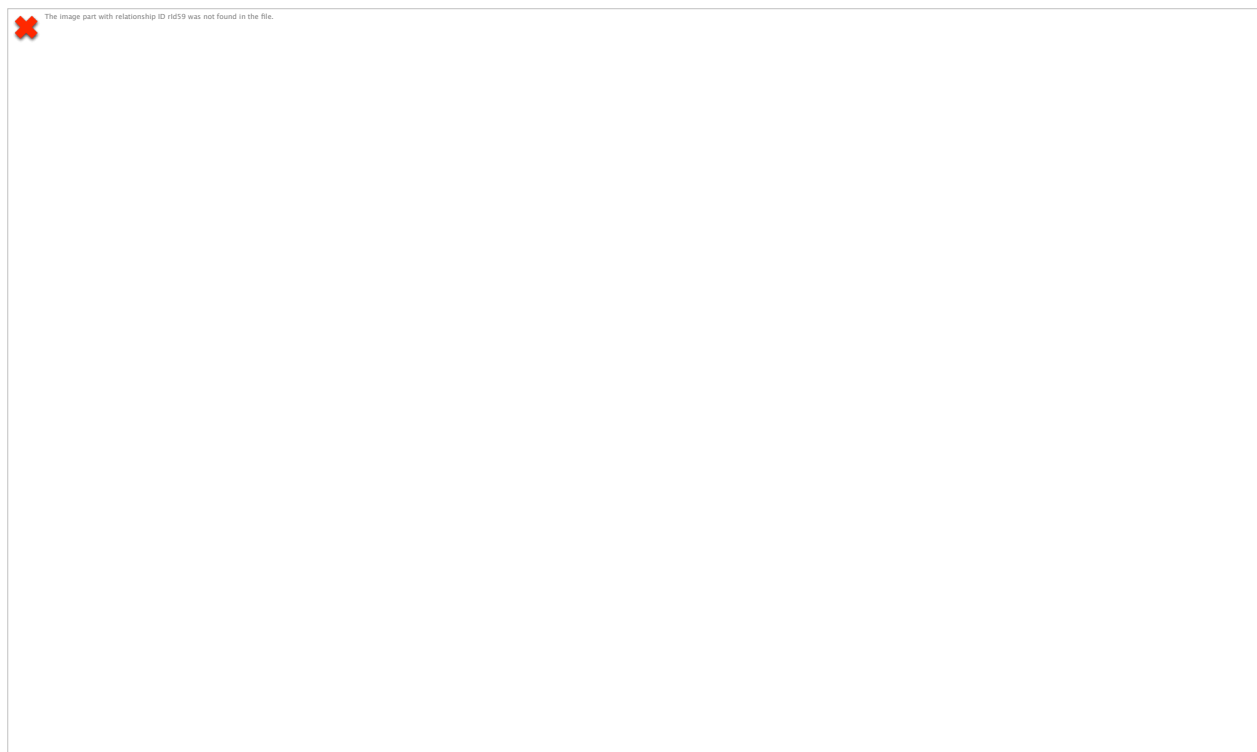
Se tratar de um tipo de *habitat* natural ou espécie prioritários, a declaração de impacte ambiental negativa apenas pode ser superada em situações excepcionais, em princípio por imperativos não económicos, e sob controle da Comissão Europeia (art.º 10.º n.º 11).

Sobre a área do PNSACV são identificados o Sítio PTCON001 e ZPE, PTZPE0015.

4.2.3 Objectivos estratégicos: medidas e acções propostas

No âmbito da revisão POSACV são definidos **7 objectivos estratégicos** e respectivas acções sendo identificadas as entidades responsáveis pela sua execução, assim como uma estimativa indicativa de custos e o respectivo período de execução. As acções constituem uma referência para o desenvolvimento futuro do plano de gestão do PNSACV.

Figura 4.2: Objectivos Estratégicos estabelecidos pelo POPNSACV



Fonte: POPNSACV

Analisando o programa de execução que contém a descrição das acções e medidas a desenvolver, verifica-se que são predominantemente assumidas medidas e acções de conservação da natureza, estando estas presentes em todos os objectivos estratégicos estabelecidos.

Assim, refere-se: as medidas preconizadas para a valorização do património geológico correspondem ao levantamento do património existente e à definição de um programa de monitorização face ao estado de conservação.

Quanto à valorização do Património cultural, são predominantemente vocacionadas para o levantamento e diagnóstico do património arqueológico e para acções de acompanhamento da evolução do estado de conservação do edificado, de elaboração de um programa de restauro de elementos patrimoniais.

No que se refere à Valorização do Património Edificado, o principal parceiro são as Câmaras Municipais, que contemplam a realização de obras de requalificação urbana, sendo neste sentido vocacionado para os aglomerados urbanos. Neste âmbito refere-se a requalificação da urbanização de Vale da Telha e o edificado no caminho do Infante com a adaptação ao uso turístico.

Quanto à valorização dos recursos naturais as medidas e acções são diversas. No entanto ressalta a elaboração de planos de monitorização para o acompanhamento das actividades económicas propostas nomeadamente agricultura e pesca. **O turismo não é abordado.**

Quanto à promoção do conhecimento e sensibilização para o valor do PNSACV, são propostas várias acções e medidas nomeadamente de sensibilização ambiental e promoção e recuperação de espaços para a animação ambiental e visitação, promoção de alojamento de Turismo de Natureza (TER e Casas de Natureza), para a qual são disponibilizados 30.000 euros, e ainda a instalação de um centro de interpretação, definição de percursos pedonais, divulgação do património existente, campanhas de vigilância regulares e integração nos dispositivos municipais de defesa da floresta contra incêndios entre outras.

4.2.4 Regime de Protecção

O Regime de Protecção é estabelecido para todo o solo que não é classificado como urbano admitindo-se diferentes níveis de protecção considerando: áreas de protecção total, áreas de protecção parcial (APP I e APPII) e áreas de protecção complementar (APC I e APC II).

As actividades e ocupações terrestres admitidas são: florestal, agrícola e pecuária; cinegética; desportivas e recreativas; turismo de natureza; infra-estruturas viárias; Edificações e equipamentos; Empreendimentos turísticos; Investigação científica e monitorização.

As actividades e ocupações nas áreas marinhas e fluviais admitidas são: Pesca comercial; Pesca lúdica; Culturas marinhas; Navegação, fundeação e amarração; Dragagens; Infra-estruturas e equipamentos de apoio à

navegação; Actividades marítimo-turísticas; Actividades balneares, desportivas e recreativas; Turismo de natureza; Investigação científica e monitorização.

O ICNB promoverá o turismo de natureza enquanto a tipologia turística mais adequada às áreas protegidas, compreendendo as actividades de animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza. As actividades de turismo de natureza na área do PNSACV são licenciadas de acordo com a legislação aplicável e com as disposições específicas dos regimes de protecção, bem como com o enquadramento estratégico do turismo de natureza do ICNB. As iniciativas ou projectos que integrem as actividades, os serviços e as instalações de animação ambiental carecem de autorização emitida pelo ICNB, a qual não dispensa outras autorizações ou licenças exigíveis por lei. Quando solicitado, o promotor deve fornecer ao ICNB informação relevante no âmbito da sua actividade, nomeadamente aquela que se relacione com o número de participantes e de eventos realizados, âmbito das actividades realizadas e locais visitados.

O **regulamento do POPNSACV** pretende assegurar as regras e parâmetros a observar na área do plano traduzido da seguinte forma: disposições gerais, área terrestre, área marinha e fluvial, regime sancionatório e disposições finais e transitórias. Para as áreas terrestres e área marinha e fluvial são definidas as orientações e regras quanto: áreas sujeitas a regime de protecção, áreas de intervenção específica, áreas não sujeitas a regime de protecção, usos e actividades.

São definidas as regras para os usos e actividades propostas nomeadamente quanto à construção de edificações convencionais de equipamentos e empreendimentos. Relativamente à construção de empreendimentos turísticos, a emissão de parecer favorável do ICNB, depende da observação das seguintes condições:

- O empreendimento tem que se integrar numa área mínima contínua de 70 ha;
- A área urbanizável localiza-se obrigatoriamente em APC II e deve ter uma distância mín. de 500m a APT;
- A área urbanizável corresponde a 10 % da área total da propriedade, até ao máximo de 10 ha de área contínua; Não pode ser nucleada, devendo ser contínua;
- O índice de construção permitido é 0,1 e aplica-se à área urbanizável;
- O número de pisos máximo é de 2;
- A densidade máxima de ocupação não pode exceder 20 camas por hectare, podendo ser de 30 camas por hectare em parcelas ocupadas exclusivamente por hotéis e pousadas;
- Observância das regras de contratualização, na sequência do concurso público.

Relativamente à construção dos empreendimentos turísticos isolados, a emissão de parecer favorável do ICNB, depende da observação das seguintes condições:

- O empreendimento tem que se integrar numa área mínima contínua de 40 ha;

- A área urbanizável localiza-se obrigatoriamente em APC II e deve ter uma distância mín. de 500m a APT;
- A área urbanizável corresponde a 10% da área total da propriedade, até ao máximo de 5 ha de área contínua; Não pode ser nucleada, devendo ser contínua;
- O índice de construção permitido é 0,1 e aplica-se à área urbanizável; O número de pisos máximo é de 2;
- A densidade máxima de ocupação não pode ser > 12 camas por hectare, com um máximo de 120 camas.

4.2.5 Síntese Crítica

A partir da análise sucintamente apresentada ao POPNSACV, formulam-se as seguintes observações:

1. Os objectivos gerais definidos são genéricos e direccionados para a conservação da natureza;
2. De natureza profundamente regulamentar, o plano não define uma estratégia assumida para o Parque Natural (*Para onde queremos ir? E o que queremos alcançar?*)
3. Os objectivos estratégicos são direccionados para a conservação da natureza para os quais são definidos medidas e acções pouco articuladas entre si;
4. Não é claro o papel do PNSACV, na região do Alentejo;
5. Não são apontadas sectores de actividade económicas chave nem estratégias para a sua articulação com a conservação da natureza;
6. Não são apontadas estratégias para a constituição de parcerias público-privadas para a conservação da natureza e Biodiversidade;
7. Não são previstos modelos de financiamento complementares aos existentes;
8. Não são apontadas medidas de envolvimento e integração das populações residentes;
9. **O Turismo é tratado como uma realidade confinada aos aglomerados urbanos existentes, não é definida uma estratégia para o Turismo de Natureza, apontado no entanto como o segmento que melhor se articula com os objectivos do Plano.**
10. São definidos parâmetros de edificabilidade para o turismo que promovem o desenvolvimento fragmentado dominado pela lógica construtiva que não integra parâmetros a observar para a Conservação da Natureza.

4.3 MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA HERDADE DA AMOREIRA

Não cabe no âmbito deste trabalho efectuar uma análise crítica ao regime de protecção definido pelo PO, no entanto, o planeamento preconizado baseado no estudo detalhado com base no levantamento cartográfico elaborado à escala 1:1000, permite identificar com precisão os valores naturais presentes e a salvaguardar.

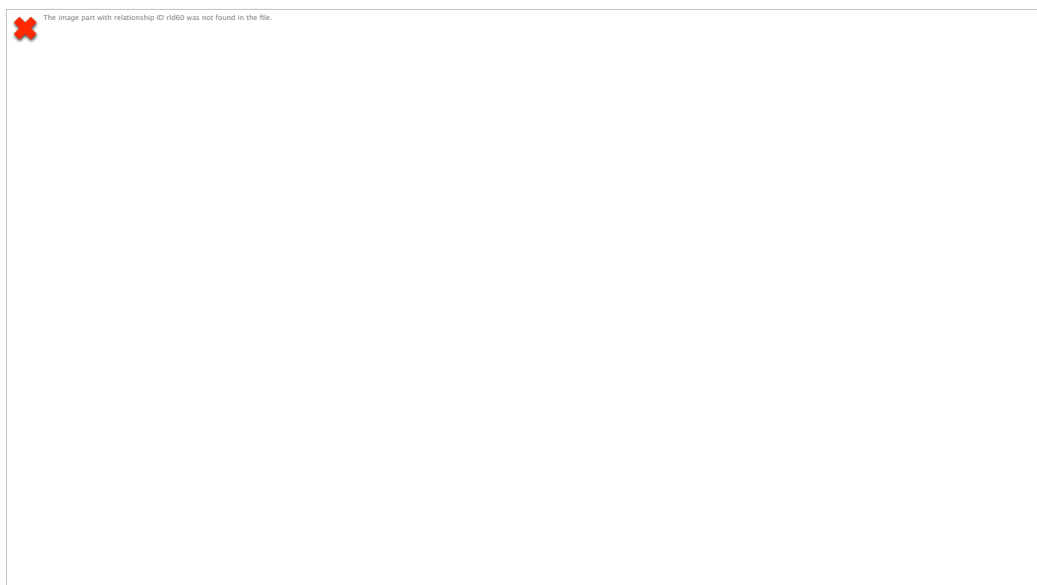
Face a enquadramento legal estabelecido pelo RJGT a implementação deste proposta não teria cabimento, o que recorre da impossibilidade de um Plano Municipal alterar um Plano Especial de Ordenamento do Território.

No entanto, admitindo que tal condicionalismo não existiria, o processo de planeamento indicado seguiria a realização de um Plano de Pormenor ou Plano de Urbanização, com a tramitação estabelecida pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial indicado. Refere-se ainda que no âmbito da articulação entre a política ambiental e os procedimentos de gestão e planeamento territorial em articulação com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o Plano seria acompanhado de Avaliação Ambiental Estratégica e de Avaliação de Impacte Ambiental (Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, que transpõe a Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho, tal como alterada pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março), na qual esta prevista a sujeição de todos os aldeamentos turísticos assim como os estabelecimentos hoteleiros mais de dado o caso 20 camas dado o caso concreto de situar em áreas protegida e sítios da Rede Natura 2000 (Art.º 2.º alínea b).

O processo de planeamento previsto desenvolve-se faseadamente e baseia-se no método tradicional de planeamento compreendendo: **(1)** Caracterização da Situação de Referência, que compreende os seguintes descritores: componente biofísica (clima, solo, geologia e geomorfologia, recursos hídricos, flora, vegetação, habitats e fauna), ocupação do território (uso do solo, património cultural e arqueológico) **(2)** Zonamento: Relevância Fitocenótica: **(3)** Proposta de Intervenção **(4)** Monitorização e acompanhamento.

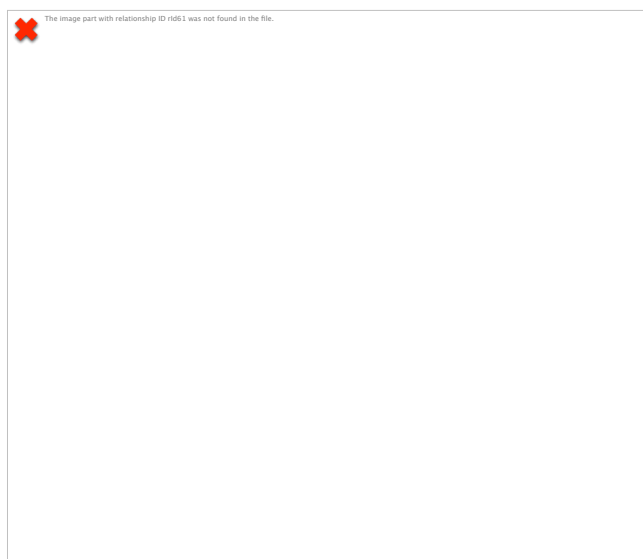
A Herdade da Amoreira é uma propriedade privada com cerca de 290 de ha, situada em plena área protegida, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). Situa-se na freguesia de Aljezur, concelho de Aljezur e distrito de Faro, junto ao limite norte desta freguesia com a de Rogil. Dista cerca de 4 Km da vila de Aljezur (a sul), 15 Km de Odeceixe (a norte) e 35 Km de Lagos (a sudeste). Em termos de limites, a propriedade é confrontada a norte com a praia da Carriagem, e a sul com a ribeira de Aljezur.

Figura 4.3: Enquadramento da área de Estudo



4.3.1 Caracterização da situação de referência

Figura 4.4: Vista área – Herdade da Amoreira



4.3.1.1 Clima

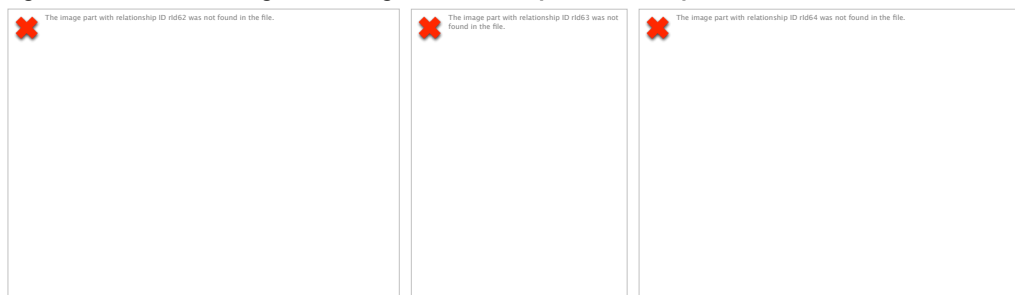
De acordo com o estudo efectuado para os principais estuários da Costa Sudoeste, o concelho de Aljezur integra-se no clima da Costa Vicentina, um conjunto vasto com alguma uniformidade, com uma orla costeira com mais de 40 Km de extensão. O clima do concelho de Aljezur é, assim, fortemente influenciado pela proximidade do mar, com Invernos suaves e Verões frescos, não se registando grandes oscilações de temperatura ao longo do ano.

Conforme a caracterização efectuada pelo PROF-Algarve, a temperatura média anual do concelho de Aljezur apresenta valores da ordem dos 15 a 16°C. O regime mensal médio de temperatura apresenta valores máximos nos meses de Verão, destacando-se Agosto com 24,5°C, e mínimos no Inverno, nomeadamente no mês de Janeiro, tendo sido registados 7,5°C como temperatura média mensal. As temperaturas inferiores a 0°C ao nível do solo são raras na faixa litoral, onde Aljezur se insere, devido ao efeito de regularização térmica que o mar exerce. De acordo com o mesmo estudo, e relativamente à precipitação, os meses mais frios (Outono e Inverno) são aqueles que registam os maiores valores de precipitação, estabelecendo-se o período chuvoso de Outubro a Abril/Maio. Nos meses de temperatura mais elevada (Verão), a precipitação é quase nula, atingindo o seu mínimo em Julho. As precipitações médias oscilam com valores da ordem dos 500 a 600 mm.

4.3.1.2 Geologia e Geomorfologia

Geologicamente a área integra a unidade geotectónica designada por Zona Sul-Portuguesa. Os principais litótipos correspondem a rochas metamórficas, designadamente, xistos, grauvaque e alguns quartzitos pertencentes à Formação da Brejeira (Carbónico = Namuriano Superior-Westefaliano). Subjacente aos metamorfitos, ocorrem formações sedimentares constituídas por areia de duna e de praia e cascalheiras. Do ponto de vista sísmico, insere-se na Isossista 10 (intensidades máximas até 1996). Por sua vez a intensidade máxima registada segundo a escala internacional foi a intensidade VII. De acordo com o zonamento da sismicidade do território Português (Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes, 1983), a área do projecto da Herdade da Amoreira desenvolve-se entre uma zona sísmica do tipo A. Não foram registados quaisquer potenciais recursos geológicos com interesse económico. Por outro lado foram reconhecidos valores patrimoniais passíveis de gerar bastante interesse por parte da comunidade, a saber: a falésia da Amoreira (Medo da Amoreira) e a embocadura da Ribeira de Aljezur. Segundo o estudo efectuado para os principais estuários da costa sudoeste, a zona da ribeira de Aljezur e área adjacente encontra-se inserida na unidade geomorfológica da planície litoral Ocidental. Esta corresponde a uma faixa relativamente estreita (máximo de 15 Km), com altitudes que não excedem os 150 m e declives suaves. A faixa litoral é predominantemente rochosa e alcantilada, com arribas xistosas frequentemente verticais, entrecortadas por praias arenosas e/ou de calhaus rolados. Relativamente à ribeira de Aljezur, o ponto mais elevado das encostas adjacentes encontra-se a uma cota de 130 m de altitude e o declive é bastante acentuado.

Figura 4.5: Pormenor da geomorfologia do terreno, panorama da praia da Amoreira e cordão dunar



4.3.1.3 Riscos Geológicos

A ocorrência de deslizamentos e escorregamentos de terrenos comporta em si uma elevada capacidade de destruição, originando, não raras vezes, para além de prejuízos materiais, a perda de vidas humanas. Em rochas sedimentares de escassa coerência, os deslizamentos são originados, na maioria das vezes, pela existência de encostas (caso natural) ou taludes (resultantes da implantação de obras de engenharia) com inclinação excessiva face à resistência dos materiais. Quando estão presentes rochas consolidadas, tornam-se também importantes outros factores, como sejam a direcção, inclinação e espaçamento da rede de fracturação (falhas e diaclases), em conjugação com os declives topográficos naturais ou eventuais taludes resultantes de obras de engenharia. A estruturação vertical do substrato geológico, em particular quando presentes materiais de

competência distinta, bem como a percolação da rede de fracturas por água, são igualmente factores de agravamento do risco de ocorrência de deslizamentos.

Considerando a informação supra exposta, verifica-se que em parte o no Monte da Amoreira o substrato rochoso é constituído por rochas metamórficas de elevada coerência, possuindo solos rijos. Por outro lado, a restante área é constituída por rochas de baixa coerência (nas proximidades dos vales e da zona litoral e no planalto). Atente-se que na zona do planalto a espessura da cobertura sedimentar é baixa - ronda 1 m – com predomínio das componentes argilosas. Subjacente a estas formações ocorre o substrato rochoso xistoso metamórfico.

A zona central apresenta declives mais ou menos suaves, não se vislumbram problemas de escorregamentos (rotacionais ou outros) de grande significado, embora possam ocorrer acentuados problemas de ravinamento e abarrancamento, que gradualmente vão erodindo a delgada camada sedimentar, fundamentalmente em momentos de chuvadas intensas (regime torrencial). Já nas áreas onde ocorrem as linhas de água encaixadas e respectivas vertentes, estes problemas são mais potenciados.

Assim, pode-se concluir que o risco de ocorrência de deslizamentos significativos na área deve ser considerado.

4.3.1.4 Hidrologia

Em termos de recursos hídricos superficiais, a área do projecto encontra-se inserida na bacia hidrográfica das ribeiras do Algarve, nomeadamente na sub-bacia Costa Ocidental que, corresponde à área das bacias hidrográficas dos cursos de água que drenam para o litoral ocidental. O curso de água mais importante é a ribeira de Aljezur, formando um estuário (da ribeira de Aljezur) como resultado da sua confluência com o mar, tendo associada a praia da Amoreira. A rede de drenagem é constituída por duas linhas de água que confluem junto ao estuário da ribeira de Aljezur, sendo tributárias desta última. A linha de água mais extensa após um trecho inicial, na zona de planalto, com orientação Este-Oeste inflecte para Sul, acompanhando as vertentes acentuadas encaixadas nos xistos. A segunda linha de água drena uma área encaixada em vertentes acentuadas onde os fenómenos de transporte predominam em detrimento da infiltração. Para estudo da rede de drenagem, foi delimitada uma Bacia Hidrográfica (BH) com secção de referência situada imediatamente após a confluência das supra citadas linhas de água.

4.3.1.5 Relevo

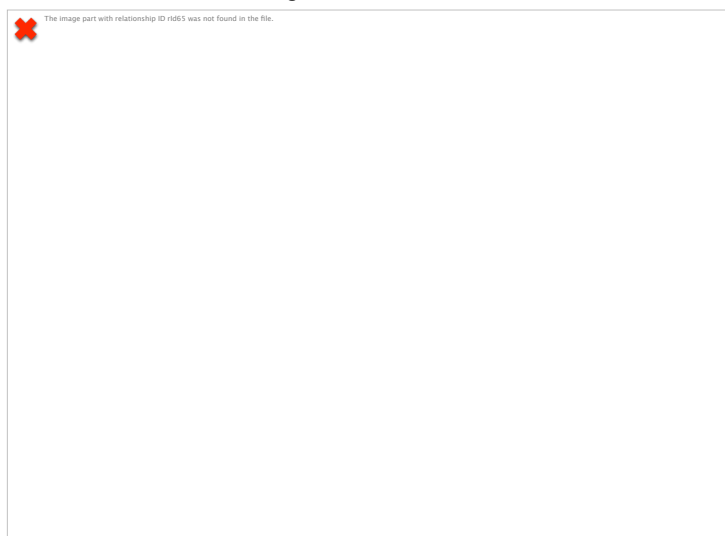
A HA localiza-se a norte da Ribeira de Aljezur. Esta ribeira nasce na Serra de Monchique, drena uma área de cerca de 182,9 Km² e possui cerca de 28,5 Km de extensão, desaguando no oceano Atlântico, junto à praia da Amoreira.

Situa-se, na sua totalidade, dentro da bacia hidrográfica da Ribeira de Aljezur. Esta ribeira drena áreas extensas e no seu troço final, incluído no PNSACV, termina num vale aberto e bem definido e têm regime permanente. Este curso de água desagua directamente no Atlântico, atravessando a costa ocidental do território.

Na figura podemos ver que a herdade da Amoreira apresenta dois tipos de relevo principais: uma zona planáltica e uma zona de encostas viradas a Sudoeste/Oeste. Estas encostas são as que drenam naturalmente as águas de escorrência superficial para a Ribeira de Aljezur.

Nas zonas de maior e menor altitude encontram-se as classes de declives suaves, correspondendo às zonas mais planas, com declives que raramente ultrapassam os 8%. São as zonas de encosta, de altitude intermédia, que apresentam os declives das classes superiores, na sua maioria com inclinação superior a 25%.

Figura 4.6: Declives



Fonte: figura sem escala

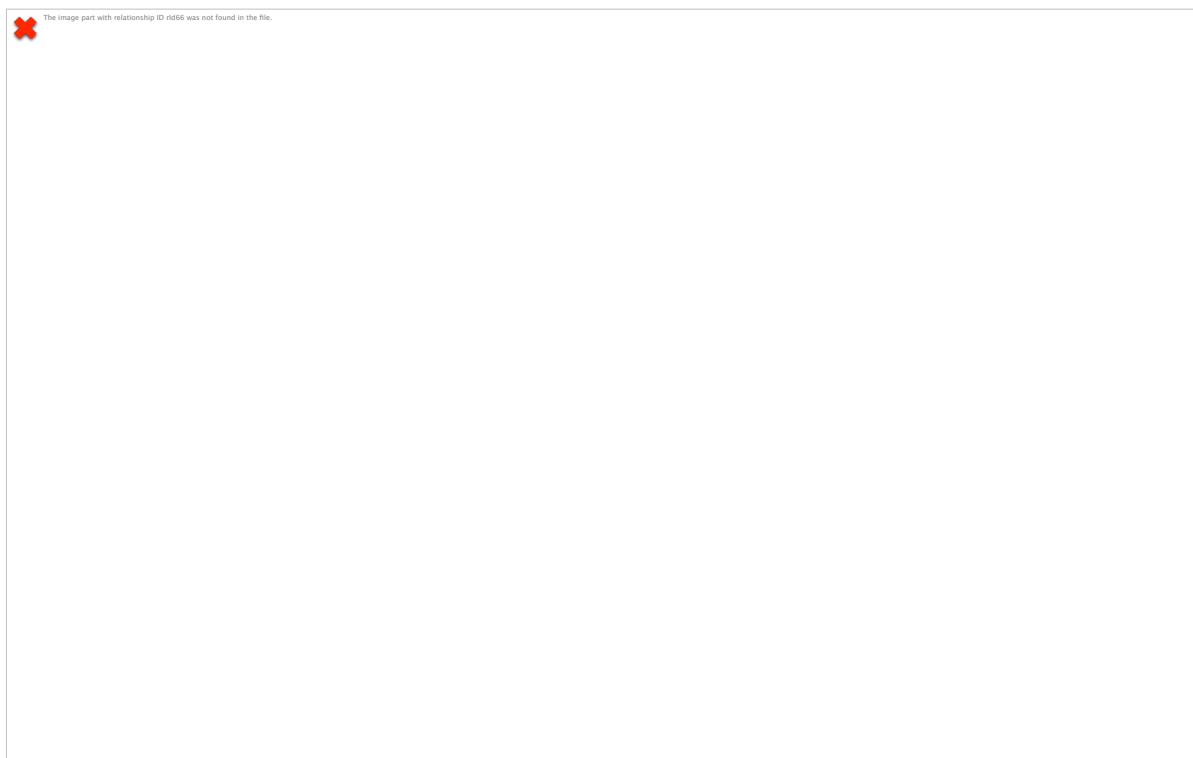
Nas zonas mais planas, as linhas de drenagem natural tendem a ser pouco cavadas, por vezes difusas e pouco perceptíveis. Nas zonas de encosta, de maior inclinação, as linhas de drenagem tornam-se bem marcadas no terreno e muitas vezes ravinadas.

No que diz respeito às relações de visibilidade, a posição fisiográfica da herdade da Amoreira em relação à envolvente faz com que a partir das zonas de maior altitude se tenha alcance visual sobre a zona de praia e mar, criando assim pontos de vista de grande qualidade paisagística.

Assim, a HA, caracteriza-se por índices significativos de insolação, com reflexos ao nível de conforto bioclimático e adequada aptidão para a estadia humana, em mais de 50% do território. No entanto, esta situação determina condições menos satisfatórias para a regeneração natural do revestimento vegetal e, também, menor capacidade de absorção visual de potenciais alterações ao uso do solo, devido à maior quantidade de luz recebida no solo.

4.3.1.6 Ocupação Actual do Solo

Figura 4.7: Ocupação do Solo

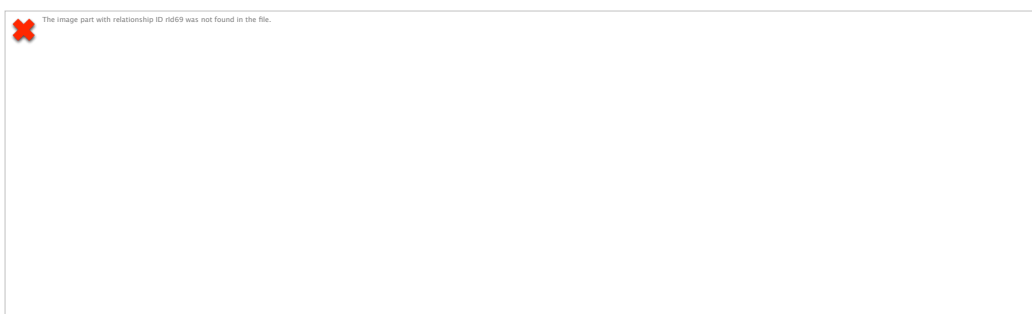


Nota: Figura sem escala



Uma análise mais detalhada do território permite verificar que a área é bastante diversificada no que diz respeito ao uso do solo. Os terrenos que se encontram nas cotas mais baixas estão associadas às ocupações do solo com sistemas húmidos, nomeadamente a praia da Amoreira, a falésia da Amoreira, o leito da ribeira de Aljezur, as dunas primária e secundária e a área de sapal. A zona de sapal encontra-se degradada devido à sua exploração para a produção de arroz. No entanto, e com o abandono da cultura de arroz, a área encontra-se em recuperação tendo tendência para expandir as características de sapal para as zonas adjacentes.

Figura 4.8: Praia da Amoreira - Arribas



Nas cotas superiores encontram-se as zonas de carácter mais humanizado com ocupações agrícolas, matos e áreas florestais degradadas. É também nas cotas de altitude superior que se encontram as áreas sociais. As ocupações agrícolas englobam áreas com zonas agrícolas de sequeiro, zonas agrícolas de regadio, associadas às linhas de água de carácter torrencial, e culturas arbóreas incipientes. As zonas de matos englobam as formações arbustivas e arbóreas espontâneas, nomeadamente estevais, matos esclerófilos e pré-bosques, resultantes em grande parte do abandono da actividade agrícola. As zonas florestais degradadas apresentam, sobretudo, pinheiro-bravo e eucalipto, existindo pontualmente acácias. Estas manchas apresentam densidades variáveis em termos de elementos de porte arbóreo. Estas consideram-se degradadas por apresentarem um coberto vegetal com espécies muito diferentes da vegetação natural.

Por último, referem-se as áreas sociais. Dentro desta tipologia englobam-se as ruínas do Monte da Amoreira, outras ruínas, a zona do restaurante e o estacionamento adjacente.

Figura 4.9: Vista sobre a Praia da Amoreira e sobre a Herdade da Amoreira



A Herdade da Amoreira encerra em si mesma as principais e mais apelativas características da unidade de paisagem em que se insere. A sucessão de eventos paisagísticos aqui presentes dotam esta propriedade de uma dinâmica interior bastante elevada, onde contrastam ambientes tão díspares como os associados à vivência do litoral ou os pertencentes ao relevo mais acidentado das principais linhas de escorrência natural deste terreno.

4.3.1.7 Fauna

Ao nível faunístico a HA apresenta elevado interesse para os diferentes grupos de vertebrados presentes. Também por esse motivo, é abrangida por diversos estatutos de protecção Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Sítio e ZPE da Costa Sudoeste.

Os diversos biótopos presentes na herdade, apresentam determinados graus de importância e sensibilidade para a fauna. Uma potencial ocupação terá de ser cuidadosamente gerida, uma vez que o baixo nível de pressão humana que ocorre na área de intervenção contribui para um número tão elevado de espécies, parte das quais com elevado interesse para a conservação.

No que diz respeito aos anfíbios, encontram-se todas as espécies que poderiam ocorrer nesta zona do país. Contudo a sua presença na herdade restringe-se às linhas de água e áreas alagáveis, sendo também favoráveis áreas arenosas com vegetação autóctone, na sua envolvente (dunar e de pinhal).

A presença de répteis foi também confirmada, nomeadamente algumas espécies de ocorrência rara, com estatuto de ameaça e endemismos ibéricos. Aparecem também associados à ribeira de Aljezur, com presença provável no barranco da Amoreira. Destacam-se os cágados e o lagarto-de-água. Associada às falésias e pinhal litoral, refere-se a víbora. As dunas são também um biótopo importante para a ocorrência das lagartixas endémicas – lagartixa-de-Carbonell e lagartixa-do-mato-ibérica.

Quanto à avifauna, apesar da presença de algumas espécies de elevado valor conservacionista, os biótopos presentes apresentam apenas uma importância média a elevada para a avifauna. De destacar espécies como o Alcaravão, a Petinha-dos-campos, a Calhandrinha ou o Sisão que escolhem este habitat para abrigo ou nidificação.

Esta área apresenta elevado interesse para os mamíferos, destacando-se a presença confirmada e potencial de muitas espécies com estatuto de ameaça, sobressaindo o grupo dos morcegos e dos carnívoros. A margem de vegetação densa da ribeira de Aljezur proporciona ótimas condições de refúgio e de deslocação aos mamíferos. No interior da herdade destacam-se os barrancos com vegetação ripícola e de matos mediterrânicos, o pinhal e as dunas com vegetação pioneira.

Tendo em consideração os biótopos presentes, as linhas de água apresentam uma grande importância para a fauna, pelo que muitas espécies aparecem exclusivamente associadas a este biótopo e praticamente a

totalidade tirando partido das suas potencialidades enquanto corredor ecológico, área de refúgio ou disponibilidade alimentar. As áreas restritas de matos mediterrânicos, localizadas em algumas encostas junto a estas linhas de escorrência, formam em conjunto com as linhas de água bons corredores de paisagem.

O pinhal litoral que delimita a faixa costeira da herdade, apresenta ainda níveis de intervenção humana relativamente baixos, pelo que se apresenta como um dos habitats com maior riqueza específica associada. Trata-se de uma área de vegetação relativamente densa com estrato arbustivo desenvolvido, o que promove refúgio e passagem a uma série de espécies faunísticas, nomeadamente diferentes grupos de vertebrados.

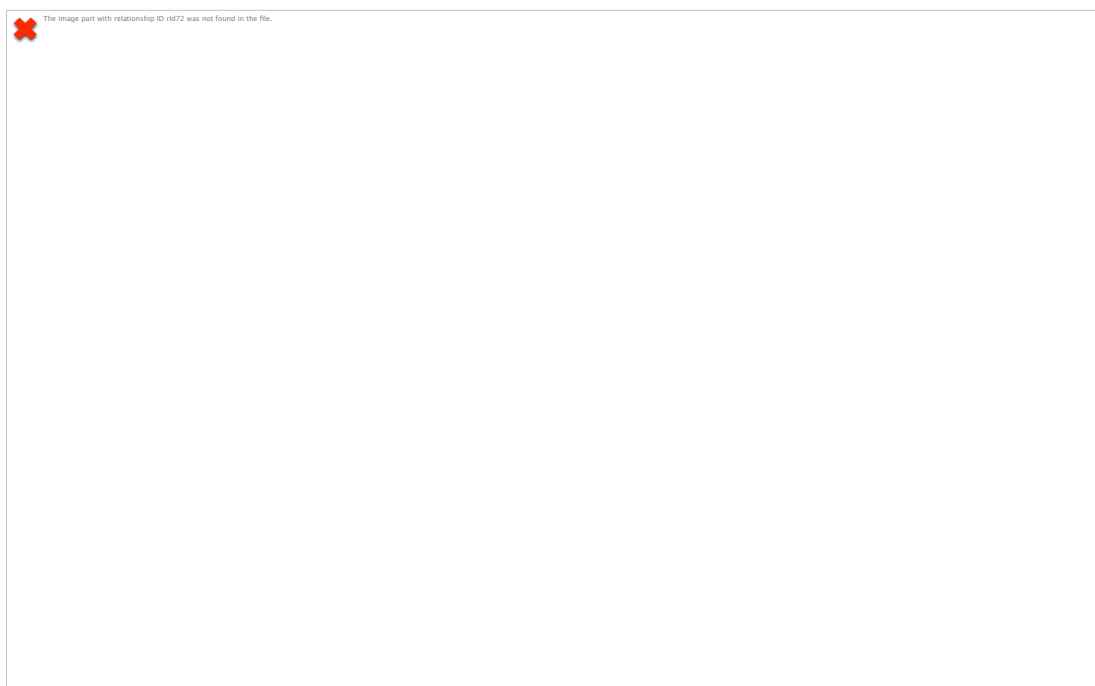
Apesar das áreas de charnecas ou matos baixos, na metade Este da propriedade, revelarem reduzido interesse faunístico, revelam-se de elevada importância para espécies com características substepárias, tendo sido detectados indícios de reprodução de **Sisão** (uma espécie com elevado interesse para a conservação).

4.3.1.8 Flora, Vegetação e Habitats

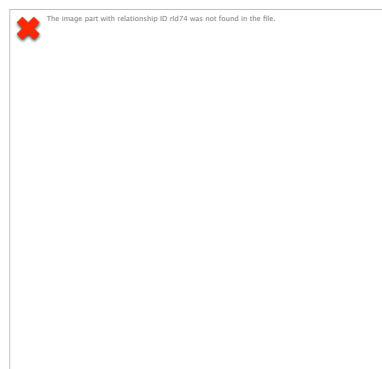
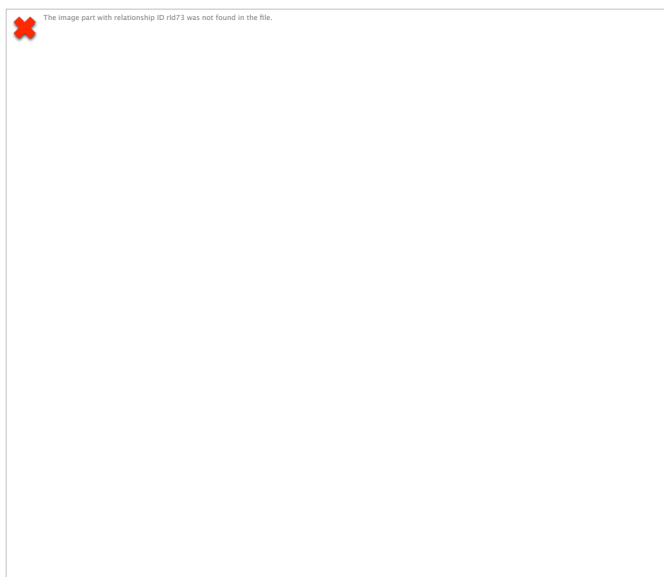
Em termos de vegetação identificaram-se numerosas séries e microséries, nomeadamente uma climatófila, uma edafoxerófila e duas edafohigrófilas: os sobreirais de *Myrto communis-Querceto suberis* S., os zimbrais de *Osyrio quadripartitae-Juniperetum turbinatae* S., e os tamargais de *Polygono equisetiformis-Tamariceto africanae* S. e salgueirais de *Viti viniferae-Saliceto atrocinereae* S., respectivamente. Integrados nestas séries de vegetação, estão maioritariamente representadas as etapas de maior degradação (arrelvados anuais e perenes, matos diversos, etc.), já que as etapas climax (bosques e pré-bosques) estão praticamente ausentes. Aliás, a este respeito, note-se que apenas nos sistemas dunares no sector noroeste da propriedade surgem de forma dispersa microbosques naturais de zimbros (*Juniperus turbinata*) e no fundo dos vales com exposição predominante norte, pontificam alguns insípidos bosquetes de sobreiro (*Quercus suber*). Em termos de microséries sublinham-se as dunares e as referentes aos rochedos litorais.

Ainda em termos florísticos, os dados oficiais mais recentes (ICN, 2006), referem a existência na área do Sítio PTCN0012, de uma vasta lista de plantas constantes dos anexos B-II, B-IV e B-V do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02: 1614. Apesar desta impressionante lista de plantas protegidas que revela parte da riqueza biocenótica do Sítio, a sua presença no elenco florístico presente na Herdade da Amoreira não corresponde a tal número. Assim, foram apenas identificadas as seguintes espécies vegetais com estatuto de protecção legal perante o Decreto-Lei referido: *Avenula hackelii* (II, IV), *Biscutella vicentina* (II, IV), *Cistus palhinhae* (II, IV), *Euphorbia transtagana* (II, IV), *Linaria ficalhoana* (II, IV), *Herniaria marítima* (II, IV), *Hyacinthoides vicentina* (II, IV), *Herniaria algarvica* (II, IV), *Malcolmia lacera* ssp. *gracillima* (V), *Ruscus aculeatus* (V), *Thymus camphoratus* (II, IV), *Thymus capitellatus* (IV) *Thymus carnosus* (II, IV).

Figura 4.10: Habitats e Estado de Conservação



Nota: Figura sem escala



Em que:

Estado de Conservação	Relevância Fitocenótica	Estado de Conservação	Relevância Fitocenótica
D	Baixa	C	Média
MC + D	Média	MC + MD	Alta

Estado de Conservação	Relevância Fitocenótica	Estado de Conservação	Relevância Fitocenótica
C + C	Alta	C + MC + MC + D	Alta
D + D	Alta	C + MD	Alta
D + MD + D	Alta	C + C	Alta
C + MD	Alta	MC	Média
D + MD	Baixa	C	Alta
C + D	Alta	MD	Baixa
MC	Alta	MC + MC + MC + MC	Alta
MC + MD	Média	MC + D + MC + MC + MC	Alta
MC + D + MC + D	Alta	MC+MC+MC+MC+MC+MC	Alta
D	Alta	MC + MC + MC + MC	Alta
MC + D	Média	MC + MC + MC	Alta
C + D	Alta	C + MC + MC+ D	Alta
D + C	Alta	C + MC + MC+ D	Alta
MC + MC	Média	D + C+ MC	Alta
D	Alta	D + MC + MC + MC	Alta
C + MC + MC + MC	Alta	MC + D + MC + MC	Alta
MC + MC + MC	Alta	C + MC + MC	Alta
MC + C + MC + MC + MC	Alta		

Posteriormente, como corolário de toda a informação recolhida ao nível florístico e vegetal, criou-se um sistema de valorização que pretende qualificar a relevância fitocenótica do território em presença. Definindo-se um macrozonamento em consonância com o grau de relevância fitocenótica que se agrupa em Baixa, Média e Alta.

Desta forma e sublinhando que se está perante territórios com restrições legais e com reconhecido interesse natural (actual e potencial), salvaguardaram-se locais onde, somente do ponto de vista da flora, vegetação e habitats naturais e semi-naturais, se consideram com algumas reservas qualquer uso do solo que não seja com o único propósito da sua conservação (**Relevância Fitocenótica Alta**); locais em que o uso futuro do solo não coloque em risco as formações existentes, mas as potencie (**Relevância Fitocenótica Média**); e locais que não possuem originalidade do ponto de vista florístico, da vegetação e habitats, por se apresentarem bastante degradados e serem de recuperação bastante difícil (**Relevância Fitocenótica Baixa**). No caso dos locais com Relevância Fitocenótica Média, não se exclui a possibilidade de alteração de uso do solo, mas essa terá de ser quantificada (em área) e compensada largamente em locais ecologicamente idênticos.

Assim, como **zonas com relevância fitocenótica baixa**, pontifica grande parte do plateau entre o Rogil e o Monte da Amoreira (até ao parque de campismo), a maioria das cumeadas dos barrancos revestidos por estevais praticamente monoespecíficos e as imediações do Monte da Amoreira; **como zonas de relevância média**, entre outras, salienta-se o vale para jusante deste povoado e alguns enclaves e barrancos hidricamente mais compensados. Em termos de **relevância fitocenótica alta**, consideram-se os pinhais psamófilos (metade setentrional da propriedade) e toda a fachada litoral, que inclui dunas e acantilados costeiros. A referir que na grande parte da zona mais a jusante da propriedade (designada anteriormente por plateau) surgem de forma pulverizada estevais com *Ulex minor*. Longe de se poderem considerar urzais/tojais higrófilos, dada a inexistência de plantas bioindicadoras para além deste tojo, mediante uma gestão correcta, estas áreas podem

tornar-se zonas de grande interesse para a conservação, em claro contraste com a actualidade, onde o uso do solo e o abandono a que são sujeitas impedem por completo essa possibilidade.

Figura 4.11: Zonamento: Relevância Fitocenótica



Nota: figura sem escala

4.3.1.9 Áreas ambientalmente sensíveis

No que concerne à tipologia de espaços com estatuto especial de protecção legalmente consagrados existentes na propriedade, esta pode segregar-se em dois tipos principais: **Zonas de Protecção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC)** que se repartem por Sítios da Lista Nacional e os Sítios de Interesse Comunitário (SIC). O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina integra o Sítio Costa Sudoeste (PTCON0012) e a ZPE Costa Sudoeste (PTZPE0015)

Ainda no contexto da classificação de áreas com valores ecológicos singulares, surgem na área em estudo uma Área Importante para Aves (IBA): "Costa Sudoeste". As IBAs são sítios com significado internacional para a conservação das aves à escala global, sendo locais críticos para a conservação das aves e da biodiversidade e, desta forma, alvos concretos para acções de conservação da natureza, utilizados para reforçar as redes de Áreas Protegidas já existentes, nomeadamente a Rede Natura 2000.

Na figura seguinte foram assinaladas as condicionantes biofísicas que incidem sobre a HA tendo-se assinalado: Domínio Público Hídrico (Linha de água de regime torrencial, bacias de retenção Leito da ribeira de Aljezur, faixa de 50m além da linha de mar), Reserva Ecológica Nacional (Zonas Costeiras de praia, Dunas Litorais Primárias e Secundária e Falésia, Sapal, áreas de máxima infiltração, áreas com risco de erosão superior a 25%, Leitos dos cursos de água) e Reserva Agrícola Nacional.

Figura 4.12: Áreas ambientalmente sensíveis: Condicionantes Biofísicas



Figura sem escala

4.3.1.10 Valores Patrimoniais

Não foram identificados valores patrimoniais de relevância a considerar.

4.3.1.11 Áreas sociais

Na herdade da Amoreira foram identificadas 3 antigos núcleos sociais, constituídos por estruturas habitacionais e outras estruturas de apoio à actividade agro-pecuária (poços, tanques e bebedouros para o gado) todos eles votados ao abandono e consequentemente em avançado estado de degradação.

A nascente do barranco da Amoreira, na vertente de um pequeno cerro localiza-se um pequeno núcleo habitacional, actualmente abandonado, designado no âmbito deste estudo por Amoreira. Apesar do avançado estado de degradação apresenta potencial etnográfico merecedor de destaque. Algumas remodelações em certas estruturas, atestam que este povoado manteve ocupação até uma época recente. Muito provavelmente os habitantes deste povoado desenvolveriam actividades ligadas a actividades agro-pecuárias e de exploração dos recursos marinhos.

Fazem parte deste núcleo uma nora, uma eira, três tanques, três currais, duas habitações, um forno e uma estrutura mais recente, provavelmente um armazém.

Ambas as habitações apresentam uma técnica de construção similar², típica de do Baixo Alentejo/Algarve, com chaminé de gaiola e soleira.

² Construção em argamassa e pedra, numa técnica mista: a base da parede é estruturada com blocos de grande e média dimensão, sobre os quais cresce uma parede com blocos de pequena dimensão, de xisto e seixo. As paredes pelo interior são cobertas a estuque.

Figura 4.13: Tanque e nora



Figura 4.14: Manjedouras



Figura 4.15: Habitação



Numa plataforma junto ao parque de campismo, próxima de uma pequena área de pinhal, desenvolve-se um núcleo de povoamento, com origem e época indeterminada – **Malhão**. Para além do povoado propriamente dito, composto por duas estruturas³ e um forno, fazem parte deste núcleo de povoamento, dois currais, dois tanques e um poço.

A área envolvente apresenta dois vales profundos que terminam na plataforma onde se desenvolve o núcleo habitacional designado **Palmeira**. A área é coberta por vegetação rasteira e arbustos, o que torna a visibilidade do solo diminuta.

Junto ao limite sul da herdade da Amoreira, inserido numa pequena exploração agrícola aproveitando a várzea existente, implanta-se um núcleo que se designa por **Amorosa**. Trata-se de um conjunto de estruturas de pequeno valor patrimonial e etnográfico, provavelmente relacionado com as actividades económicas aqui desenvolvidas. Para além da estrutura principal (uma construção de planta quadrangular, usando blocos pétreos de grande dimensão) o núcleo integra ainda um tanque e um poço.

4.3.1.12 Síntese da caracterização

A HA, integrada no PNSACV, é totalmente abrangida por Rede Natura, Sítio Costa Sudoeste (PTCON0012) e a ZPE Costa Sudoeste (PTZPE0015).

Analisando a Carta de Uso dos Solos verifica-se que compreende: Praia, Duna, uma área representativa de Matos, Área agrícola, Área florestal, Sapal e Áreas sociais devolutas, marca de uma ocupação que se verificou noutros tempos. Ou seja, nestes 290 ha, existe uma diversidade de ocupação com grande vocação para o desenvolvimento turístico.

O levantamento de Flora, Vegetação e Habitats, conduziu à elaboração do Zonamento: Relevância Fitocenótica, que distingue as zonas de **relevância fitocenótica alta, média e baixa**, que traduz o grau de conservação a desenvolver, verificando que em cerca de 50% da Herdade não existem habitat de relevância para a conservação .

³ Ambas as estruturas são constituídas por seis divisões internas, utilizando uma técnica mista de grandes blocos pétreos ligados por argamassa e muros estruturados com blocos pétreos de pequenas dimensões e seixos. Uma das construções é robacada, e caiada a branco com faixa a azul em torno das portas e janelas.

Quanto às restantes áreas ambientalmente sensíveis, foram consideradas: o Domino Hídrico, a Reserva Agrícola e a Reserva Ecológica.

4.3.2 A Herdade da Amoreira: um espaço turístico e um espaço de conservação

A Herdade da Amoreira é confinante com a praia e o mar, que integra a Costa Vicentina, considerada como uma das mais bem preservadas da Europa, em grande parte decorrente das restrições que os Planos de Ordenamento consagram, o que ressalta da análise anteriormente efectuada ao conjunto de instrumentos que regulamentam esta área. No entanto, é inegável o potencial turístico que toda esta costa representa.

Dadas as características referidas e não pode analisar na situação de referência, trata-se de uma costa sujeita a grande pressão urbanística, marcada em parte pelas segundas habitações. Não será despropositado referir a título exemplificativo, a urbanização que foi construída em Vale da Telha, promovida como sendo um empreendimento turístico. Esta urbanização situada a nascente da ribeira de Aljezur, e adjacente à Herdade da Amoreira, é consagrada no POPNSACV, em nada contribui para a valorização da zona em apreço nem para a qualificação da oferta turística, aliás, as construções existentes são claramente segundas habitações.

Com o objectivo de contrariar estas situações os planos de ordenamento que incidem sobre o PNSACV, são marcados pelas restrições impostas. No entanto, está-se perante uma área que de certa forma carece de alojamento turístico qualificado e onde a conservação dos valores naturais não é objecto de acções de valorização, dependendo apenas dos processos naturais, que podem incorrer na não sustentabilidade introduzida por diferentes ocorrências como incêndios, erosão, pisoteio, entre outros.

4.3.2.1 Objectivos e medidas

Neste sentido e tendo como pressuposto o esplanado no capítulo 2 e 3, propõe-se a criação de um conjunto de actividades a desenvolver na Herdade, tendo como objectivo: **(1)** Sensibilizar e promover o respeito pelo ambiente natural e cultural em geral; **(2)** Proporcionar experiências positivas tanto aos visitantes como às comunidades receptoras; **(3)** Proporcionar benefícios financeiros directos para a conservação; **(4)** Proporcionar benefícios financeiros e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e **(5)** Sensibilizar o visitante para a situação ambiental, política e social da áreas visitada.

Com vista à prossecução dos objectivos definidos definem-se as seguintes medidas e acções:

- Prosseguir um processo de certificação de qualidade e certificação ambiental;
- Assegurar que os trabalhadores sejam maioritariamente locais;
- Assegurar a divulgação ambiental junto da população residente e visitantes;
- Assegurar a elaboração de um Guia para o PNSACV;
- Trabalhar na criação de uma marca para o PNSACV;

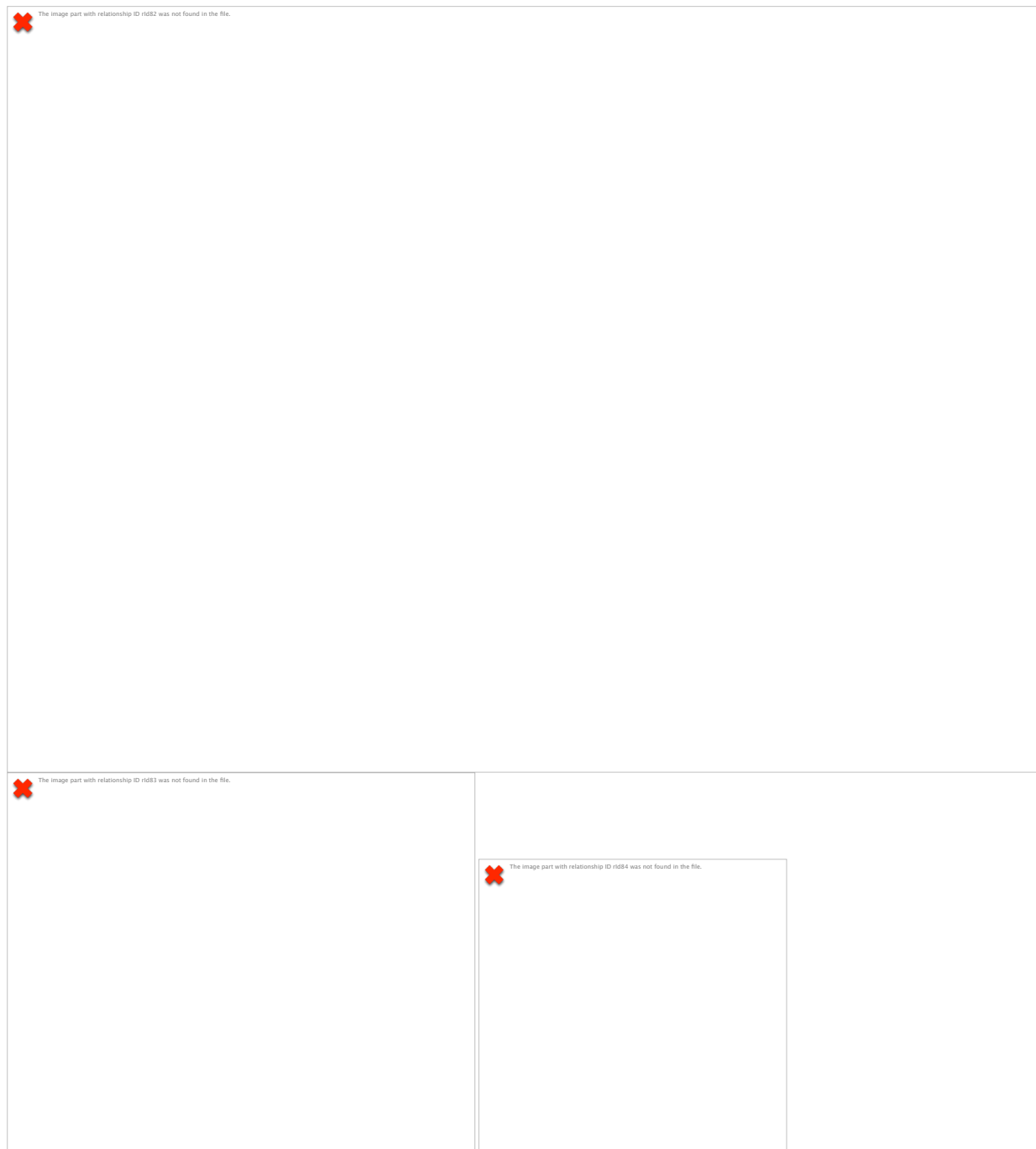
- Desenvolver acções de marketing;
- Assegurar a venda de produtos locais, provenientes da totalidade do Parque Natural;
- Assegurar o consumo de produtos provenientes da região;
- Integrar a rede de empreendimentos de Turismo de Natureza;
- Disponibilizar actividades associadas com a praia e com o mar como: Mergulho, Surf, Canoagem, passeios de barco;
- Disponibilizar outro tipo de actividades como parapente e asa delta;
- Assegurar transportes regulares a partir de Aljezur, Sagres, Vila do Bispo, Odeceixe, a título exemplificativo;
- Limitar o estacionamento automóvel junto ao apoio de praia, prevendo estacionamento automóvel a montante, nas imediações do parque de campismo;
- Promover a requalificação do estacionamento automóvel existente junto ao apoio de praia;
- Assegurar a qualidade dos serviços prestados pelo apoio de praia, garantido a existência de nadadores salvadores, para além da época balnear.
- Prever campanhas de educação ambiental junto das escolas locais
- Prever parcerias com instituições de ensino superior e ONG's, com vista ao incremento da Investigação.

Seguidamente procede-se à descrição do Zonamento Proposto que consagra o programa a desenvolver, devendo-se ter presente que se pretende um Turismo de Natureza, em que o Sol/Praia constituem também uma variante representativa deste projecto.

4.3.2.2 Zonamento

Neste ponto do trabalho com base nas análises parciais elaboradas, desenvolve-se agora uma proposta de ocupação para a Herdade traduzida no seguinte Zonamento: **Zonas de Conservação** constituída por: Habitat Prioritários, Praia, Zona Dunar Consolidada, Zona Dunar a Consolidar, Zonas a Reflorestar, Zonas Florestais e Zonas de Matos+Pré-bosques+Pinhal-Bravo+Esteval, **Zonas Agrícolas, Sapal, Zonas Turísticas, Zona de Interpretação Ambiental.**

Figura 4.16: Zonamento preconizado para a Herdade da Amoreira



4.3.2.3 Zonas de Conservação

Constituídas pelas áreas ambientalmente sensíveis e as zonas de relevância fitocenótica alta, média. Para estas áreas pretende-se a recuperação dos habitat degradadas e o melhoramento e conservação dos restantes. Neste sentido é fundamental a implementação de um plano de **gestão para a biodiversidade**. Para a sua operacionalização propõe-se que a área de estudo seja dividida em sete unidades de gestão: geossistema praia e dunas litorais; sapal; dunas consolidadas sub-litorais; falésias costeiras; cerros xistososos; ribeira da Amoreira

e charnecas costeiras. Esta partição teve subjacentes critérios de uniformidade ecológica (senso lato), de condicionalismos legais e tipos de uso actuais e futuros. Em grande parte coincidem com as unidades de paisagem definidas no descritor Uso do Solo e Paisagem.

Para cada "Unidade de Gestão" organiza-se a informação por forma a poder sintetizá-la nos seguintes parâmetros: Valores naturais presentes; Valores naturais potenciais; estado de Conservação; Ameaças gerais e impactes esperados promovidos pelo Projecto, Objectivos Específicos de Conservação (I.C.N.B. e Projecto); Locais de recuperação; Técnicas de recuperação; Urgência da recuperação.

A título exemplificativo procede-se à ilustração de uma ficha tipo:

Tabela 4.1: Ficha tipo para a Gestão de Biodiversidade: geossistema praia e dunas litorais

Valores naturais presentes:	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Microsigmeta</i> dunar composto pelas comunidades <i>Euphorbio paraliae</i>-<i>Agropyretum junceiformis</i>, <i>Loto cretici</i>-<i>Ammophiletum australis</i>, <i>Artemisio crithmifoliae</i>-<i>Armerietum pungentis</i> e <i>Herniario maritimae</i>-<i>Corynephoretum maritimae</i> (a estas, junta-se ainda a comunidade terofítica <i>Salsolo kali</i>-<i>Cakiletum aegyptiacae</i>). Comunidades fragmentárias da série da "sabina-da-praia" (<i>Juniperus turbinata</i>). Trata-se de uma série típica das duna litorais estabilizadas, correspondendo a etapa madura ao zimbral de <i>Osyrio quadripartitae</i>-<i>Juniperetum turbinatae</i>. - Habitats da Directiva 92/43/CEE: 2110, 2120, 2130*, 2230, 2250* e 2330. - Vegetação de grande interesse para a fixação das areias móveis dunares e fragmentos de microbosques de <i>Juniperus turbinata</i>. Espécies raras, endémicas e legalmente protegidas: <i>Thymus carnosus</i>, <i>Herniaria maritima</i> e <i>Linaria lamarckii</i>. - Presentes espécies de avifauna protegida (Anexo I da Directiva Aves): <i>Charadrius alexandrinus</i>, <i>Galerida theklae</i> - Observações dentro da área de projecto de <i>Myotis myotis</i>, de <i>M. screibersii</i>, <i>M. blythii</i> e <i>Eptesicus serotinus</i> (informação cedida pelo ICNB)
Valores naturais potenciais:	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleos densos de vegetação herbácea, com domínio de <i>Ammophila arenaria subsp. Arundinacea</i>, bem como, nas posições mais interiores, ocorrência de microbosques de <i>Juniperus turbinata</i>. - Melhoria das condições de nidificação para as espécies presentes: <i>Charadrius alexandrinus</i>, <i>Galerida theklae</i> e <i>Burhinus oedicnemus</i> - Maior disponibilidade alimentar para <i>Quirópteros</i>.
Estado de Conservação:	<p><i>Microsigmeta</i> litoral mal conservado e série do <i>Juniperus turbinata</i> degradada.</p> <p>ICNB: D6, D8, D9, D10, D11, D12, H1, H3</p>
Objectivos Específicos de Conservação:	<p>Projecto: Valorizar do microgeosigmetum psamófilo dunar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento das cristas dunares; - Minimização dos fenómenos erosivos associados quer a causas naturais (e.g. tempestades, dinâmica sedimentar costeira), quer antrópicas (pressão sazonal); - Melhoria das condições de reprodução para espécies nidífugas em solos arenosos (<i>Charadrius alexandrinus</i>, <i>Galerida theklae</i>, <i>Burhinus oedicnemus</i>), protegidas pelo Anexo I da Directiva Aves. - Aumenta a disponibilidade de habitat para anfíbios (sapos, nomeadamente <i>Pelodytes punctatus</i>), répteis (osgas, lacertídeos e serpentes) e mamíferos (quirópteros e mamíferos de pequeno e médio porte).
Locais de recuperação:	<p>Todo o campo dunar afecto ao projecto, especialmente a zona dunar mais próxima da estrada onde a potencialidade é do zimbral.</p>
Técnicas de recuperação	<p>Implantação de paliçadas ao longo da linha de costa, afastadas cerca de dois metros da crista dunas actualmente existente, por forma a que nesse espaço se possa favorecer a acumulação de areia;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação das paliçadas existentes; - Plantação e sementeira de <i>Ammophila arenaria subsp. arundinacea</i> e <i>Elytrigia boreoatlantica</i> nesses locais, recorrendo a material vegetal com o mesmo ecótipo1 e em época favorável (final do Outono e no Inverno); - Remoção de flora alóctone (e.g. <i>Carpobrotus sp.</i>);

	<ul style="list-style-type: none">- Delimitar os trilhos de acesso pedonal à praia;- Criação de sinalética que interdicte, sem excepção, o pisoteio nessas zonas;- Criação de painéis informativos das actividades de gestão ambiental, nomeadamente, os propósitos, as acções e os resultados esperados;- Implementação de acções no âmbito da sensibilização e educação ambiental;- Ordenar acessibilidades (incluindo o estacionamento automóvel);- Reforço da vigilância e fiscalização.
Urgência da recuperação:	Estas acções estão circunscritas à praia alta assim, a sua implementação não é considerada urgente, devendo, no entanto, ser encarada como prioritária.

No que concerne à monitorização das acções resultantes do desenvolvimento das medidas propostas no plano estratégico para a biodiversidade, esta deverá ser integrada no Plano Geral de Monitorização desenvolvido para a Herdade.

Assim, reforça-se a ideia de que os processos de avaliação de resultados tem subjacente a definição de estratégias de gestão ambiental e estes deverão ter uma escala temporal suficientemente ampla para que, realmente, seja perceptíveis resultados. Porém, há que ter noção que os primeiros anos são absolutamente decisivos para a viabilização das estratégias de valorização e salvaguarda da biodiversidade.

Relativamente à monitorização deve ser elaborada em colaboração com o ICNB, dada a sensibilidade da área.

- Devem ser adoptadas metodologias específicas para cada espécie / grupo ou item a monitorizar a definir pormenorizadamente pela equipa executora do plano.
- Devem ser seleccionados locais de amostragem nos diferentes tipos de habitats assim como áreas de controlo.
- Devem ser consideradas unidades representativas dos biótopos atravessados;
- Devem realizar-se estações de amostragem dentro das áreas alvo de medidas de recuperação.

Em termos dos **habitats** em que se prevê uma beneficiação, salientam-se as dunas sub-litorais consolidadas e as falésias costeiras, como apresentando especial interesse para a fauna, em parte decorrente do seu relativo isolamento e baixa perturbação e que mais podem elevar o seu valor potencial para a fauna, de acordo com as medidas aplicadas com este plano estratégico para a biodiversidade. Assim, para a fauna e em súmula:

- **avifauna**, devem ser desenvolvidos trabalhos para diferentes espécies realçadas na situação de referência: a detecção de aves estepárias que podem utilizar a faixa nordeste da propriedade (espécies presentes, índices de abundância relativa), algumas rapinas que podem perder território de caça (espécies presentes, fenologias, tipos de uso da área), com o projecto e passeriformes migradores (índices de abundância específica relativa).
- De entre os **mamíferos** ressaltam também situações distintas: os morcegos que utilizem a área de projecto como território de caça (espécies presentes, fenologias); os carnívoros pela sua importância ecológica de predadores, salientando-se o caso da presença provável de gato-bravo, pela sua

vulnerabilidade, e de lontra por se encontrar muito dependente da presença de galerias ripícolas (presença/ausência, tipos de uso da área).

Nestas Zonas o acesso deve ser limitado, propondo-se apenas um conjunto de trilhos que permitam a observação de fauna, flora e geologia, devidamente sinalizados e demarcados, de forma a evitar o pisoteio indesejado. Devem ser disponibilizados guias e os passeios acompanhados por monitores conhecedores dos valores naturais existentes, evitando a sua degradação.

Finalmente, por forma a melhorar técnicas de intervenção, divulgação do projecto e contacto com outros projectos com idêntica realidade ambiental, sublinha-se a importância na participação em encontros técnicos, bem como a sua própria realização.

4.3.2.4 Zonas Agrícolas

Dada a vocação destas áreas identificada na situação de referencia, pretende-se que se mantenham com a mesma vocação utilizando técnicas de agricultura biológica de onde se destaca a cultura de produtos tradicionalmente presentes como a batata doce, as leguminosas secas e o amendoim. Não se exclui outro tipo de culturas. No entanto, refere-se a importância de promover um conjunto de produtos locais considerados de grande qualidade, e que possam ser comercializados em canais mais restritos que apostem na qualidade e na promoção local contribuindo para a afirmação de uma identidade própria. Face à situação actual propõe-se uma diminuição considerável das áreas de agricultura de sequeiro, passando a integrar as **Zonas de Matos+Pré-bosques+Pinhal-Bravo+Esteval**, medida que visa a o desenvolvimento de Habitats prioritários.

A agricultura de regadio mantém-se mas apenas na área confinante com a envolvente à Zona Turística 1. Para a correcta gestão dos recursos hídricos, foi opção reduzir a área agrícola de regadio.

4.3.2.5 Zonas a Reflorestar, Zonas Florestais e Zonas de Matos, Pré-bosques, Pinhal-Bravo e Esteval

As Zonas Florestais ocupam cerca de 16% da área total da HA, ocorrem diversos povoamentos florestais, dominados por pinheiro-bravo, eucalipto e, pontualmente, acácia. Em termos de localização podem segregar-se três grandes áreas de ocorrência. A maior corresponde às áreas mais setentrionais da Herdade, sobre substrato psamófilo, onde a densidade de pinheiro-bravo é bastante elevada; a segunda corresponde aos povoamentos localizados de pinhal-bravo e eucalipto no plateau (com densidade apreciável); e por fim, as formações arbóreas alóctones de eucalipto e acácia que se instalaram nas principais linhas de escorrência nos talvegues dos cerros da parte meridional da Herdade.

Classe com grande expressão na HA (cerca de 27% da área total), que reúne as formações arbustivas e arbóreas espontâneas (ou em complexo com pinhais), nomeadamente, estevais, matos esclerófilos e pré-bosques.

A sub-classe “Esteval” é nesta classe a predominante (80% na classe), sinal evidente da intensa e secular acção antrópica destes territórios. No contexto global, ocupa cerca de 21% da área da propriedade, revestindo grande parte das elevações existentes (especialmente as vertentes sul) e o plateau. A sua composição florística é variável, dominando, no entanto, a pobreza específica.

As Zonas a Reflorestar compreendem duas situações distintas: A zona percorrida por incêndio adjacente à Zona Dunar Consolidada e às zonas onde foi identificada a existência de acácias prevendo-se a sua substituição por espécies autóctones.

No que concerne à sub-classe “Matos e pré-bosques”, esta é constituída pelas formações arbustivas de médio e alto porte, esclerófilas, que revestem, predominantemente, as encostas orientadas a norte (e por isso mais húmidas e menos insolaradas), na maior dos casos com levada densidade. Ao contrário da sub-classe anterior, regista-se aqui a presença de uma variedade gama de espécies vegetais, nomeadamente, urzes, carrascos e medronhos, entrelaçados por elementos vegetais escandentes.

Nestas áreas com abundante fauna propõe-se acções de limpeza e conservação. É necessário prever medidas de controlo para a invasão de espécies exóticas e de Invasoras lenhosas. As acções devem ser consonantes com o conteúdo do Plano Regional de Ordenamento Florestal.

Deve igualmente prever-se o ordenamento do pastoreio, de forma controlada definindo sistemas de pastoreio adequados às características dos grupos de ocorrência em que se desenvolve.

Também neste sector, os produtos daí resultantes, como mel, aromáticas, produtos derivados do medronho, e mesmo produção animal, (preferencialmente raças locais como a Garvonesa ou Chamusca), deve ser considerada para a diversidade dos produtos locais, onde a aposta advém da qualidade dos produtos produzidos, contribuindo para a formulação de um produto global de altíssima qualidade.

Nestas Zonas deve ser criada uma rede de trilhos e caminhos com diferentes graus de dificuldade, possibilitando a realização de passeios a pé, bicicleta e cavalo. Os itinerários devem estar identificados no início de cada percurso, deve existir sinalização que disponibilize informação quanto aos itinerários e distâncias a percorrer. Deve igualmente ser disponibilizada informação sobre os elementos mais representativos situados nas imediações dos percursos.

4.3.2.6 Zonas Turísticas

Para a Herdade da Amoreira propõe-se a criação de duas Zonas Turísticas, uma que corresponde ao antigo núcleo construído da Amoreira (T1) e uma segunda (T2), que se desenvolve numa zona aplanada classificada pela Ocupação do Solo como sendo agrícola, e para a qual não se verificou a ocorrência de nenhum Habitat Prioritário.

As Zonas Turísticas desenvolvem-se numa área com cerca de 5,0 ha o que corresponde a cerca de 1,38% da totalidade da Herdade. As acções a desenvolver para as Zonas de Conservação devem em parte ser financiadas pela exploração turística desenvolvida na Herdade

Ambas dispõem de uma rede de caminhos que facilmente poderão ser beneficiados constituindo as acessibilidades principais.

A **Zona Turística 1**, constituída pela antigo núcleo da amoreira, compreende 2,2 ha. Para esta área propõe-se a reabilitação do edificado existente (11 edifícios), e a criação de um aldeamento turístico, de tipologias T1 e T2. Os projectos de arquitectura deverão ser desenvolvidos em consonância com as características arquitectónicas da região nomeadamente no que se refere à traça, cor e materiais construtivos. O número máximo de pisos é de 1. Neste núcleo mais concentrado, devem desenvolver-se as actividades complementares ao turismo nomeadamente: restaurante, mercearia, lojas de produtos locais, atelier da natureza e da biodiversidade, espaço de recreio infantil, entre outros. O número de unidades de alojamento é de 20 e o número máximo de camas é de 55.

A **Zona Turística 2**, localizada numa plataforma de cotas mais elevadas dispõe de um sistema de vistas sobre o oceano e a Herdade. Para esta área propõe-se a criação de um Hotel de 4 ou 5 estrelas com capacidade para 60 quartos ou seja 120 camas e uma área de recreio e lazer de apoio à actividade turística que se desenvolve em cerca de 2,8ha. Nos espaços exteriores do empreendimento deve-se recorrer ao uso predominante de flora local. Os projectos de arquitectura deverão ser desenvolvidos em consonância com as características arquitectónicas da região nomeadamente no que se refere à traça, cor e materiais construtivos. O número máximo de pisos é de 2.

Os empreendimentos a desenvolver correspondem aos **de Turismo Natureza** devendo para tal desenvolver os critérios estabelecidos na Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março, conforme descrito no ponto 3.4.2.4 deste trabalho, sujeitos a consulta prévia do ICNB e do Turismo de Portugal. O Licenciamento é da responsabilidade conjunta do Turismo de Portugal e CM de Aljezur

4.3.2.7 Zona de Interpretação ambiental

A Zona de Interpretação ambiental deverá ser desenvolvida a partir da reabilitação das estruturas existentes no núcleo de ocupação do Malhão, para a criação de um centro de interpretação ambiental. Neste local deverá ser disponibilizada informação aos visitantes sobre a fauna, flora e geologia locais; deve verificar-se a formação dos colaboradores em matéria correlacionadas com a conservação da natureza e da biodiversidade; a divulgação da adopção de boas práticas ambientais, divulgação da origem e modos de produção dos produtos alimentares utilizados. Deverão ainda ser disponibilizados os serviços complementares que garantem a possibilidade de usufruto do património natural da região, nomeadamente através de animação turística, visitação, desporto da natureza ou interpretação ambiental.

Deve igualmente ser desenvolvida uma parceria com as escolas de forma a promover a visitação do PNSACV bem como acções de formação em matérias correlacionadas com a conservação da natureza e biodiversidade.

Neste centro deve também ser desenvolvido e acompanhado o Plano para a Biodiversidade para a Herdade da Amoreira.

O PNSACV, carece de um espaço físico para a criação da sua sede, o que leva a apontar a HA, como o espaço ideal para a fixação da administração do Parque.

4.3.2.8 Situação tendencial na ausência de projecto

Ao longo dos anos, a exploração dos recursos naturais silvopastoris colaboraram activamente para o equilíbrio da exploração económica com valências ambientais, contribuindo para que actualmente a paisagem de herdade da Amoreira apresente um carácter cénico muito interessante, aprazível e heterogéneo. Porém, acções como o recorrente uso de gado vacum, o desrespeito pela dinâmica hídrica superficial (através da degradação das linhas de escorrência), a plantação localizada de eucalipto, as mobilizações de solo recorrendo a maquinaria pesada, o escasso investimento na regeneração natural arbórea e o reduzido esforço contributivo para a recuperação das galerias ripícolas da Ribeira da Amoreira têm prejudicado o equilíbrio no binómio Homem/Ambiente.

Tendo em consideração os descritores avaliados e realizando um exercício de previsão de cenários ambientais na ausência de Projecto, facilmente se depreende que alguns destes descritores prosseguirão o seu decurso normal, como nos casos dos processos geológicos, dos recursos hídricos superficiais, da hidrologia subterrânea, da paisagem, dos resíduos, etc.

No que diz respeito à flora, vegetação e habitats, apesar de ser previsível a manutenção da situação actual (desenvolvimento das comunidades vegetais inteiramente dependentes do uso do solo), os actuais factores de perturbação deverão permanecer. Apesar disto, os habitats não se encontram em perigo, podendo as dunas primárias ser consideradas o habitat que poderá vir a sofrer uma evolução mais negativa, uma vez que, embora existam áreas de encaminhamento para a praia, subsiste o pisoteio constante e a abertura de trilhos para veículos de todo o terreno.

Por outro lado, existem casos em que a situação tenderá a acentuar as situações detectadas na análise da situação de referência. Ao nível edáfico, considerando provavelmente acentuar-se-ão os fenómenos erosivos, com consequente perda de terrenos aráveis e produtivos, nomeadamente nas zonas de escorrência torrencial de água, relacionada com degradação do coberto vegetal associado a estes locais. Quanto ao Património Cultural e Arqueológico, perante a ausência de projecto, certamente que se acentuará ainda mais a degradação do núcleo edificado do Monte da Amoreira, bem como de algumas estruturas (noras e tanques) identificadas na herdade.

4.3.3 monitorização e acompanhamento

Monitorização

Criar um sistema de monitorização, através da definição de um conjunto de indicadores que possibilite medir e acompanhar a evolução verificada face as alterações introduzidas pelo projecto constituídos. A título exemplificativo sugere-se a utilização dos seguintes indicadores:

- **Indicadores Ambientais:** consumo de água, consumo de energia, produção de águas residuais, produção de resíduos, qualidade da água da zona balnear, evolução da linha de costa, disponibilidades hídricas, captação de água subterrânea, qualidade das águas superficiais e subterrâneas, eficácia do sistema de drenagem, reutilização das águas residuais tratadas, consumo/utilização de pesticidas/fertilizantes agrícolas, grau de vigilância, n.º de espécies total e parcial (fauna, flora), n.º de exemplares ameaçados, n.º de exemplares sensíveis à alteração de habitat, área ardida, avaliação de ruído, etc.
- **Indicadores Económicos/sociais:** Intensidade turística, sazonalidade, visitantes a lugar de interesse turístico, nível de satisfação da população local, transporte de passageiros, actividade agro-pecuária, actividade florestas, despesas na investigação e educação, emprego local, etc.
- **Outros indicadores** superfícies inundadas, superfícies com elevado risco de incêndio, n.º de espécies vertebrados introduzidos, índice de isolamento para espécies animais, n.º de espécies exóticas introduzidas, n.º de espécies utilizadas como recurso socioeconómico, etc.

Plano de Uso Público

Desenvolvimento de um Plano de Uso Público que defina: áreas de visitação, número de visitantes, trilhos, caminhos e aferição da capacidade de carga, prevendo assegurar uma rede de âmbito regional; áreas para equipamentos e vocação dos mesmos, sinalética, áreas de descanso e contemplação, segurança e utilização balnear, normas e segurança.

Deve integrar e desenvolver um programa de planeamento e execução com vista à ornamentação das acções que se propõem bem como identificar a fonte de financiamento.

Deve ainda assegurar o acompanhamento do estado de conservação geral da Herdade da Amoreira.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou a temática do turismo em áreas protegidas, na perspectiva do seu contributo para uma gestão sustentável das mesmas.

O objectivo inicialmente traçado foi o de definir uma metodologia de planeamento da actividade turística em áreas protegidas, estando este objectivo alicerçado em duas componentes fundamentais que, ao longo do trabalho, se procurou dissecar: (1) a questão dos mecanismos de ordenamento e gestão (sustentáveis) das Áreas Protegidas, por si só, e; (2) o papel do turismo, enquanto actividade económica em franco desenvolvimento, e que na busca de novos mercados e destinos encontrou no turismo da natureza, em geral, e nas áreas protegidas, em particular, nichos de especificidade que se pretendem aproveitar numa perspectiva de contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Assim, grande parte do documento vive destas simbioses que se pretendeu estudar: Turismo e Áreas Protegidas; Actividades Económicas e Sustentabilidade; Conservação da Natureza e Desenvolvimento.

O trabalho encontra-se desenvolvido em duas partes distintas, mas complementares. Numa primeira parte (correspondente aos capítulos 2 e 3) eminentemente teórica e académica foram interpretados os conceitos de desenvolvimento sustentável, de turismo sustentável, de ecoturismo, turismo de natureza e turismo em áreas protegidas. Procurou-se perceber qual a importância económica actual destes tipos de turismo e outras mais-valias que lhe estão associadas, e de que forma são contemplados nos actuais modelos de ordenamento e gestão das áreas protegidas.

Na segunda parte do trabalho (capítulo 4) foi efectuado um ensaio sobre o que poderia ser um modelo de planeamento de uma parcela de terreno situada no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina capaz de conciliar a vertente turística, numa perspectiva sustentável, com os objectivos de conservação que presidiram à classificação desta Área Protegida. Não obstante ter sido um exercício localizado, o objectivo é que se possa extrapolar o modelo para a totalidade do Parque Natural.

De entre as principais conclusões que se podem retirar da elaboração do trabalho destacam-se as seguintes:

- O Desenvolvimento Sustentável é um conceito que cada vez mais rege a vida das sociedades, em particular a sociedade ocidental, e que se traduz fundamentalmente na capacidade de utilização racional dos recursos de modo a não comprometer a suas utilização por gerações futuras;
- O Turismo Sustentável é um Turismo que adopta práticas de sustentabilidade visando a adopção por parte do turista, dos promotores e até dos próprios destinos de políticas ambientalmente correctas uma poupança global de recursos;

- As práticas de turismo sustentável, ecoturismo e turismo de natureza estão actualmente em grande expansão e são já responsáveis por uma parte da actividade turística, tanto a nível de número de turistas como do peso financeiro. As áreas protegidas, são os locais por excelência procurados por este segmento de mercado;
- Os modelos de gestão de áreas protegidas devem ser capazes de compatibilizar as actividades económicas que nelas se desenvolvem (como o turismo) e que são vitais para assegurar a sua subsistência e o desenvolvimento das populações residentes com os princípios elementares de conservação da natureza;
- Os modelos de ordenamento e gestão de áreas protegidas em Portugal, que se cingem fundamentalmente aos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, carecem de uma componente estratégica e de instrumentos que lhes permitam contemplar a articulação das actividades económicas com a preservação ambiental;
- O desenvolvimento de modelos de planeamento, ordenamento e gestão de áreas protegidas de cariz holístico que permita articular políticas sectoriais e diferentes instrumentos de gestão, são determinantes no desenvolvimento sustentável dos espaços naturais e podem gerar grandes vantagens do ponto de vista económico, social e ambiental para os países.

BIBLIOGRAFIA

Referências Bibliográficas

ASHLEY, C., ROE, E GOODWIN, H., 2001, *Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work for the Poor – A Review of Experience*, *Pro-Poor Tourism Report N.º 1*,

disponível em: http://www.propoortourism.org.uk/ppt_report.pdf

ARTAZ, M., 2002, *Tertía de las três dimensiones de desarrollo sostenible. Ecosistemas*, año XI, N.º 2, Madrid, Asociación Española de Ecología Terrestre

disponível em: < <http://www.aeet.org/ecosistemas/022/informe1.htm>>

BARTELMUS, P., 1994, *Environment, Growth and Development*, Routledge, London

BRANDON, K E MARGOLUIS, R, 1996, *The Structuring Ecotourism Success: Framework for Analysis*, *Plenary paper presented at “ The Ecotourism Equation: Measuring the Impacts” International Society of Tropical Foresters, Yale University*

disponível em: < <http://www.ecotourism.org/onlineLib/>>

BRANDON, K E MARGOLUIS, R, 1999, *The Bottom Line: Getting Biodiversity Conservation Back to Ecotourism*, *The Ecotourism Equation: Measuring the Impacts*, *Yal F&ES Bulletin*, Nº 99, p.28-39

disponível em: <http://www.yale.edu/environment/publications/bulletin/009pdfs>

BLOWERS, A ,1993a, *Environment Policy: The Quest for Sustainable Development*, in *Urban Studies*, Vol.30, N.4 e 5, pp.775-796

BLOWERS, B, 1993b, (ed) *Planning for a Sustainable Environment, a Report by the Town and Country Planning Association*, Earth scan, London

EAGLES, P:F:J., MC, C.D, 2002, *Sustainable Tourism in Protected Areas – Guidelines for Planning*, *Best Practice Protected Area Guidelines Series N.º8*, Cambridge, IUCN

FIDÉLIS, T.,2001, *O Caso da Envolvente à Ria de Aveiro*, Principia, Cascais

FENNELL, EP,2003, *Ecotourism: An Introduction*, London, Routledge, 1ª publicação 1999

FOY, G,1974, *Economic Sustainability and the Preservation of Environmen Assetes*, nº 6

ELLIOTT, H., 1974. ed. *Second World Conference on National Parks. Morges, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*,

FRIEDMANN, J.,1989, *Planning, Politics, and the Environment*, in *Journal of the American Planning Association*, Vol 55, n.3, pp.334-338

GARDNER, J, 1989 *Decision Making for Sustainability Development: Selected Approaches to Environmental Assessment and Management*, in *Environmental Impact Assessment Review*, Vol.9, pp. 337-366

GIBB, D, 1991, *Greening the local economy*, in *Local Economy*, Vol.6, N.3, pp 224-239

GOW, D, 1992, *Poverty and Natural Resources: Principles for Environmental Management and Sustainable Environment in* in *Environmental Impact Assessment Review*, Vol.12, pp. 49-65

JACOB, M., 1991, *The Green Economy, Environment Sustainable and the politics of the future*, Pluto Press, UK

JACOB, M., 1994, *Sustainable Development and Deep Ecology: An Analysis of Competing Traditions*, in *Environmental Management*, Vol. 18, N. 4, pp. 477-488

LELÉ, S., 1991, *Sustainable Development: a Critical Review*, in *World Development*, Vol. 19 N. 6, pp. 607-621
Liverman, D.; Hanson, M.; Brown, B.; Merideth, R. (1998), *Environmental Management*, Vol. 21, N. 2, pp. 133-143

PARTIDÁRIO, M. R.; LIMA, S., 2002 *Novos turistas e a procura da sustentabilidade*, GEPE, Portugal
ICNB, <www.icnb.com>

IUCN, (1994), *Guidelines for Protected Area Management Categories*, Gland (Suíça) & Cambridge (Reino Unido), CNPPA & WCMC

UNEP, ICLEI, *Tourism and Local Agenda 21*

TURISMO DE PORTUGAL, (2006), *Turismo de Natureza*

OMT

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, <<http://www.world-tourism.org>>

PAN Parks, <<http://www.panparks.org>>

UICN, <<http://www.uicn.org>>

EUROPARC, <<http://www.europarc.org>>

EUROPARC-España, <<http://www.europarc-es.org>>

ANEXOS

Tabela 0.1: Habitats naturais

I - Habitats costeiros e vegetação halófila	12 - Falésias marítimas e praias de calhaus rolados
	1240 - Falésias com vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium</i> spp. endémicas
	14 - Sapais e prados salgados mediterrânicos e termoatlânticos
	1410 - Prados salgados mediterrânicos (<i>Juncetalia maritimi</i>)
	1420 - Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocornetea fruticosi</i>)
II - Dunas marítimas e interiores	1430 - Matos halonitrófilos (<i>Pegano-Salsoletea</i>)
	21 - Dunas marítimas das costas atlânticas, do mar do Norte e do Báltico
	2110 - Dunas móveis embrionárias
	2120 - Dunas móveis do cordão litoral com <i>Ammophila arenaria</i> («dunas brancas»)
	2130* - Dunas fixas com vegetação herbácea («dunas cinzentas»)
	22 - Dunas marítimas das costas mediterrânicas
	2230 - Dunas com prados da <i>Malcolmietalia</i>
	2250* - Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp
	2260 - Dunas com vegetação esclerófila da Cisto - <i>Lavenduletalia</i>
	2270* - Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e ou <i>Pinus pinaster</i>
III - Habitats de água doce	23 - Dunas interiores, antigas e descalcificadas
	2330 - Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>
V - Charnecas e matos das zonas temperadas	32 - Água corrente
	3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
V - Matos esclerófilos	14020* - Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
	4030 - Charnecas secas europeias
	51 - Matos submediterrânicos e temperados
VI - Formações herbáceas naturais e seminaturais	5140* - Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas
	53 - Matos termomediterrânicos pré-estépicos
	5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos
	62 - Formações herbáceas secas seminaturais e fácies arbustivas
VIII - Habitats rochosos e grutas	6220* - Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
	64 - Pradarias húmidas seminaturais de ervas altas
	6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio - Holoschoenion</i>
IX - Florestas	82 - Vertentes rochosas com vegetação casmofítica
	8220 - Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
	92 - Florestas mediterrânicas caducifólias
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
	92D0 - Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)
	93 - Florestas esclerófilas mediterrânicas
	9330 - Florestas de <i>Quercus suber</i>

Nota: com "*" estão assinalados os habitats prioritários para a conservação